

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



CAROLINA FERNANDES FREITAS DE BRITO

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**VIOLÊNCIA CONTRA ELEMENTOS POLICIAIS:
ESTUDO DAS AGRESSÕES NO COMANDO
METROPOLITANO DE LISBOA**

Orientadores:

**Intendente, Professor Doutor, José Joaquim Antunes
Fernandes**

Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado

Lisboa, 03 de maio de 2017



Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna



CAROLINA FERNANDES FREITAS DE BRITO

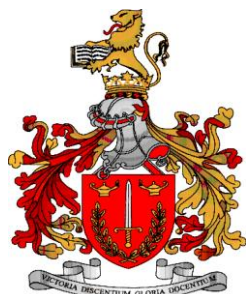
Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXIX Curso de Formação de Oficiais de Polícia

**VIOLÊNCIA CONTRA ELEMENTOS POLICIAIS:
ESTUDO DAS AGRESSÕES NO COMANDO
METROPOLITANO DE LISBOA**

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação do Professor Doutor, Intendente José Fernandes e Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado.



Estabelecimento de Ensino	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Autor	Carolina Fernandes Freitas de Brito
Título	Violência contra elementos policiais: Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa
Orientadores	Professor Doutor, Intendente José Joaquim Fernandes Antunes Professora Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado
Local de Edição	ISCP SI
Data da Edição	03 de maio de 2017



Aos meus avós, que me guiarão sempre, AMO-VOS!

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por todo o amor, carinho e educação, que fizeram de mim a pessoa que sou hoje.

Ao Sr. Prof. Doutor, Intendente José Fernandes e à Sra. Prof. Doutora Sónia Morgado, pelas orientações e incansável apoio, imprescindíveis para a realização desta dissertação.

Ao Ricardo Alves, “maninho” por nunca me teres falhado sempre que precisei.

Ao Hélio Chaves pela amizade demonstrada ao longo de toda esta etapa e que por muitos mais anos se prolongará.

Aos camaradas de curso que me auxiliaram quando precisei e que em muito contribuíram para o meu sucesso académico. À Ruth, Ana e Jéssica, pela convivência e momentos partilhados.

À Inês e Margarida, pela vossa amizade.

O meu agradecimento a todos os que me ajudaram, de algum modo, na elaboração da dissertação, e por toda a amizade e apoio que me demonstraram nesta última etapa, nomeadamente ao Rui Alfaro, Nuno Saraiva, João Pinheiro, Ismael Carvalho, Ricardo Duarte, Ricardo Silva, Bruno Garcês e M. Alves.

Aos comandantes e todo o efetivo da 81ª Esquadra – Miraflores e 1ª Esquadra de Setúbal, pelos estágios que me proporcionaram, disponibilidade e dedicação com que me receberam, e que serão uma referência no meu percurso profissional.

A todos os que tornaram possível a concretização do meu objetivo.

RESUMO

O presente estudo debruça-se sobre o fenómeno da violência contra polícias, que se constitui não apenas como uma agressão dirigida contra uma pessoa, mas como uma ofensa a uma autoridade do Estado, razão pela qual se deverá compreender as suas dimensões para uma atuação proativa na sua prevenção.

O objetivo da investigação prende-se com análise e caracterização das agressões cometidas contra polícias, no que diz respeito ao contexto em que ocorreram, características dos intervenientes, sazonalidade, localização geográfica, tipo de serviço que estava a ser desempenhado, *modus operandi*, consequências resultantes e apoios prestados pela instituição.

Foi realizado um estudo exploratório, de carácter descritivo e correlacional, tendo em conta dados primários, obtidos da aplicação de questionário dirigido ao efetivo policial pertencente ao Comando Metropolitano de Lisboa no ano de 2016, vítimas de episódios de agressões por parte de cidadãos, e de dados secundários, constantes numa base de dados facultada pelo COMETLIS com os elementos estatísticos da totalidade de agressões ocorridas, aferindo se existem relações significativas entre as variáveis.

Concluiu-se que é no serviço operacional de patrulhamento que os polícias estão mais dispostos a sofrerem agressões, sendo estas maioritariamente perpetradas com recurso a força física e das quais resultaram ferimentos ligeiros.

Palavras-chave: Violência, Agressão, Profissão de risco, Elementos policiais, Polícia de Segurança Pública

ABSTRACT

This study concerns violence against police officers, which constitutes not only an assault upon a person, but also an offence against an authority of the state. It aims to better understand the phenomenon in order find a more proactive approach leading to its prevention.

The study's objective is to analyse and describe the types of violence against police officers, concerning its context, characteristics of the offenders, seasonality, location, type of policing performed, *modus operandi*, its consequences and the support given by the institution.

An exploratory study was made, using both qualitative and quantitative methods. Primary data was obtained through questionnaires given to the officers of the Metropolitan Police Command of Lisbon in the year of 2016, all of whom had been victims of assaults. Secondary data was obtained from a data base, provided by COMETLIS, which showed all statistical information regarding assaults on police officers, in order to find if there are any significant relations between the variables.

It was concluded that it is on patrol that police officers are most likely to suffer these assaults, which are mostly perpetrated using physical force and from which result minor injuries.

Keywords: Violence, Agression, Risk profession, Police officers, Public Safety Police

ÍNDICE

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract	iii
Índice	iv
Índice de figuras	vi
Índice de gráficos	vii
Índice de tabelas	viii
Lista de siglas	x
Introdução	1
Capítulo I – Enquadramento teórico	4
1.1. Agressão e Violência	4
1.1.1. Conceitos gerais	4
1.1.2. Teorias da agressão e comportamento agressivo	5
1.1.2.1. Perspetivas biológicas	5
1.1.2.2. Perspetiva psicanalista	6
1.1.2.3. Perspetivas de aprendizagem e cognitivas sociais	6
1.1.2.4. Perspetivas psicossociais	7
1.1.3. Fatores influenciadores do comportamento agressivo	8
1.2. A Polícia de Segurança Pública – Missões e atribuições	11
Capítulo II– Violência contra polícias	13
2.1. Abordagem ao fenómeno em contexto internacional	13
2.2. Abordagem ao fenómeno em Portugal	20
2.3. Riscos do serviço policial	25
2.4. Criminalização da violência contra polícias	28
2.5. Medidas de prevenção	33
Capítulo III – Modelo Conceptual e Hipóteses	38
Capítulo IV – Método	42
4.1. Caracterização do local de estudo	42
4.2. Caracterização dos participantes do questionário	43
4.3. Procedimentos	45
Capítulo V – Apresentação e Discussão de Resultados	48
5.1. Panorama das agressões no COMETLIS	48

5.2. Testes de Medição para o Modelo Conceptual em função dos questionários	52
5.2.1. Análise descritiva	52
5.2.2. Análise do contexto de agressão em função dos grupos	53
5.2.2.1. Género	53
5.2.2.2. Posto	54
5.2.2.3. Tipo de serviço	55
5.2.2.4. Outras relações conexas.....	56
5.2.2.5. Análise geral	56
5.3. Discussão de resultados	58
Capítulo VI – Conclusões	64
6.1. Objetivos e Hipóteses	64
6.2. Limitações da investigação	66
6.3. Investigações futuras.....	67
Bibliografia.....	69
Apêndice A – Comando Metropolitano de Lisboa	75
Apêndice B – Ofícios e autorizações	78
Apêndice C – Questionário.....	82
Apêndice D – Panorama geral das agressões.....	94
Apêndice E – Testes de Medição para o Modelo Conceptual em função dos questionários	100
Apêndice F – Mapeamento das agressões	123

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 Modelo Conceptual	39
Figura 2 Divisão de Cascais	124
Figura 3 Divisão de Oeiras	125
Figura 4 Divisão de Sintra	127
Figura 5 Divisão da Amadora.....	129
Figura 6 Divisão de Segurança Aeroportuária	132
Figura 7 Divisão de Loures	133
Figura 8 Divisão de Vila Franca de Xira	136
Figura 9 Divisão de Torres Vedras.....	137
Figura 10 1. ^a Divisão Policial.....	138
Figura 11 2. ^a Divisão Policial.....	140
Figura 12 3. ^a Divisão Policial.....	143
Figura 13 4. ^a Divisão Policial.....	144
Figura 14 5. ^a Divisão Policial.....	144

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução das ocorrências de agressões e mortes em serviço – 2011-2015.	20
Gráfico 2 Agentes/suspeitos detidos por Resistência e coação sobre funcionário em território nacional e no distrito de Lisboa.....	31
Gráfico 3 N.º ocorrências participadas da PSP de Resistência e coação sobre funcionário no distrito de Lisboa de 2013-2015	32
Gráfico 4 Crimes mais frequentes no COMETLIS.	77

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 Habitantes de Lisboa por habilitações e grupo etário.....	43
Tabela 2 Caracterização dos participantes.....	44
Tabela 4 Efetivo Policial por Carreira e Género.	75
Tabela 5 Efetivo policial por Carreira e Faixa etária.....	75
Tabela 6 Efetivo Policial por Carreira e Antiguidade.	75
Tabela 7 Efetivo por Divisão Policial.	76
Tabela 8 Distribuição da Criminalidade Geral por grupos de crimes.	76
Tabela 9 Estatísticas descritivas das agressões de 2016.....	94
Tabela 10 Correlações de Spearman - agressões 2016.....	94
Tabela 11 Teste de Krustall-Wallis - agressões 2016.....	95
Tabela 12 Estatísticas descritivas – Divisão e hora.....	95
Tabela 13 Estatísticas descritivas - Divisão e <i>modus operandi</i>	96
Tabela 14 Estatísticas descritivas - Divisão e tipo de serviço.....	97
Tabela 15 Estatísticas descritivas - Divisão e serviço operacional.....	98
Tabela 16 Estatísticas de teste Kruskal Wallis – Dias da semana.....	98
Tabela 17 Estatísticas de teste Kruskal Wallis – Hora.....	99
Tabela 18 Caracterização geral.....	100
Tabela 19 Estatísticas descritivas - Posto por Género.....	100
Tabela 20 Estatísticas descritivas - Habilitações Literárias por Género.....	100
Tabela 21 Teste de Kolmogorov-Smirnov – caracterização geral.....	101
Tabela 22 Correlações de Spearman – Caracterização geral.....	101
Tabela 23 Correlações de Spearman – Caracterização geral por Género.....	102
Tabela 24 Correlações de Spearman – Caracterização geral por Posto.....	103
Tabela 25 Teste de Mann-Whitney - U - Tipo de ocorrência que levou à agressão, por Género.....	104
Tabela 26 Teste de Mann-Whitney – U - Tipo de agressão sofrida, por Género.....	104
Tabela 27 Estatísticas descritivas - Tipo de agressão.....	105
Tabela 28 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U das potenciais causas da agressão, por Género.....	105

Tabela 29 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U - Consequências da agressão sofrida, por Género	106
Tabela 30 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U - potenciais causas da agressão, por Género	106
Tabela 31 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - tipo de agressão sofrida, por Posto.....	107
Tabela 32 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - medidas a implementar, por Posto.....	108
Tabela 33 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - tipo de agressão, por tipo de serviço.....	109
Tabela 34 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Causas da agressão por tipo de serviço.....	111
Tabela 35 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Consequências da agressão, por tipo de serviço.....	116
Tabela 36 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Tipo de agressão por género do agressor	118
Tabela 37 Estatísticas descritivas - Apoios da Instituição.....	119
Tabela 38 Estatísticas descritivas - formações e informações prestadas pela instituição	119
Tabela 39 Medidas implementadas na Divisão Policial.....	120
Tabela 40 Medidas que considera que deveriam ser tomadas pela Instituição	121
Tabela 41 Medidas que deveriam ser tomadas fora da Instituição.....	122

LISTA DE SIGLAS

- COMETLIS – Comando Metropolitano de Lisboa
- CP – Código Penal
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- EPAV – Equipas de Proximidade e Apoio à Vítima
- EPES – Equipas do Programa Escola Segura
- EUA – Estados Unidos da América
- GNR – Guarda Nacional Republicana
- IACP - *The International Association of Chiefs of Police*
- LEOKA – *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted*
- LSI – Lei de Segurança Interna
- LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal
- LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
- MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade
- PIPP – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
- PJ – Polícia Judiciária
- PSP – Polícia de Segurança Pública
- PTSD - *Post-traumatic stress disorder*
- SSPT - Sintoma de Stress Pós-traumático
- UCR – *Uniform Crime Report*
- ZUS – Zonas Urbanas Sensíveis

INTRODUÇÃO

O serviço policial caracteriza-se pelo seu largo campo de ação, onde os seus elementos são chamados todos os dias para as mais variadas ocorrências desconhecendo o nível de risco, e o cenário que encontrarão. Este desconhecimento implica por si só que os polícias que exercem funções num quadro mais operacional estejam sujeitos a um certo nível de risco, nomeadamente o de sofrerem agressões por parte de cidadãos intervenientes nos incidentes para os quais são solicitados.

As agressões a elementos policiais são uma realidade que acontece com frequência nos dias de hoje e por isso torna-se imperativa uma análise deste fenómeno, nomeadamente para um futuro oficial de polícia, como comandante e gestor de recursos humanos. Em 366 dias, do ano de 2016, 417 agressões foram perpetradas contra polícias, no Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS). Na comunicação social, observamos constantemente notícias de polícias vítimas de violência durante o desempenho do seu serviço, evidenciando a necessidade de travar este fenómeno.

Propusemo-nos, então, a estudar esta problemática que muito afeta as forças de segurança, em particular os seus elementos, que veem a sua autoridade diminuída e, até, desprestigiada, ao serem vítimas de agressões por parte dos cidadãos.

Como afirma Galego (2013, p. 2):

Um ato de violência contra um agente da autoridade é, não só uma agressão a um ser humano, punível por lei, como também consubstancia uma agressão à sociedade e aos princípios legais de um Estado Democrático de Direito, fomentando o sentimento de insegurança.

Para dar início à nossa investigação, e indo ao encontro do que afirmam Quivy e Campenhoudt (1998), a melhor maneira de começar um projeto de investigação deverá ser com a formulação de uma pergunta de partida, onde o investigador retratará

exatamente aquilo que pretende procurar, saber e compreender, e que servirá de fio condutor à investigação, que os referidos autores recomendam que seja clara, exequível e pertinente. Neste sentido e de acordo com a problemática que nos propusemos a estudar nesta dissertação, estabelecemos a seguinte pergunta de partida: **Podemos estabelecer um padrão nas agressões cometidas contra polícias no Comando Metropolitano de Lisboa COMETLIS?**

Assim, configura-se como objetivo do presente trabalho analisar todas as agressões cometidas contra elementos policiais do COMETLIS. Este constitui-se como o maior Comando da PSP do país, e também onde integram os elementos policiais recém-formados e onde muitos passam grande parte da sua carreira, ao esperarem ser mobilizados para os seus locais de residência, razões pelas quais foi o local de amostra escolhido. Assim, procederemos à análise das agressões nele ocorridas no ano de 2016, no que refere às características dos elementos policiais agredidos, do agressor e todo o contexto em que ocorreram, para averiguarmos se existe ou não um padrão que permita prevenir e atuar sobre este problema.

A par da delimitação da problemática a estudar e da pergunta que orientou todo o nosso estudo, pretende-se ainda com esta investigação, compreender na perspetiva do elemento agredido, os fatores pessoais e operacionais que poderão ter influenciado o ato de violência e, quais os apoios, medidas e informações que a instituição disponibiliza ao seu efetivo, no seguimento de um episódio de vitimização.

O presente estudo é constituído pela introdução e seis capítulos. No primeiro capítulo faremos o enquadramento teórico, apresentaremos os conceitos de violência e agressão, teorias e fatores que influenciam o comportamento violento, bem como enunciaremos uma visão geral das funções e atribuições da Polícia de Segurança Pública (PSP).

No segundo capítulo, pretendemos expor o fenómeno da violência contra polícias, no panorama nacional e internacional, através da revisão de bibliografia existente acerca da temática, demonstrando os resultados da mesma, de modo a compreender como esta se caracteriza. Apresentaremos, também, alguns riscos inerentes à função policial operacional, que caracterizam a polícia como sendo uma profissão de risco e de desgaste rápido, a criminalização deste tipo de crime e medidas que podem ser adotadas para prevenir estas ocorrências.

No terceiro capítulo, explicaremos o modelo conceptual e hipóteses delineadoras do estudo.

O quarto capítulo é referente ao método, caracterização do local de estudo, participantes e procedimentos adotados para a elaboração da presente investigação.

O quinto capítulo fundamenta-se na apresentação, análise e discussão dos resultados, onde iremos analisar as agressões cometidas contra polícias no COMETLIS no ano de 2016, através dos dados obtidos pela aplicação dos inquéritos por questionário dirigidos aos elementos policiais vítimas de agressões no ano em estudo, e dados facultados pelo Núcleo de Operações do COMETLIS para a elaboração do estudo em questão, procurando aferir a relação entre as diversas variáveis.

O sexto e último capítulo refere-se à conclusão da investigação, onde procuraremos responder aos objetivos propostos inicialmente e que guiaram todo o estudo, hipóteses colocadas, enumerar as limitações do presente estudo e fazer recomendações para investigações futuras.

CAPÍTULO I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. AGRESSÃO E VIOLÊNCIA

Centrando-se o presente estudo nas agressões cometidas contra elementos policiais, é de extrema importância analisar os conceitos de violência e agressividade, o que os distingue e as diversas formas que podem revestir. A solução de um problema passa por conhecer as suas origens e motivações, pelo que, compreender os fatores influenciadores que levam um ser humano a exercer violência sobre outros, é fundamental para que se possa interpretar esses sinais e conseguir prever-se que os mesmos ocorram.

De seguida, apresentaremos as definições de agressão e violência e discorreremos sobre algumas das teorias da agressão e comportamento agressivo e também de fatores influenciadores de violência.

1.1.1. CONCEITOS GERAIS

O conceito de agressão é explicado pela psicologia como o comportamento dirigido a outro indivíduo com intenção imediata de causar danos. O agressor deve acreditar que o comportamento irá causar danos no alvo e este deve estar motivado a afastar o dano (Anderson & Bushman, 2002).

Um outro conceito, o de violência, é definido por Blackburn (1993) como uma imposição de danos físicos. O autor descreve também violência criminal como uso ilegítimo da força que inclui crimes como homicídio, roubo, e outras agressões sexuais. Anderson e Bushman (2002) caracterizam violência, como uma agressão que tem como objetivo infligir danos extremos, como a morte, explicando ainda que todo o ato violento é uma agressão, mas que nem toda a agressão é um ato violento.

A agressão pode revestir uma função proativa/instrumental ou reativa/temperamental (Robalo, 2016). Na proativa/instrumental não há provocação

externa, é apenas utilizada para alcançar objetivos e é associada à obtenção de um reforço, sendo desenvolvida através da aprendizagem social. A agressão reativa, está dependente de uma provocação externa, na qual o agressor responde agressivamente devido a uma interpretação hostil de uma determinada situação social. Pode também ser chamada de agressão impulsiva ou afetiva (Berkowitz, 1989; Geen, 2001).

Alguns criminologistas distinguem também agressão hostil ou violência expressiva, violência impulsiva e não planeada mediada pela raiva, da agressão instrumental (Blackburn, 1993).

Um outro termo igualmente relacionado é o conceito de hostilidade, também referido por Buss (1961) que o percebe como atitudes negativas, ódio e desconfiança, sendo que este conceito é muitas vezes utilizado como sinónimo de agressão por muitos autores, mas Zillmann (1979, *cit in* Blackburn, 1993), vem diferenciá-lo da agressão caracterizando-o como a intenção de infligir um dano não físico, ao contrário da mesma que pretende um dano físico.

Buss (1961) sugere ainda as classificações de agressão físico-verbal, ativa passiva e direta-indireta.

1.1.2. TEORIAS DA AGRESSÃO E COMPORTAMENTO AGRESSIVO

1.1.2.1. Perspetivas biológicas

Para melhor entendimento destas perspetivas, destacamos etologistas como Lorenz e Wilson.

Lorenz (2002) afirma que a agressão tem efeitos que são frequentemente equiparados aos desejos da morte, e que constitui um instinto como qualquer outro, que em condições naturais, ajuda a assegurar a sobrevivência do indivíduo e da espécie. O comportamento agressivo têm três funções i) distribuição equilibrada de animais da mesma espécie sobre o mesmo ambiente; ii) a seleção dos mais fortes e iii) a defesa dos mais jovens.

O termo “instinto” da agressão é para Lorenz (2002), a necessidade de descarregar energia agressiva, que controla o comportamento humano e que uma maneira simples e

eficaz de a descarregar de forma inofensiva é redirecioná-la para um objeto semelhante e substituto, dando o exemplo das manifestações militaristas e competições de desporto. Esta agressão é uma condição indispensável para a evolução humana em termos da realização de objetivos, criações científicas e artísticas e tudo o que está associado à ambição do homem.

1.1.2.2. Perspetiva psicanalista

Dentro das teorias psicodinâmicas da agressão, e mais concretamente da psicanálise, encontra-se Freud. Inicialmente para este, a agressão seria uma reação à frustração e dor, passando mais tarde a ser definida como um instinto de morte inerente ao ser humano. Para o autor, o Homem não é apenas uma criatura do bem, contendo em si uma parte de agressividade.

Freud (2010) indica dois instintos, *Eros*, da vida, e *Thanatos*, da morte, sendo este o responsável pela agressão. Uma parte deste instinto volta-se para o mundo externo e mostrando-se sob a forma de agressão e autodestruição, destruindo outros objetos ao invés de si próprio, ao serviço de Eros.

1.1.2.3. Perspetivas de aprendizagem e cognitivas sociais

Anderson e Bushman (2002) explicam que as teorias cognitivas arrogam que, interpretações dadas durante um episódio agressivo, ficam associadas a esse evento e assim irão futuramente desencadear respostas emocionais e cognitivas idênticas perante eventos semelhantes.

Autores conceituados nestas perspetivas, como Dollard (1939, *cit in* Blackburn, 1993), seguindo a teoria de Freud, conceberam a hipótese da frustração-agressão, definindo a frustração como um ato que impede um sujeito de atingir determinado objetivo e, assim, a agressão seria direcionada para a fonte dessa frustração, podendo, contudo, ser dirigida para um alvo semelhante à fonte de frustração.

Berkowitz (1989) propôs que, dentro das perspetivas cognitivas, eventos aversivos como frustrações, provocações, ruídos altos, temperaturas desconfortáveis e odores desagradáveis produzem efeitos negativos e que estes estimulam de forma

automática pensamentos, memórias, reações expressivas e respostas fisiológicas associadas a tendências agressivas.

Albert Bandura (1963) é o autor mais influente no que diz respeito à teoria da agressão por aprendizagem social, declarando que esta teoria prevê que o fornecimento de modelos agressivos e o reforço positivo inadvertido da agressão são procedimentos extremamente eficazes para realçar respostas agressivas, começando no desenvolvimento da pessoa, logo desde criança.

Na mesma linha de pensamento surge Huesmann (1988) definindo o conceito de *scripts*, como sendo memórias guardadas pela pessoa, de comportamentos sociais que foram aprendidos durante o seu desenvolvimento, e que vão servir como guia, atuando em quatro fases: 1) confronto com a situação, onde a interpretação da situação irá depender da aprendizagem anterior da criança, em que as que percebem o ambiente como mais hostil agem mais agressivamente; 2) Pesquisa de *scripts* de situações anteriormente vividas; 3) A criança revê os *scripts* anteriores que sugerem determinados comportamentos e avalia quais os que melhor se adaptam à situação para atingir os seus objetivos; 4) Avaliação da resposta do ambiente às ações tomadas.

Uma criança exposta repetidamente a situações frustrantes e que atribui aos outros o motivo de não alcançar os seus objetivos, entrará num estado de anti sociabilidade e de hostilidade para com terceiros. Já quando é exposta consecutivamente a situações de violência, a criança vai assimilar aquele comportamento como adequado e utilizá-lo durante a interação com os outros (Huesmann, 1988).

1.1.2.4. Perspetivas psicossociais

Tedeschi e Felson (1994) criticam as teorias tradicionais da agressão que se focam essencialmente nos fatores intrapessoais: frustração, instintos, aprendizagem, hormonas e centros cerebrais, stress e excitação. Os autores apresentam uma nova perspetiva que se debruça sobre a interação social e fatores situacionais, não deixando de contemplar cognições, preferências e emoções.

Os autores adotam a terminologia de ação coerciva ao invés de agressão, definida como “uma ação tomada com a intenção de impor dano a outra pessoa (...) [esperando] que o seu comportamento prejudique o alvo ou leve ao cumprimento de determinada ação” (Tedeschi & Felson, 1994, p. 168), que poderão ser de três tipos: i) ameaças – comunicações verbais com intenção de prejudicar o alvo e a causar-lhe medo; ii) punições

– com a intenção de castigar alguém por um certo comportamento e, iii) força corporal – utilização de contacto físico para compelir ou constranger comportamentos da outra pessoa, e que pode ser acrescida do uso de armas. O ator é visto como um decisor, que irá avaliar qual o modo mais eficaz de atingir um certo objetivo, seja para obter algo como informações, dinheiro, bens, sexo, serviços, segurança, entre outros, para exigir justiça retributiva ou mesmo para obter identidades sociais (Anderson & Bushman, 2002).

1.1.3. FATORES INFLUENCIADORES DO COMPORTAMENTO AGRESSIVO

Os comportamentos agressivos e violentos resultam geralmente de múltiplos fatores que convergem ao longo do tempo e que contribuem para o seu desenvolvimento (Huesmann, 2007). Para além das teorias da agressão expostas anteriormente, diversos estudos demonstram a influência de fatores pessoais e externos, ligados ao indivíduo, que aumentam a possibilidade de este agir agressivamente perante diversos contextos.

Vivemos nos dias de hoje, numa sociedade dominada pelo constante crescimento e evolução das tecnologias e predominância destas, desde muito cedo, em todos os aspetos da vida do Homem. Televisão, rádio, filmes, bem como as novas formas de comunicação em rede, que trazem agora novas formas de interação e também de violência e vitimização, fazem com que os meios de comunicação, que exibem violência, tenham sido apontados como potenciais fatores que influenciam o risco de violência e agressão no comportamento humano (Huesmann, 2007).

Huesmann, Moise-Titus, Podolski, e Eron (2003) e Huesmann (2007) concluíram que a exposição à violência através dos *media*, aumenta o risco a curto e longo prazo, de crianças comportarem-se de forma agressiva, e de adultos a curto prazo.

Atkin (1983) decidiu analisar a violência transmitida através de televisão, em contexto real e de ficção e perceber qual dos tipos revela maior influência no comportamento agressivo, chegando à conclusão que ambos são motores da agressividade, sendo que a violência transmitida como real demonstrou maior impacto.

Por seu turno, Eron (1987) observou que o visionamento de violência durante a infância afecta e fortalece o nível de agressividade até 22 anos mais tarde.

Santos e Cunha (2014, p.14), abordam a influência dos *media* no comportamento agressivo, o que é pertinente na atualidade. Afirmam os autores que estas possibilitam “um discurso de incitação à violência, denominado de discurso de ódio, que gera uma

ideologia de destruição direcionada a grupos, que forma estereótipos e estigmas, levando à violência.

O ambiente físico também é considerado como elemento capaz de afetar a agressividade. Mueller (1983) afirma que mudanças no ambiente físico, nomeadamente barulhos, cheiros e poluição, bem como, no ambiente interpessoal, como invasão do território, violação do espaço pessoal e grandes multidões, funcionam como potenciadores de stress e consequentemente da agressividade. Também Anderson, Deuser, e DeNeve (1995), referem que, apesar de não serem totalmente conclusivos, estudos realizados demonstraram a influência de temperaturas altas no aumento de agressividade no comportamento (maior hostilidade e excitação), nomeadamente na forma de homicídios, violações, agressões, distúrbios familiares e violência doméstica.

Alguns autores sugerem que o ambiente social, bem como fatores genéticos e biológicos em interação com o mesmo, influenciam o comportamento agressivo (Mendes, Mari, Singer, Barros, & Mello, 2009; Simons, Lei, Beach, Brody, & Philibert, 2011; Widom & Maxfield, 2001).

Widom e Maxfield (2001) concluíram que crianças que sofreram abusos e negligência parental demonstraram maior propensão para delinquência e comportamento criminal violento em adultos.

Simons, Lei, Beach, Brody e Philibert (2011, p.884), sobre a interação dos genes com o ambiente social, explicam que “(...) esta prespetiva assume que alguns indivíduos são por natureza mais vulneráveis do que outros devido a possuírem “alelos de risco” que favorecem o desajustamento diante condições ambientais adversas”. Os autores concluíram que indivíduos com genes do recetor de dopamina e genes de transporte de serotonina, que cresceram num ambiente social desfavorável (fraca parentalidade, discriminação racial, vitimização pelos vizinhos e violência dos colegas), demonstram níveis de agressividade superiores, e níveis mais baixos quando cresceram num ambiente social favorável (apoio parental, empenho escolar, participação e atividade religiosa, controlo social informal pela vizinhança).

Alguns autores demonstram-nos que o comportamento violento também poderá ser influenciado pelo consumo de álcool e drogas. Quanto ao primeiro, Graham (1980) expõe o álcool como: i) causa direta do comportamento agressivo, através da Teoria da Desinibição - este produz efeito anestésico nas funções cerebrais responsáveis pelo controlo de comportamentos que são socialmente inaceitáveis, fazendo com que as pessoas ajam com menos inibição e por isso adotem comportamentos censuráveis como

a agressão; ii) causa indireta da agressão - provoca mudanças psicológicas e fisiológicas que aumentam a possibilidade de agressão; iii) causa indireta condicionada ao motivo de beber - com a teoria de Horton (1943 *cit in* Graham, 1980), que nos diz que o álcool reduz a ansiedade e que esta é o motivo principal para o indivíduo beber, sendo que a “«quantidade da agressão» está relacionada à força da ansiedade que motiva o consumo de álcool” (Horton, 1943 *cit in* Graham, 1980, p.149); e, iv) existe uma relação entre agressividade e os fatores relacionados com o consumo de álcool.

Beck e Heinz (2013) afirmam que a aprendizagem social como experiências com familiares e amigos e através dos *media*, que demonstram um comportamento agressivo após ingerirem bebidas alcoólicas, têm um grande peso no comportamento agressivo demonstrado pelo indivíduo relacionado com álcool.

Goldstein (1985) relaciona a violência e as drogas em três modelos: i) modelo psicofarmacológico - a curto ou longo prazo os indivíduos podem ficar com altos níveis de excitação, irracionais e violentos após a ingestão de substâncias específicas; ii) modelo “económico-compulsivo” (Goldstein, 1985, p.146), que explica porque os indivíduos praticam certos crimes com o fim de conseguirem dinheiro para suportar o vício de certas substâncias como heroína e cocaína; iii) o modelo sistémico - apresenta a violência como sendo intrínseca ao consumo de drogas.

A influência do género é descrita por Fishbein (1992). No seu estudo verificou que algumas mulheres podem revelar comportamentos agressivos devido a condições neurobiológicas experienciadas nos períodos pós e pré-natal, como por exemplo, a produção excessiva de androgénio, disfunção da tiroide, entre outras disfunções e fatores biomédicos que distinguem a agressão masculina da feminina no que diz respeito à frequência com que esta ocorre, à periodicidade e ao tipo de agressão praticada. Fry (1998) explica que as mulheres podem demonstrar comportamento agressivo; que a agressão física masculina é mais frequente e mais grave do que a agressão feminina; que em nenhuma cultura a agressão feminina é mais letal do que a agressão masculina, e, que existe uma grande variação cultural nos níveis de agressão física masculina e feminina, bem como na forma como estas são demonstradas.

1.2. A POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA – MISSÕES E ATRIBUIÇÕES

O termo “polícia” pode ser percecionado segundo três sentidos: polícia em sentido material ou funcional, institucional ou orgânico e formal.

Para Clemente (2013) a polícia tanto se configura como um modo de agir da Administração Pública (sentido funcional), um conjunto de normas que regulam a ordem pública (sentido formal) e ainda como encarregada de zelar pelo cumprimento das leis (sentido orgânico).

A atividade da polícia resume-se essencialmente à prevenção do perigo e, de acordo com Sousa (2016), as forças de segurança, para além de vocacionadas para a aplicação de coação direta, intervém em situações de urgência e auxiliam e complementam a ação das autoridades administrativas.

A PSP, enquanto força de segurança, tem um conjunto de atribuições não só de polícia administrativa geral ou de segurança pública, mas também de polícia administrativa especial e de polícia judiciária. A polícia administrativa tem como fim a manutenção habitual da ordem pública em todos os setores da administração geral, sendo que o seu principal objetivo é prevenir os delitos (Raposo, 2003). Já a polícia administrativa especial exerce a prevenção num determinado setor da vida social, do sanitário ao ambiental (Clemente, 2013). Por fim, a polícia judiciária é responsável por investigar os delitos que não puderam ser impedidos pela polícia administrativa, reúne todas as provas e entrega os autores aos tribunais para que os mesmos sejam punidos (Raposo, 2003). Os corpos de polícia administrativa geral, como o caso da PSP e GNR, também desenvolvem atividades de polícia administrativa especial e de polícia judiciária, fazendo com que a PSP tenha uma multiplicidade de atribuições, fazendo também degenerar daí a perigosidade do serviço policial.

Começamos por dar a conhecer as funções da PSP pela Constituição da República Portuguesa (CRP) e pelo seu artigo 272º com a epígrafe “Polícia”. O mesmo refere logo no n.º 1 que a Polícia “tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna dos direitos dos cidadãos”. Refere ainda no n.º 2 que as medidas de polícia “são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário”.

A PSP detém algumas atribuições decorrentes da sua Lei Orgânica (LOPSP), a Lei n.º 53/2007 de 31 de Agosto, que aprova a Lei Orgânica da Polícia de Segurança

Pública, no seu artigo 3º, entre as quais: i) garantir o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos e o pleno funcionamento das instituições democráticas; ii) garantir a ordem e tranquilidade públicas e a segurança das pessoas e bens; iii) prevenir a criminalidade geral e prática de atos contrários à lei e regulamentos; iv) ações de investigação criminal e contraordenacional que lhe estejam atribuídas por lei ou por autoridades judiciárias/administrativas; v) manter a vigilância e proteção de pontos e infraestruturas sensíveis e críticas; vi) garantir a segurança em espetáculos, incluindo os desportivos; prevenir situações de tráfico e consumo de estupefacientes e outras substâncias proibidas exercendo vigilância e patrulhamento de zonas onde estejam referenciadas estas atividades, e vii) contribuir para a formação e informação em matérias de segurança dos cidadãos. A PSP tem ainda competências que lhe são exclusivas no âmbito das armas e explosivos, segurança privada e segurança pessoal.

A missão da PSP em situações de normalidade institucional é decorrente da Lei de Segurança Interna (LSI) Lei n.º 53/2008 de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna. Já nas situações de exceção, esta atua conforme o decorrente da Lei de Defesa Nacional (LDN) e do estado de sítio e de emergência.

A Lei da Organização e Investigação Criminal (LOIC), Lei 49/2008, de 27 de agosto, no art.º 3, n.º 1, aprova a PSP como órgão de polícia criminal e estabelece no n.º 4 as competências dos OPC para “Coadjuvar as autoridades judiciárias na investigação; desenvolver as ações de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas autoridades judiciárias competentes”.

De modo a cumprir as atribuições impostas por lei à PSP, esta criou mecanismos para desenvolver esse trabalho, como por exemplo, através da criação da Diretiva Estratégica n.º 10/2006, de 15 de maio, onde faz menção ao Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP), hoje conhecido por Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) (PSP, 2017). Esta diretiva congrega vários projetos, entre os quais as Equipas de Proximidade e de Apoio à Vitima (EPAV), as Equipas do Programa Escola Segura (EPES), entre outras como “Táxi Seguro”, “Idosos em Segurança”, “Férias em Segurança”, “Estou aqui” para crianças e, mais recentemente, direcionado para os adultos.

A legislação incumbe a PSP de uma multiplicidade de funções que por sua vez são geridas pelos elementos policiais. Estas funções, como já vimos, são funções de polícia administrativa geral, especial e judiciária, levando a que os elementos tenham que demonstrar um grande espectro de conhecimentos de modo a superar as adversidades.

CAPÍTULO II– VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS

Durante a sua missão os polícias são frequentemente confrontados com situações difíceis e perigosas e, inevitavelmente, a violência é algo com que estes profissionais se deparam constantemente. Embora grande parte das vezes não haja conflitos entre a polícia e os cidadãos, o contacto com o público, por vezes com cidadãos agressivos com clara intenção de exercer violência contra os elementos policiais como modo de constranger a sua ação, em áreas de elevada criminalidade, com acesso a armas de tecnologia mais avançada que as próprias forças de segurança, aumenta drasticamente a probabilidade de sofrerem riscos contra a sua vida e integridade física.

A violência contra elementos policiais pode assumir diversas formas. Não só as agressões físicas e, em casos mais graves, o homicídio, mas também as ameaças e injúrias podem ser definidas como violência (Ellrich & Baier, 2016).

Neste capítulo damos a conhecer algum estado da arte do tema, focando-nos essencialmente na violência física, tanto ao nível internacional como na realidade do nosso país, apresentaremos alguns riscos da Polícia como profissão, a criminalização constante no Código Penal português e algumas medidas preventivas que podem ser implementadas para prevenir condutas de violência contra polícias.

2.1. ABORDAGEM AO FENÓMENO EM CONTEXTO INTERNACIONAL

Pese embora o tema da violência exercida por elementos policiais através do uso excessivo da força seja estudado em maior abundância do que a violência contra polícias, existem diversos estudos e programas que analisam a ocorrência de episódios de violência contra elementos das forças de segurança, nomeadamente nos Estados Unidos da América.

Muitos destes estudos são baseados em bases de dados do programa *Uniform Crime Reporting (UCR)*, desenvolvido pelo FBI desde 1930, anualmente, cujo principal

objetivo é elaborar informações fidedignas que possam ser utilizadas na administração, gestão e operacionalização da aplicação da lei. (FBI, 2016).

Estes relatórios contêm dados relativos a elementos policiais pertencentes a agências federais e não federais, devidamente separados.

Para serem incluídos neste relatório, os agentes policiais mortos ou agredidos, têm de à data do incidente, reunir requisitos como serem portadores de distintivo que os identificasse como polícias; serem portadores de arma de fogo; pertencerem a agências governamentais públicas de aplicação da lei; terem poderes de jurisdição e para fazer detenções; estarem a agir oficialmente dentro ou fora de serviço no momento do incidente e, no caso de terem falecido, que a sua morte esteja diretamente relacionada com os ferimentos que sofreram no incidente (FBI, 2016).

Efetuada uma análise a alguma bibliografia existente relativa às circunstâncias em que ocorre este fenómeno em contexto internacional, bem como características dos envolvidos, observa-se que relativamente ao elemento policial agredido, alguns autores concluem que são maioritariamente do género masculino (Covington, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997), enquanto autores como Rossler (2015) defendem que os elementos femininos são mais propensos a sofrerem agressões e resistência física por parte dos suspeitos. A idade das vítimas situa-se entre os 26 e 34 anos (Covington, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997). Relativamente à antiguidade dos mesmos, Pinizzotto, Davis e Miller, (1997) concluíram que os elementos agredidos tinham na altura do incidente, em média, 8 anos de serviço, onde 56% das vítimas tinham entre 1 a 5 anos de serviço, 29% tinham mais de 10 anos e 15% entre 6 a 10 anos de serviço, sendo que, no que diz respeito aos elementos policiais mortos em serviço a média era de mais de 10 anos ao serviço das forças de segurança. Kaminski e Sorensen (1995) concluíram que a média situa-se nos 6 anos de serviço. De acordo com Crifasi, Pollack e Webster (2016), de 1998 a 2013, a maioria dos polícias assassinados eram ligeiramente mais velhos e com mais anos de serviço do que os seus colegas que sofreram agressões das quais não resultou a sua morte.

A escolaridade dos agredidos é maioritariamente o ensino superior (Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997). Kaminski e Sorensen (1995) acrescentam ainda que polícias com quatro ou mais anos de ensino superior eram menos propensos a sofrerem agressões do que polícias com menos de quatro anos de ensino superior, o qual supõe que essa conclusão se deverá ao facto de quanto maior a

escolaridade do elemento policial, maior preocupação este terá com o comportamento adotado durante uma intervenção policial, que reduzirá a possibilidade de sofrer agressões por parte dos suspeitos.

No que concerne ao agressor, Bierie (2015), Covington (2010), Ellrich e Baier (2016), Kaminski e Sorensen (1995) e, Pinizzotto, Davis e Miller (1997) concluem que é na maior parte dos casos do género masculino, no entanto, Covington (2010), Kaminski e Sorensen (1995) e Rossler (2015) chamam a atenção para o facto de que não se deve considerar as mulheres como menos propensas a agredirem polícias e a resistirem fisicamente numa intervenção policial, pelo que o treino dado aos elementos policiais deverá alertá-los para se manterem igualmente vigilantes no confronto com ambos os géneros. Engel (2003) no seu estudo acerca da resistência e desrespeito dos suspeitos perante a autoridade policial conclui que, ao contrário do que normalmente se pensa, as mulheres não são menos desrespeitosas perante os elementos policiais que os homens, podendo estas exibir comportamentos desrespeitosos menos ameaçadores como sarcasmo, reclamações e linguagem corporal ofensiva.

A idade do agressor situa-se essencialmente entre os 18 aos 34 anos (Bierie, 2015; Covington, 2010; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis & Miller, 1997). Engel (2003) conclui que os jovens, ao contrário do esperado, não mostram mais vontade em agredir polícias. Ellrich e Baier (2016) concluíram que a maior parte dos agressores tinham menos de 25 anos.

Relativamente ao número de suspeitos e polícias presentes durante o episódio de violência, quando os suspeitos se encontram em grupos numerosos e na presença de observadores são mais motivados para a agressão a agentes de autoridade (Bierie, 2015; Covington, 2010; Garner & Maxwell, 2002), bem como quando o número de polícias é superior (Covington, 2010; Garner & Maxwell, 2002; Kaminski & Sorensen, 1995) indicando que quando os polícias se dirigem a uma ocorrência sozinhos são menos propensos a serem agredidos. Esta situação poderá dever-se ao facto de que um polícia que se encontre sozinho terá mais cuidado na abordagem e nas suas atitudes perante o suspeito (Kaminski & Sorensen, 1995) bem como, quando os polícias são em maior número sentem-se mais protegidos pelos seus colegas, o que os faz descuidar certas regras de segurança e agirem de modo menos vigilante (Covington, 2010). Ellrich e Baier (2016) constataram que na maior parte das agressões em estudo foram perpetradas por um único agressor.

Quanto à presença de elementos policiais no local, o relatório do FBI adianta que dos 50.212 policiais agredidos, 12.302 deslocaram-se à ocorrência sozinhos numa viatura policial, 19.962 dirigiram-se sozinhos em viatura policial, mas foram assistidos por outros elementos, e, 8867 estavam acompanhados de outro elemento em viatura policial (FBI, 2016).

Um outro preditor de violência contra elementos das forças de segurança é a influência de álcool ou drogas nos suspeitos. Estudos demonstram que a maioria dos agressores de elementos policiais se encontravam sob o efeito de uma destas substâncias ou ambas (Bierie, 2015; Ellrich & Baier, 2016; Engel, 2003; IACP, 2009; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997; Rossler, 2015). Engel (2003) afirma que os suspeitos sob influência de álcool ou drogas perdem a consciência das suas atitudes pelo que poderão agir de modo mais insolente e desrespeitar a autoridade dos elementos policiais. Covington (2010) adianta ainda que os locais de comércio de bebidas alcóolicas são os que provavelmente constituem mais perigo para os polícias. A droga mais consumida pelos agressores é a cocaína (Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997).

A forma mais comum de agressão é com recurso a armas e armas de fogo (Crifasi, Pollack, & Webster, 2016; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997; Rossler, 2015; Swedler, Simmons, Dominici, & Hemenway, 2015). Swedler, Simmons, Dominici, e Hemenway (2015) adiantam que os homicídios de elementos das forças de segurança estão positivamente relacionados com os níveis de posse de armas pelos cidadãos.

Por outro lado, Ellrich e Baier (2016) e Kaminski e Sorensen (1995) concluíram que os suspeitos utilizam mais frequentemente a força física, através de pontapés ou socos, para agredirem elementos policiais do que recorrem ao uso de armas de fogo ou outras armas, facto que também se pode verificar nos dados lançados pelo FBI (2016). Segundo o relatório, dos 50.212 polícias agredidos constantes no relatório referente ao ano de 2015, observa-se que 14.281 destes tiveram lesões/ferimentos, 2.018 foram feridos com armas de fogo, 917 com facas ou outros objetos cortantes, 7.597 com outras armas consideradas perigosas e, 39.680 fisicamente pelo suspeito (FBI, 2016).

Existem ocorrências que são normalmente apontadas como aquelas que oferecem maior grau de risco para os agentes policiais, tais como a violência doméstica e as fiscalizações rodoviárias. Contudo, autores como Bierie (2015) e Kaminski e Sorensen (1995) concluíram que as ocorrências de violência doméstica não evidenciam maior perigo do que qualquer outro tipo de ocorrência para as quais os polícias são frequentemente chamados a agir, tais como fiscalizações de trânsito. Os mesmos autores

afirmam que situações em que os suspeitos tentam fugir, que vão ser detidos e quando se encontram em confronto com outros suspeitos, traduzem mais riscos para os polícias.

Quanto às fiscalizações rodoviárias, Lichtenberg e Smith (2001, *cit in* Covington, 2010) afirmam que não transmitem maior perigo que qualquer outro tipo de ocorrência. Pinizzotto, Davis e Miller (1997) observaram que os polícias são mais frequentemente vítimas de agressões quando são chamados a ocorrências de distúrbios, aquando da tentativa de deter suspeitos e na interceção de suspeitos de crimes em flagrante delito. Dados do FBI (2016) acrescentam ainda às mencionadas anteriormente, situações de agressões aquando do transporte ou custódia de detido/prisioneiro.

Num estudo elaborado por Hirschel (1994, *cit in* Lennigs, 1997), o autor estudou uma polícia metropolitana onde registaram, num período de três anos, o total de 1.078.571 chamadas de ocorrências, das quais 1.038 resultaram em agressões e 499 em lesões e uma morte para os elementos policiais. Os autores concluíram que as ocorrências de distúrbios domésticos foram a quinta causa mais frequente de violência contra polícias na instituição e períodos estudados. Também Ellrich e Baier (2016) afirmam que os casos de violência doméstica são mais propensos a resultarem em agressões contra polícias, e que o serviço de patrulhamento é o que corre mais riscos.

Toch (1992, *cit in* Covington, 2010) aponta como motivações para o suspeito em agredir um agente de autoridade, para além da tentativa de fuga, o facto de defenderem a sua autonomia, por exemplo, o não se deixarem ser tocados para serem manietados, e o defenderem outros intervenientes.

O horário onde se verificou mais episódios de agressões contra polícias diverge de estudo para estudo. Pinizzotto, Davis e Miller (1997) evidenciaram que o horário mais frequente é no período noturno, das 00h00 às 6h00 da manhã e das 18h00 às 00h00. Covington (2010) e Rossler (2015) apontam o horário entre as 19h00 e as 3h00 e Ellrich e Baier (2016) entre as 20h00 e as 4h00, às quartas-feiras e entre as sextas-feiras e domingos (Covington, 2010), como aqueles em que ocorrem mais agressões. Os dados lançados pelo FBI referentes a 2015 sugerem que as horas de maior e menor ocorrência de agressões contra polícias foi entre as 0h e as 2h da manhã e entre as 6h e 8h da manhã, respetivamente.

Na opinião de Pinizzotto, Davis, e Miller (1997), as condições ambientais, embora não sendo diretamente apontadas como factores influenciadores de agressões contra elementos policiais, podem efetivamente afetar a capacidade de intervenção do polícia, pelo que o treino e formação dos mesmos deverá abarcar esse tipo de situações.

O relatório LEOKA relativo ao ano de 2015, fornece ainda dados relativos às mortes em serviço de elementos policiais nesse período temporal. O mesmo demonstra que 86 elementos de departamentos policiais pertencentes ao Estado norte americano morreram ao exercerem as suas funções, dos quais 41 foram assassinados e 45 morreram em acidentes.

Relativamente às mortes dolosas dos elementos policiais, e mais concretamente ao perfil dos policiais assassinados, estes tinham em média 40 anos de idade e 12 anos de serviço, 38 eram do género masculino e 3 do género feminino. Quanto às circunstâncias em que ocorreram as mortes, 8 das quais ocorreram durante a investigação de indivíduos e atos suspeitos, 7 envolveram situações táticas, 6 durante operações de fiscalização de trânsito, 5 durante detenções, 4 ocorreram através de emboscadas, 3 durante ocorrências de distúrbios domésticos, 3 durante ataques não provocados, 2 enquanto transportavam ou mantinham a custódia de prisioneiros, 2 enquanto transportavam pessoas com problemas de saúde mental e 1 durante atividades de investigação, tais como vigilância, buscas ou inquirição (FBI, 2016). Do relatório observa-se que os suspeitos usaram armas de fogo contra 38 vítimas (29 com armas curtas, 1 com *shotgun*, 7 com espingardas, e um elemento foi morto com uma arma que não foi identificada). Três vítimas foram mortas com o uso de veículos como arma (FBI, 2016).

Outros autores se propuseram estudar outras causas motivadoras da violência contra elementos policiais. Ellrich e Baier (2016) no estudo elaborado para analisar a influência da personalidade na vitimização, constataram que elementos policiais com uma personalidade mais extrovertida são mais propensos a serem vítimas de violência e a tomarem menos precauções para sua própria proteção, como manter uma distância considerável de segurança.

Numa outra investigação, a de Jacobs e Carmichael (2002), os autores verificaram que existem mais assassinatos de elementos das forças de segurança nas cidades onde os níveis de divórcio são superiores. Apuraram também que, tal como era esperado, cidades com níveis mais elevados de criminalidade violenta são aquelas que mostram maior número de polícias assassinados, bem como nas maiores cidades, onde é mais difícil identificar os criminosos. Uma outra conclusão foi o facto de que em cidades com uma política racial aberta existe uma diminuição do uso de força letal contra polícias.

Ao analisar o impacto das leis que permitem aos cidadãos o uso e porte de armas escondidas para sua defesa em certos Estados, na frequência dos episódios de homicídios de elementos das forças de segurança, Mustard (2001), chegou à conclusão que os Estados

onde vigoravam essas leis tinham baixas percentagens de mortes de polícias e os que implementaram posteriormente, assistiram a uma redução dessas mesmas percentagens.

Willits (2014) propôs-se estudar em que medida o contexto organizacional, a complexidade organizacional e o controlo organizacional dos departamentos policiais estão relacionados com as ocorrências de violência contra policiais. O contexto organizacional é definido pelo autor como o contexto ambiental e social em que os departamentos policiais trabalham. A complexidade organizacional refere-se ao modo como cada departamento divide e planeia o seu trabalho. Por fim, o controlo organizacional, diz respeito ao modo como o trabalho é direcionado e gerido, bem como às diretivas e regulamentos emanados que permitem aos elementos policiais de cada departamento conhecerem os procedimentos pelos quais se têm de reger perante as diversas situações.

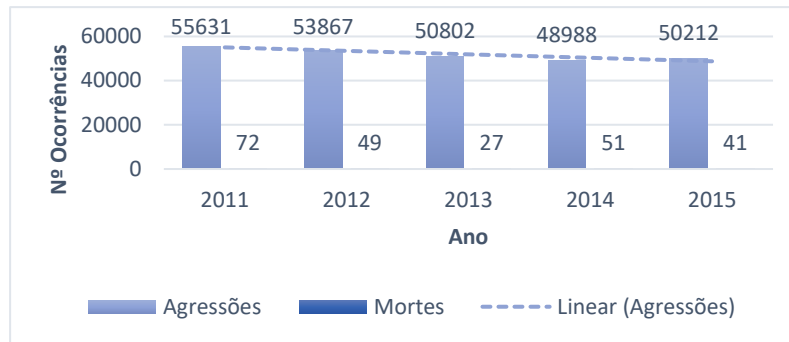
Concluiu Willits (2014), que os polícias que trabalham em departamentos policiais situados num contexto ambiental com elevada taxa criminal, desvantagens estruturais e desigualdade, estão mais expostos a situações de risco e por isso mais propensos a situações de violência. Este facto é também evidenciado por Covington (2010), que nos diz que taxas de crime elevadas implicam inevitavelmente que nesses locais se verifique um aumento da presença policial, e, conseqüentemente do contacto entre as forças de segurança e os cidadãos violadores da lei, que não desejam a presença da polícia, aumentando assim a hostilidade e risco de violência para com os elementos policiais, nesses mesmos locais.

Outras variáveis de contexto organizacional não foram apontadas pelo autor como estando relacionadas com a violência contra polícias, como o caso da desigualdade racial.

Duas variáveis relacionadas com a complexidade organizacional foram também indicadas como relacionadas com a violência contra as forças de segurança, a diferenciação espacial e a diferenciação funcional, que indicam que departamentos que são organizados por unidades especializadas e os que têm mais subunidades/esquadras são os que registam menor número de episódios de violência contra os seus elementos, por promoverem um maior contacto com o cidadão. O resto das variáveis estudadas não indicaram estar relacionadas com a segurança dos elementos.

Concluindo a análise deste fenómeno à escala internacional, vejamos a evolução do número de agressões e mortes de elementos das forças de segurança, nos últimos cinco anos, segundo informações recolhidas através dos relatórios LEOKA produzidos pelo FBI, no gráfico seguinte.

Gráfico -1 Evolução das ocorrências de agressões e mortes em serviço – 2011-2015. Fonte: FBI (2016)



Conforme se pode verificar no gráfico acima, observa-se uma descida no número de ocorrências em ambos os casos até 2013. Em 2014 o número de agressões continuou a baixar, sendo que, o número de mortes sofreu um aumento de quase o dobro das ocorrências, tendo baixado novamente em 2015. Por outro lado, o número de agressões aumentou de 2014 para 2015, tendo ocorrido mais 1224 agressões relativamente ao ano anterior. Não são apresentados os valores referentes ao ano de 2016, pois à data da realização do presente trabalho, ainda não se encontravam disponíveis.

Passemos agora para a análise do paradigma nacional e apresentação de estudos realizados sobre a temática.

2.2.ABORDAGEM AO FENÓMENO EM PORTUGAL

Contrariamente à realidade internacional, são poucos os estudos existentes que analisem em pormenor as ocorrências de violência contra elementos das forças de segurança. No entanto, apesar de poucos, damos a conhecer alguns autores que se debruçaram sobre este problema.

No ano de 2000, Vieira (2000) elaborou um estudo sobre as ocorrências de agressões contra elementos policiais em três esquadras policiais do COMETLIS, da PSP, a 10.^a, 11.^a e 33.^a, nos anos de 1997, 1998 e 1999. Na sua investigação observou que nas três subunidades estudadas, no período mencionado, ocorreram 24 detenções por agressões a polícias, das quais 18 por agressão física. Os meios mais usados para concretizar a agressão são o recurso à própria força física e em segundo lugar o recurso a arma branca, o que o autor justifica por serem fáceis de transportar, dissimular e adquirir.

Quanto ao serviço desenvolvido pelos agentes policiais agredidos e tipologia da ocorrência para a qual foram solicitados, verifica-se maior ocorrência nos elementos que se encontravam a desempenhar funções de patrulhamento auto que se deslocaram para situações de agressões entre terceiros, seguido de outras ocorrências de desordem. Os locais onde ocorreram os episódios de violência, mais verificados na referida investigação foram, em primeiro lugar, na via pública, seguidamente da própria esquadra, sendo que, quanto ao horário, das 24 ocorrências estudadas, Vieira (2000) não extraiu alguma conclusão concreta, dada a grande homogeneidade em que as mesmas se distribuem pelos três turnos policiais, 00H00-08H00 (8 ocorrências), 08H00-16H00 (7 ocorrências) e 16H00-00H00 (9 ocorrências). A idade dos agressores mantém-se dentro dos valores já apontados em outros estudos, situando-se entre os 24 e os 40 anos de idade.

Ao estudar as consequências que advém para os polícias que sofreram agressões durante o decorrer da sua missão, Monteiro (2002), inquiriu 91 elementos policiais, da categoria de Agente, todos do género masculino. Do seu estudo concluiu que a maioria dos elementos que constituíram a sua amostra tinham uma idade compreendida entre os 21 e os 30 anos, sendo na maior parte casados ou em união de facto, com 10º ou 11º ano de escolaridade, com tempo de serviço efetivo de 1 a 5 anos, a desempenhar serviço de patrulha auto. Questionados sobre o histórico de agressões em serviço, a maioria respondeu já ter sido agredida 1 a 2 vezes. Os métodos mais utilizados pelo agressor para consolidar a agressão foi através da força física, seguido de atropelamentos intencionais, sendo que os danos físicos mais observados foram hematomas. Quanto ao local predominante da agressão foi maioritariamente a via pública, no período temporal das 13H00-19H00.

Um outro estudo foi elaborado por Domingues (2010), onde o autor analisou 85 autos de notícia por detenção devido a violência praticada contra elementos policiais, física e verbal, na Divisão Policial de Loures da PSP. Concluiu que 98,8%, ou seja, 84 das ocorrências foram cometidas contra polícias do género masculino e 1,2%, uma ocorrência, contra um elemento feminino. Quanto à idade dos elementos agredidos, o escalão etário que sofreu maior número de agressões foi entre os 26 e os 30 anos, representando 45,9%, sendo que o elemento mais novo tinha na data da agressão 24 anos e o mais velho 53, e, a idade onde se verificou maior observância de agressões foi nos elementos com 27 anos de idade. O autor do estudo observou que a categoria de Agente foi a que demonstrou maior número de vítimas de agressão em 71,8% dos casos (61

agressões) e que em relação à antiguidade, os elementos que sofreram mais agressões tinham até 5 anos de serviço (40%).

Já relativamente ao agressor, era na maioria homem (92%), entre os 21 e 25 anos de idade (32,9%), nacionalidade portuguesa (81,5%), em situação profissional ativa (75,4%). Concluiu-se também no estudo que 70% dos suspeitos cometeram a agressão na freguesia de sua residência, apenas 4,9% pertenciam a gangs e 24,7% a grupos, sendo que a maioria não pertencia a nenhum dos anteriores. Destes, 64,2% já tinham antecedentes criminais e 85,2% não se encontravam sob o efeito de álcool ou drogas. Ao analisar as circunstâncias em que sucedeu a agressão, Domingues (2010), constatou que em 64,7% das ocorrências foram elementos que se encontravam de serviço ao carro patrulha, a maioria ocorreu quando se encontravam 2 elementos policiais no local (48,2%), sendo que, tanto ocorreram agressões enquanto um elemento estava sozinho (1 agressão), como quando se encontravam presentes no local 16 polícias (1 agressão). Os suspeitos utilizaram a força física em 41,7% dos casos, 85% dos elementos não recebeu tratamento hospitalar, 23% episódios de violência ocorreram em distúrbios na via pública e 16,5% em fiscalizações de trânsito, aquando o pedido de identificação aos indivíduos abordados (48,2%). Maioritariamente as agressões aconteceram no turno de serviço 19h00-0h59 (32,9%) e 13h00-18h59 (27%), no mês de março (17,6%), aos domingos (27,7%) e quintas-feiras (20%).

Importa ainda demonstrar neste estudo, algumas das conclusões trazidas por Domingues (2010) após ter entrevistado alguns agentes agredidos. Quanto a fatores organizacionais adstritos a estas ocorrências, a maioria dos elementos vítimas de violência referiu que a formação que receberam durante o seu curso de formação foi suficiente para fazer face a este tipo de situações, contudo, notam a falta de componente prática ministrada de forma contínua. A falta de meios materiais que assegure uma correta proteção dos elementos e a escassez de meios humanos, foram também referidos pelos entrevistados como carências.

Relativamente a fatores sociais, existiu consenso nos entrevistados ao afirmarem que existe um grande sentimento de impunidade dos agressores e que as penas aplicadas aos mesmos não são, de maneira alguma, dissuasoras, tendo havido nas situações específicas dos entrevistados, penas que nunca foram aplicadas por falta de comparência em tribunal dos agressores. Em alguns casos os processos foram mesmo arquivados pelo Procurador(a) por falta de provas ou com a justificação que de os polícias deverão estar habituados a lidar com violência. Numa situação em que chegou a haver disparos contra

o elemento policial, a pena aplicada a um dos agressores foi de apresentações na esquadra, enquanto que o segundo agressor cumpriu 18 meses de prisão. Questionados sobre o apoio concedido pela instituição aos níveis jurídico, psicológico e financeiro, todos os entrevistados negaram que qualquer apoio tenha sido prestado aos mesmos (Domingues, 2010).

Um outro estudo acerca desta problemática é de Rodrigues (2006), que incidiu sobre as agressões aos elementos da Guarda Nacional Republicana (GNR) no Grupo Territorial de Almada, onde a autora refere que o nosso país “presencia um aumento considerável da chamada “criminalidade violenta e grave”, nomeadamente, no que diz respeito, às agressões a agentes de autoridade”, onde a autora expôs que de “1998 a 2004 ocorreram cerca de 4300 agressões contra elementos policiais, que provocaram 17 mortos, 160 feridos graves, 2500 feridos ligeiros e 652 agentes agredidos sem necessidade de tratamento médico. Sem contar com 350 tentativas de atropelamento” (Rodrigues, 2006, p. 20).

Ao analisar 69 autos relativos a estas ocorrências, no período já referido, Rodrigues (2006) constatou que a maioria dos agressores são do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, solteiros, pertencentes a estratos sociais baixos, maioritariamente de raça negra e com antecedentes criminais. Na sua maioria não se encontravam sob a influência de álcool, embora o estado de embriaguez dos agressores esteja relacionado positivamente com as agressões cometidas durante o período noturno. Estes agressores usaram frequentemente a força física contra os agentes de autoridade. Não foram registadas diferenças significativas entre as perpetradas durante o dia (44,9%) e durante a noite (55,1%), havendo uma predominância das agressões cometidas nos meses de verão.

Igualmente Carneiro (2012) e Galego (2013) estudaram as agressões contra militares da GNR. Os estudos focaram-se no ano de 2011 no Comando Territorial de Faro e no triénio de 2010-2012 no Destacamento Territorial de Sintra, respetivamente.

Carneiro (2012) identificou para aquele período e Comando, 113 ocorrências com um total de 278 militares agredidos, na maioria do género masculino, entre os 24 e 28 anos, que possuíam na maioria o 12.º ano de escolaridade. No que diz respeito ao agressor, também eles são maioritariamente do género masculino, sendo apenas 12% do género feminino, com idades situadas entre os 20 e 30 anos de idade, na maioria solteiros e de nacionalidade portuguesa. O autor verificou que 90% das agressões foram cometidas por um único agressor e as restantes por dois, sendo que a maioria dos mesmos cometeu o ato

na sua área de residência. Quanto à presença de influência de álcool ou outras substâncias, grande parte dos suspeitos apresentava indícios das mesmas, e apenas 28% não estava sob influência de qualquer substância.

A maioria das agressões foram simultaneamente de índole física e verbal, verificando-se 11% das agressões com recurso a arremesso de objetos, tentativas de atropelamento, cuspos e animais. Os militares agredidos estavam a desempenhar serviço de patrulhamento, sendo que o serviço remunerado foi aquele onde ocorreram menor número de ocorrências. Quanto aos horários, meses e dias de semana, verificou-se maior incidência nos períodos entre as 00H00 e as 05H59 e 18H00 e 23H59, nos meses de março e maio e durante o fim de semana.

A par da análise que efetuou no seu estudo, Carneiro (2012) conclui também que uma das causas responsáveis deste fenómeno no período em estudo foi o próprio militar agredido que descurou os procedimentos corretos de atuação e conduta. Nos casos em que os militares eram mais inexperientes, os mesmos demonstraram uma postura demasiado passiva em situações que exigiam maior determinação ou então, devido à vontade de quererem atuar, terão acabado por se excederem na sua conduta.

Galego (2013) no seu estudo observou 103 ocorrências de agressões contra militares no Destacamento Territorial de Sintra, entre os anos de 2010 a 2012. Na maioria das agressões, à semelhança do estudo de Carneiro (2012), os agressores são do sexo masculino, de idades compreendidas entre os 21 e os 30 anos, solteiros, de nacionalidade portuguesa. Os mesmos possuíam emprego e atuaram sozinhos e, embora não tenham sido realizados testes, aparentavam na maioria estarem alcoolizados. Verificou que os suspeitos agrediram simultaneamente os militares no modo verbal e físico, registando-se um aumento tanto das agressões físicas como verbais de 2010 a 2012. Os locais onde estas ocorrem maioritariamente são em zonas públicas, estando os militares a desempenhar serviço de patrulhamento, na maior parte das vezes em binómio, existindo também um elevado número de agressões quando se encontravam no local três ou mais militares. Quanto aos horários, observa-se a predominância de ocorrências entre as 18H00 e as 06H00, nos meses de agosto e outubro. Quanto às consequências que advieram para os militares, das 64 agressões, 40 sofreram ferimentos, dos quais 20 receberam tratamento hospitalar.

Em complemento à bibliografia existente, analisaremos seguidamente os riscos que esta profissão acarreta para os seus elementos.

2.3. RISCOS DO SERVIÇO POLICIAL

De acordo com Minayo, Souza, e Constantino (2007) os policiais representam uma categoria de funcionários públicos a quem o fator risco não é mero acidente, mas sim característica intrínseca aos mesmos, aos níveis laboral, ambiental e relacional.

O risco é considerado como a previsão de que uma ação, evento ou contexto possa resultar num dano que pode ser limitado ou controlado, e a partir dele, podem ser implementadas medidas para impedir que o dano ocorra ou, ocorrendo, minimizar os seus efeitos (Guerra, 2007).

A polícia, como uma autoridade pública e a exerce-la em nome do Estado, faz cumprir o estabelecido na lei, constituindo constrangimento aos cidadãos incumpridores, que veem o elemento policial como um entrave aos seus objetivos, podendo exercer algum tipo de violência contra o mesmo e fazer perigar a sua integridade física. Além da violência a que estão sujeitos, quer seja sobre eles ou mesmo no ambiente em que operam, o serviço policial, devido à sua elevada complexidade e amplitude de intervenção, tendo os seus profissionais que lidar com as mais variadas situações e ocorrências, traz inúmeros riscos para a segurança e saúde para estes homens e mulheres.

A vitimização policial é, infelizmente, uma realidade frequente na vida dos profissionais das forças de segurança, quer os mesmos sejam alvos diretos de violência nas suas variadas formas, ou a presenciem através dos seus colegas. Como tal, é de prever que ao viverem estes episódios e com o constante risco a que estão sujeitos, surja alguma desmotivação dos elementos e que tal influencie o compromisso destes para com a instituição, como atesta Ellrich (2015). No seu estudo, o compromisso organizacional é definido como a resposta emocional dos membros de uma organização, que demonstram vontade de nela permanecerem e forte aceitação dos valores e objetivos, executando esforços em nome da mesma.

Experiências pessoais de violência física por parte de cidadãos reduzem o compromisso organizacional dos elementos policiais, enquanto que, o apoio da hierarquia e dos colegas, coesão de grupo e apoio organizacional mostraram ser fatores influenciadores de um compromisso organizacional positivo (Ellrich, 2015). Quando a vitimização ocorre no seio de um grupo com baixa coesão, a perda de compromisso organizacional dos elementos demonstra ainda ser mais elevada. Assim sendo, em complemento às medidas que deverão ser implementadas com vista à segurança dos agentes policiais e à sua maior preparação para fazer face a possíveis casos de violência

a si dirigida, deverão ser levadas a cabo medidas de acompanhamento permanente e exaustivo destes elementos com vista a atenuar as consequências que daí possam advir.

Afirmam Gonçalo, Gomes, Barbosa e Afonso (2010) que a Polícia chegou a ser considerada, como uma das profissões mais stressantes do mundo, pois para além do trabalho por turnos e grande volume de horas de trabalho, contém uma característica muito própria da sua atividade, o facto de haver risco de vida, quer para o próprio elemento, quer para terceiros. Relativamente às mortes de elementos policiais, esta categoria profissional tem uma taxa de homicídio ocupacional, inerente à profissão, de três vezes mais do que a população geral, segundo Swedler, Simmons, Dominici e Hemenway (2015). Ao nível da realidade do nosso país, desde o ano de 2000, sete polícias foram mortos, entre os quais dois militares da GNR, quatro da PSP e um elemento da PJ (JN, 2016).

As agressões sofridas em serviço ou por causa dele, para além de todas as implicações psicológicas que podem surgir nos polícias, trazem consequências físicas que por vezes podem incapacitar o elemento policial, não só do serviço operacional, mas também na sua rotina de vida. Os conflitos entre as exigências do serviço policial e a conjugação com a vida familiar, a negativa atitude da sociedade e grande desconfiança desta, a elevada exposição mediática a que estão sujeitos e "uma política de segurança interna insuficiente e negligente, pautada por um sistema de justiça moroso que muitas vezes, não decide e quando julga não sanciona adequadamente os agressores" (Rodrigues, 2006, p. 20), são factores que contribuem para que, de facto, os elementos das forças de segurança detenham sobre si elevados níveis de stress que a maioria da população não experiencia.

De todos estes factores potenciadores de stress, poderão surgir outras implicações de natureza física, tais como doenças cardiovasculares, gástricas, psicossomáticas, elevada pressão arterial, colesterol e elevados níveis de cortisol; de natureza psicológica, como a já referida perda de compromisso organizacional, cinismo, raiva e Sintoma de Stress Pós-traumático (SSPT) e, de natureza comportamental, o abuso de álcool e drogas, absentismo, fraco desempenho profissional e suicídio (Pacheco, 2016).

O SSPT tem-se revelado como uma grave doença mental, tornando-se um sério problema de saúde pública. É o resultado de um evento traumático, como combates, ataques terroristas, violência no seio familiar, agressões ou lesões graves (Ghaffarzagdegan, Ebrahimvandi, & Jalali, 2016). O permanente contacto com eventos violentos e várias cenas de crime como homicídios, roubos, abusos sexuais, suicídio, e

constante sofrimento de terceiros, faz com que os elementos policiais estejam mais altamente expostos ao risco de sofrerem de SSPT (Ellrich & Baier, 2016; Jong-Ku et al., 2016; Lee, Kim, Won, & Roh, 2016; Lennings, 1997; Skogstad et al., 2013).

No estudo levado a cabo por Lee, Kim, Won e Roh (2016), 41.1% dos polícias que experienciaram um evento traumático foram classificados como tendo um elevado nível de risco de sofrerem deste sintoma, percentagem essa superior à de qualquer outro serviço de emergência, como, por exemplo, os bombeiros. A EUROCCOP (2014) adianta que a *Dutch National Police* espera que 1500 a 2500 polícias que sofrem de SSPT sejam tratados anualmente.

Alguns factores relacionados com este sintoma, após a vivência do episódio traumático, são a introversão e dificuldade em expressar sentimentos, hipertensão e insatisfação laboral (Skogstad, et al., 2013), pesadelos, ansiedade e perturbação dos padrões do sono, memórias intrusivas e *flashbacks* (Ellrich & Baier, 2016; Ghaffarzadegan, Ebrahimvandi, & Jalali, 2016). Além destes são também verificados sintomas como postura defensiva e evasiva, insegurança e permanente desconfiança, sobrevalorização da possibilidade de ocorrer uma nova agressão, consciencialização da inexistência de preparação para se defenderem nesses casos, permanente estado de alerta e hipervigilância, insensibilidade e agressividade e permanente desconforto (Monteiro, 2002). No estudo de Ellrich e Baier (2016), no caso de agressões contra polícias cometidas com recurso a armas ou outros objetos perigosos, o número de polícias que poderiam sofrer deste sintoma duplicou. Também o mau estado dos equipamentos, mau ambiente entre os colegas e discriminação podem aumentar a probabilidade de um elemento sofrer de SSPT (Skogstad, et al., 2013).

De acordo com Pacheco (2016), o suicídio nas forças de segurança, como resposta a situações extremas de stress, apresenta-se em maior número comparativamente à população geral. Na PSP entre 2004 e 2015 registaram-se 48 suicídios, sendo os Comandos Metropolitanos de Lisboa e Porto os que tiveram maior número de ocorrências de suicídio.

Detetar situações de predisposições suicidas nos elementos das forças de segurança torna-se muito difícil uma vez que, estes elementos tornam-se muito hesitantes em pedir ajuda, a que muito se deve à cultura organizacional que obriga a uma postura de controlo das emoções e vulnerabilidades (Violanti, Mnatsakanova, & Andrew, 2013). De 2000 a 2009 o suicídio foi a principal causa de morte não natural do efetivo da PSP, sendo que, a percentagem de mortes não naturais na instituição é muito superior à da população

em geral, evidenciando os fatores de risco inerentes à profissão (Caçador, 2010). Não nos podemos esquecer da facilidade de acesso a armas que estes elementos possuem, que poderá ser determinante na tomada de decisão de pôr termo à vida.

Aliado a todos os fatores enumerados, também as condições de trabalho constituem risco para os elementos policiais, nomeadamente no caso de esquadras com más condições, quer ao nível da infraestrutura, que na falta de meios materiais que assegurem eficazmente o serviço operacional bem como a segurança dos próprios polícias, como a falta de equipamentos de proteção suficientes e adequados e a parca manutenção das viaturas policiais que por vezes circulam sem as condições mínimas de segurança, aumentando a probabilidade de ocorrerem acidentes devido ao carácter urgente da missão policial.

Muitos elementos policiais prestam serviços remunerados nos períodos de descanso, o que diminui as horas que estes dispõem de repouso, pelo que poderá afetar a sua capacidade de estar atento e vigilante ao que o rodeia, constituindo um risco para a sua proteção e de terceiros, mas também trazer consequências para a sua saúde. Além disto, grande parte do efetivo encontra-se deslocado do seu local de origem e muitas vezes da família, levando por vezes ao desagregamento familiar e conseqüentemente ao isolamento.

Assim, observa-se que o serviço policial é dotado de uma grande complexidade, onde as condições de trabalho, apoio e reconhecimento não são equilibradas e adequadas a todos os riscos que o efetivo policial está sujeito no exercer da sua missão, e pelos quais deveria ser caracterizado como uma profissão de risco e de desgaste rápido por todas as consequências, por vezes irreversíveis, a que o efetivo está sujeito.

2.4. CRIMINALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA CONTRA POLÍCIAS

Olhando para o Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 39/2016, de 19/12, observa-se que alguns crimes tipificados no mesmo são agravados pelo facto de serem cometidos contra elementos das forças de segurança, agravação esta que enfatiza a responsabilidade e autoridade das forças de segurança, bem como o respeito que os cidadãos devem manter pela missão destas.

Apesar da presente investigação centrar-se essencialmente na violência física contra elementos das forças de segurança, analisaremos de seguida os artigos constantes no ordenamento jurídico português, que penalizam e agravam atos praticados contra polícias.

No Capítulo I – “Dos crimes contra a vida”, integrante no Título I “Dos crimes contra as pessoas”, no art.º 131, está plasmado o crime mais gravoso, o Homicídio, a que corresponde pena de prisão de 8 a 16 anos. Se o autor do homicídio o tiver cometido contra um elemento das forças de segurança, a sua conduta configura o crime de Homicídio qualificado, previsto no art.º 132, n.º 2, al. 1), a que corresponde uma pena de prisão mais gravosa, de 12 a 25 anos.

Quando a conduta do agressor recai sobre a integridade física do elemento policial, este comete o crime de “Ofensa à integridade física simples”, previsto no art.º 143 ou “Ofensa à integridade física grave”, constante no art.º 144. O primeiro, apesar de ser de natureza semipúblico, dependendo o procedimento criminal de queixa do titular da mesma, quando cometido contra elementos das forças de segurança no exercício das suas funções ou por causa delas, passa a crime público, não sendo necessário o agente policial apresentar queixa, de acordo com o n.º 2 do art.º 143. No caso dos artigos anteriores, quando cometidos contra elementos das forças ou serviços de segurança, à semelhança do que acontece no art.º 132º, n.º 2 al. 1), passam a configurar o tipo de crime de “Ofensa à integridade física qualificada”, por força do art.º 145, ao que corresponde uma pena de prisão até 4 anos, no caso do art.º 143, e pena de prisão de 3 a 12 anos, no caso do art.º 144.

Seguindo uma ordem sequencial na análise dos artigos do Código Penal, no Capítulo IV “Dos Crimes contra a liberdade Pessoal”, surgem os crimes de “Ameaça” e “Coação” previstos nos artigos 153.º e 154.º. O crime de “Ameaça”, de acordo com o artigo correspondente, consiste em provocar medo ou inquietação ou na intenção de prejudicar a liberdade de determinação, através de ameaça da prática de um crime contra a vida, integridade física, liberdade pessoal e autodeterminação sexual bem como dos bens patrimoniais. Já o de “Coação”, previsto no art.º 154, consiste no constrangimento de uma pessoa para que esta tome uma ação ou omissão ou suporte uma atividade, com recurso à violência ou de ameaça com mal importante. À semelhança dos casos anteriores, os crimes mencionados sofrem uma agravação quando praticados contra as pessoas referidas na alínea l) do n.º 2 do art.º 132, onde constam os elementos das forças e serviços de segurança.

No crime de “Sequestro”, no art.º 158, também está prevista a agravação quando praticado contra elementos policiais, por força da já referida alínea l) do n.º 2 do art.º 132, sendo que, quem detiver, prender, mantiver preso ou detido algum elemento das forças de segurança no exercer das suas funções ou por causa delas, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos.

Os crimes de “Difamação”, art.º 180, e “Injúrias”, art.º 181, presentes no Capítulo VI, “Dos crimes contra a honra”, configuram também condutas agravadas quando cometidas contra polícias, conforme se observa no art.º 184. De notar que o art.º 183º “Publicidade e calúnia” faz referência aos crimes anteriormente descritos, sendo que, de acordo com o n.º 2 do mesmo artigo, se o crime for cometido com recurso a meio de comunicação social, o seu autor é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa não inferior a 120 dias.

Por fim, o art.º 347, sob a epígrafe “Resistência e coação sobre funcionário”, presente no Capítulo II do Título V do CP, diz diretamente respeito a atos de violência, que podem incluir ameaça grave ou ofensas à integridade física, empregues contra um elemento das forças de segurança, forças armadas ou militarizadas, durante o exercício das suas funções, para o impedir ou coagir a tomar qualquer ação relativa ou contrária às suas funções. O mesmo artigo prevê uma pena de prisão até cinco anos, e, no seu n.º 2, prevê ainda os casos de desobediência ao sinal de paragem e o ato de dirigir contra elementos das forças de segurança, armadas ou militarizadas, veículo, entre outros, para o constranger a que pratique ato relativo às suas funções. Este crime é público, pelo que não necessita que o elemento policial apresente denúncia, sendo o autor do ilícito imediatamente detido em flagrante delito. Seguidamente a este, embora não diga diretamente a um ato de violência contra polícias, mas sim de desrespeito aos mesmos, encontra-se também o crime de “Desobediência”, no art.º 348, aplicado a quem desobedeça a ordem ou mandado legítimos, regularmente comunicados, emanados por elementos das forças de segurança. Ainda a respeito do crime de “Resistência e coação sobre funcionário”, diz-nos o Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, datado de 4 de janeiro de 2007¹, que este crime visa proteger a autonomia intencional do Estado evitando que terceiros ponham entraves às intenções e execuções do Estado, tornando as suas ações

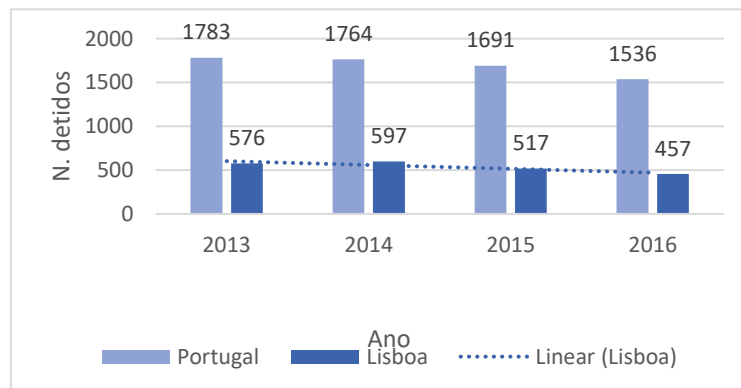
¹ Fonte: DGSI (2017, 2 de março) . Acórdão do Supremo Tribunal – Resistência e Coação sobre Funcionário. Acedido de <http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/aab9dfeffa573c27802572de00349849?OpenDocument>

ineficazes. A proteção que confere à pessoa do funcionário incumbido de desempenhar a sua ação em nome do Estado é apenas funcional e não protege a sua liberdade de ação pessoal.

Um outro Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, de 7 de março de 2007², menciona ainda sobre este crime que confere proteção ao próprio funcionário no exercício das suas funções, e por causa destas, e simultaneamente o interesse público na prossecução das suas funções. Adianta ainda que, sendo um crime de execução vinculada, é necessário que se observe prática de violência, na forma física ou psíquica ou de ameaça grave contra funcionário que impeça o mesmo de levar a cabo a sua ação ou que imponha uma atuação contrária ao dever do funcionário.

Para se ter uma noção deste fenómeno ao nível nacional, importa saber o número de agentes/suspeitos detidos por crime de Resistência e coação sobre funcionário, bem como a criminalidade participada, nos últimos quatro anos, na totalidade do território nacional e no distrito de Lisboa, este último que é a amostra caracterizante da presente investigação. Nos gráficos seguintes constam dados recolhidos das Estatísticas da Justiça (DGSI, 2017).

Gráfico -2 – Agentes/suspeitos detidos por Resistência e coação sobre funcionário em território nacional e no distrito de Lisboa. Fonte: Estatísticas da Justiça, DGPJ (2017)



Analisando o presente gráfico, observa-se que a nível nacional, no período de 2013 a 2016, existe uma tendência para diminuição do número de agentes/suspeitos detidos por Resistência e coação sobre funcionário. Já reportando apenas ao distrito de

² Fonte: DGSI (2017, 2 de março) . Acórdão do Supremo Tribunal – Resistência e Coação sobre Funcionário.

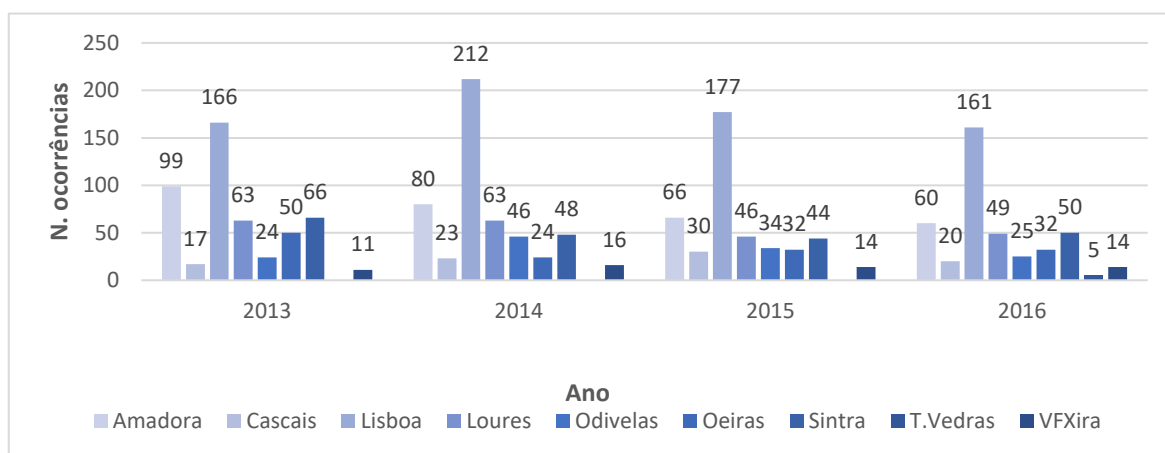
Acedido de:

<http://www.dgsi.pt/jstj.nsf/954f0ce6ad9dd8b980256b5f003fa814/c62211debbad74c48025731b005071d7?OpenDocument>, a 2 de março de 2017

Lisboa, no período em causa, nota-se um aumento no ano de 2014, que tem baixado até 2016. É importante referir que os números anteriores são referentes a todo o território nacional e sobre todos os serviços e forças de segurança constantes nas Estatísticas da Justiça.

Relativamente às ocorrências participadas, apenas da PSP, de Resistência e Coação sobre funcionário, conforme gráfico seguinte, no período de 2013 a 2016, no distrito de Lisboa, por ser a amostra que caracteriza o presente estudo, percebe-se que o concelho de Lisboa é o que mais ocorrências participa neste tipo de crime, seguido dos concelhos da Amadora, Loures e Sintra. Embora o concelho de Lisboa tenha sofrido um aumento no ano de 2014, baixou em 2015 e 2016, o que se observa também no geral dos concelhos, excetuando Torres Vedras que em 2016 contou com 5 ocorrências participadas. Para um melhor esclarecimento deste gráfico, os valores apresentados por concelho dizem respeito à Divisão Policial com responsabilidade por cada uma dessas áreas.

Gráfico-3 N.º ocorrências participadas da PSP de Resistência e coação sobre funcionário no distrito de Lisboa de 2013-2015. Fonte: Estatísticas da Justiça, DG PJ (2017)



Concluindo, no COMETLIS, no ano de 2016, foram participadas 416 ocorrências de Resistência e Coação sobre Funcionário, que corresponde a sensivelmente 25% do total de ocorrências participadas desse crime em todo o território nacional, por todos os serviços e forças de segurança constantes nas Estatísticas da Justiça, que perfaz um total de 1688 registos, bem como cerca de 48% do total de registos desse crime pela PSP e 0,24% do total de crimes registados pela mesma instituição.

2.5.MEDIDAS DE PREVENÇÃO

“A violência contra agentes de polícia não é apenas uma violação inaceitável da integridade pessoal de um ser humano, mas também constitui um ataque deliberado à sociedade e ao princípio do Estado de direito democrático” (Eurocop, 2016, p. 67). Medidas e estratégias de prevenção têm de ser urgentemente analisadas e implementadas, de modo a salvaguardar a segurança dos agentes policiais.

A violência contra polícias não deverá ser em caso algum considerado como um risco ocupacional desta profissão, no entender da Eurocop (2016), cabendo a qualquer democracia tomar uma posição contra tais condutas.

De acordo com Rodrigues (2006), a política de segurança interna nacional e o sistema de justiça são insuficientes e negligentes, não punindo devidamente os agressores, causando um forte sentimento de impunidade, que traz consequências para a atividade das forças de segurança. Todos os agressores de elementos das forças de segurança deveriam responder criminalmente de forma mais visível, sendo toda e qualquer agressão contra polícias vista como um crime agravado. Também a criação de um programa de compensação, que auxiliasse os polícias com os prejuízos financeiros obtidos pela agressão, são propostas da Eurocop (2016). Estas compensações deveriam também ser dadas, não só no caso de despesas hospitalares, mas também em casos de outros danos, como no próprio fardamento que por vezes fica danificado após um confronto físico.

Em termos legislativos, a penalização do incitamento à violência e desrespeito pela polícia, deveria ser penalizada mais seriamente, sobretudo quando feitos através de meios de comunicação de fácil difusão, como as redes sociais. “O uso de sites como o Facebook reproduz uma violência simbólica que parece inofensiva (...) porém (...) a incitação à violência em meio comunicacional de tamanho alcance e difusão tem especificidades capazes de transformar uma notícia sem fundamento numa grande onda de incentivo à violência” (Santos & Cunha, 2014, p. 11).

Relativamente ao acesso a armas pelos cidadãos, deveriam ser aplicadas leis mais restritas (Domingues, 2010), aliadas a uma maior fiscalização policial através do controlo do tráfico e posse de armas ilegais. Em 2016, de acordo com as Estatísticas da Justiça (DGPI, 2017), 193 crimes foram perpetrados com recurso a arma de fogo e 623 com recurso a arma branca.

Em termos mais operacionais e institucionais, uma das medidas propostas na literatura prende-se com o uso de coletes de proteção balística pelos elementos policiais, que foi desenvolvido para proteger o seu utilizador do impacto de balas disparadas por

armas de fogo e fragmentos de estilhaços resultantes de explosões e, quando combinado com camadas de fibras, materiais laminados ou metálicos, poderão também oferecer proteção contra ataques com objetos cortantes e outras formas de lesões, como por exemplo, acidentes de trânsito (Grant, et al., 2012).

De acordo com o *National Institute of Justice*, dos EUA, (Ashcroft, Daniels & Hart, 2001), o uso do mais variado tipo de armas, pelos suspeitos com intenções criminosas, constitui uma constante ameaça para os elementos das forças de segurança. Qualquer ocorrência por mais rotineira que seja poderá resultar em confrontos armados e inopinados e são em momentos como estes que o polícia necessita da proteção fornecida pelo colete balístico. Segundo o mesmo instituto, desde 1973 até 1 de janeiro de 2001, foram contabilizados 2500 “salvamentos” atribuídos ao uso do colete de proteção, sendo 58% na sequência de agressões (das quais 40% envolveram armas de fogo, 12% armas cortantes e 6% outro tipo de agressões) e 42% de acidentes, como acidentes de carro.

O uso de colete balístico foi uma das principais diferenças entre os números de agressões mortais e não mortais, pois, mais de 80% dos polícias que foram vítimas de ataques cujas consequências não foram fatais, faziam uso do colete de proteção. Os resultados indicam que, a utilização deste equipamento de proteção, reduz em 57% o risco de morte por agressão (Crifasi, Pollack, & Webster, 2016). No estudo elaborado por Xiong (2014), todos os 24 polícias que faziam uso de colete de proteção sobreviveram a um ataque potencialmente fatal sem consequências para o serviço, demonstrando que este equipamento efetivamente protege os elementos policiais em situações de vida real. Apesar dos números demonstrarem o benefício deste meio de proteção, o NIJ afirma que os polícias devem estar conscientes que estes coletes poderão não ser totalmente eficazes contra certos objetos cortantes e munições de armas de potência mais elevada (Ashcroft, Daniels, & Hart, 2001).

A segurança dos elementos deverá ser uma das preocupações fundamentais das instituições policiais. As forças de segurança que não determinam ao seu efetivo o uso deste equipamento de proteção, deverão fazê-lo, ainda que numa primeira fase em tempo parcial, para que os mesmos se vão habituando e se consciencializem dos benefícios que a utilização daquele traz para a sua própria segurança, que reduz significativamente a probabilidade de sofrer um ataque mortal. Durante a formação inicial policial, seria oportuno que os treinos para as ocorrências fossem o mais realistas possíveis, fazendo uso do referido colete. Grant *et al.* (2012), analisaram os principais obstáculos ao uso de forma constante do colete de proteção balística, por parte do efetivo policial, tendo

constatado que os agentes policiais queixam-se que o mesmo é desconfortável, pesado e muito volumoso, não se mostrando eficiente e adequado ao serviço policial. Assim, torna-se pertinente que a instituição, ao adquirir este material, envolva os elementos policiais que desempenham serviço operacional e que farão uso do mesmo, no processo de tomada de decisão de aquisição de material de proteção.

O respeito pelas medidas de segurança revela-se crucial para prevenir este tipo de situações, pelo que, a formação e treino prestado aos elementos policiais deverão ser intensivos nesta matéria, pois mesmo uma situação rotineira poderá fazer perigar os agentes de autoridade, pelo que deverão sempre ser tomadas em conta as medidas necessárias à sua segurança.

Tal como afirmam Pinizzotto, Davis, e Miller (2002), grande parte das vezes a vontade e proatividade em exercer a sua missão e o senso de justiça dos polícias fazem com que estes não meçam o perigo e aumenta a probabilidade de virem a sofrer lesões, pelo que, mais do que quererem deter os infratores, os elementos deverão focar-se em fazê-lo com segurança.

Os mesmos autores afirmam que o treino (não só o dado durante a formação inicial, mas também contínuo) das forças de segurança deverá: i) abarcar exercícios práticos e realistas, sob stress, para que possa aumentar as capacidades físicas e mentais dos elementos e conseguirem mantê-las numa situação crítica; ii) Preparar os elementos para formularem vários planos de acção e de solução para a ocorrência e explorarem as opções táticas que dispõem e manterem-se atentos ao seu redor, evitando o “efeito túnel” e conhecerem bem a área de atuação, de modo a evitar emboscadas e saberem comunicar à central a localização exata da ocorrência para facilitar a chegada de reforços, caso haja necessidade; iii) instruir os agentes policiais a conseguirem prever os comportamentos do suspeito (nomeadamente atitudes agressivas) e a darem preferência a ordens verbais, de modo a preverem a sua reação e não diminuírem logo de início a distância de segurança, para que possam reagir a algum movimento do suspeito que possa colocá-los em perigo.

A “*killing zone*” ocorre dentro de uma distância de 10-*foot* (aproximadamente 3.05 metros) do suspeito, pelo que a distância de segurança deverá ser superior a essa medida (Pinizzotto, Davis, & Miller, 2002).

O treino prestado pela instituição policial deverá passar também pela componente da defesa pessoal policial (Eurocop, 2016; Rodrigues, 2001). Segundo a Eurocop (2016), uma formação contínua em defesa pessoal, aliada à disponibilidade de equipamentos modernos podem ajudar a prevenir ataques contra elementos policiais.

Os conhecimentos de defesa policial são totalmente pertinentes, tanto para salvaguarda da integridade física do agente das forças de segurança, como no sentido de este transmitir profissionalismo e eficácia na intervenção policial. Os elementos policiais devem demonstrar a sua autoridade e convicção na intervenção, mostrando ser alguém que está preparado para utilizar a força caso necessário e que deverá sentir-se totalmente confiante e capaz de utilizar corretamente os meios coercivos à sua disposição. Buttle (2006), observou no seu estudo que, quando um polícia pretende fazer uso de gás pimenta, o efeito dissuasor provocado no suspeito que tem intenções de agredir o elemento policial, é semelhante ao que seria provocado se o polícia fizesse recurso de outro qualquer tipo de meio coercivo que tenha à sua disposição, como o caso do bastão policial. Nestes casos, o factor preponderante de dissuasão é, na verdade, o comportamento do próprio agente policial, que deverá causar a impressão de segurança, firmeza e prontidão para o uso da força, afastando possíveis agressores. A instituição deve certificar-se que existem meios coercivos de baixa potencialidade letal, em número adequado, e em bom estado de conservação e validade, de que os elementos possam fazer uso para sua defesa.

A produção e divulgação, de forma frequente, de relatórios e estudos que permitam analisar a evolução da violência contra forças de segurança e consequências desta para as vítimas, é fundamental, não só porque é necessário conhecer as origens de um fenómeno para se poder combatê-lo, mas também poder tirar conclusões para melhor adaptar o treino dos elementos policiais, e, apoiar dignamente estes profissionais, de modo a atenuar o sofrimento que podem causar no elemento (COPS, 2016; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; FBI, 2016; Eurocop, 2016). Desta forma, a hierarquia policial estará melhor preparada para identificar o grau de risco do seu efetivo ser vítima de violência.

Também formações em matéria de consciencialização do risco, primeiros socorros, maior enfoque e preocupação da hierarquia no que concerne às consequências ao nível psicológico sofridas pelas vítimas, que raramente são consideradas (Eurocop, 2016), deveriam ser consideradas. De igual importância são as formações que habilitem os polícias (colegas e hierarquia), a detetarem situações de stress pós-traumático entre os seus pares, uma vez que, como já vimos aquando a abordagem dos riscos do serviço policial, um ambiente organizacional de apoio e compreensão, torna-se fulcral para a prevenção do sintoma.

A COPS (2016) para resposta a ocorrências que revelem maiores riscos para os elementos policiais, apresenta também algumas recomendações, nomeadamente, carro

patrulha com dois elementos, estabelecer-se uma comunicação contínua com a central, existência de normas que clarifiquem o poder discricionário dos agentes e como pode ser exercido neste tipo de situações, auxílio de elementos policiais especializados em situações complexas, como o caso de ocorrências em que estejam envolvidas pessoas com doenças mentais, e o uso de câmaras de porte individual. No caso das últimas, o conteúdo do vídeo obtido através destes equipamentos poderá ser utilizado para avaliar a situação e ser utilizado em treinos de modo a torná-los mais próximos da realidade. Dever-se-á, contudo, explicar aos elementos que o uso destes aparelhos servirá para reduzir futuras lesões e não para controlar ou punir a sua conduta (COPS, 2016). Os benefícios da utilização de câmaras de porte individual são também explorados por Ellis, Jenkins e Smith (2015) que chegam à conclusão que a implementação deste material reduziu as agressões contra polícias em 36% face ao ano anterior, antes da implementação.

Apresentadas algumas medidas preventivas de redução da violência contra polícias, passemos agora ao capítulo seguinte referente ao Modelo Conceptual e Hipóteses orientadores do presente estudo.

CAPÍTULO III – MODELO CONCEPTUAL E HIPÓTESES

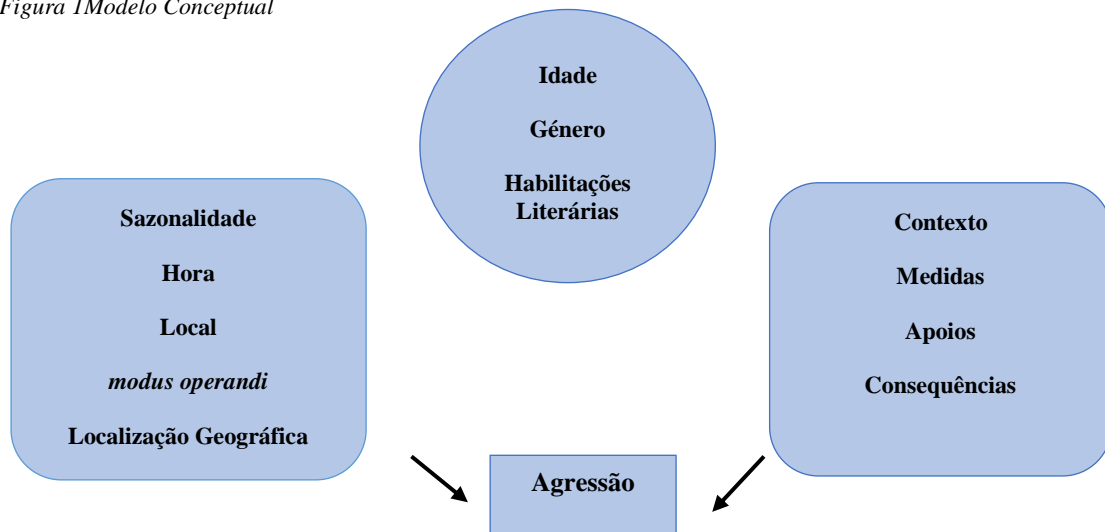
O delineamento do presente estudo fundamentou-se no modelo conceptual ilustrado pela Figura 1, que permite a identificação dos principais constructos e das relações existentes entre eles. Sendo a pergunta de partida da presente investigação **“Podemos estabelecer um padrão nas agressões cometidas contra polícias no Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS)?”**, pretendemos dar resposta à mesma através da análise de duas bases de dados, uma respeitante às agressões cometidas contra polícias no ano de 2016, nesse Comando, e a outra, decorrente da aplicação de um inquérito por questionário dirigido aos polícias vítimas das agressões desse Comando, no ano em estudo.

Constitui-se como objetivo geral desde estudo proceder à análise e caracterização das agressões cometidas contra polícias e o contexto em que ocorrem, nomeadamente em termos das características do elemento agredido e do agressor, sazonalidade, divisão policial, localização geográfica, tipo de serviço desempenhado pelo efetivo agredido, *modus operandi*, resultados para o elemento e apoios prestados pela instituição, de forma a avaliar as relações existentes entre as diversas variáveis e possível padrão existente.

A par do objetivo geral, pretendemos ainda:

1. Avaliar, numa perspetiva mais individual, os fatores pessoais e operacionais que poderão ter estado na origem da agressão;
2. Compreender quais os apoios, medidas e informações prestados pela instituição nos casos de vitimização policial.

Figura 1 Modelo Conceptual



Como afirma Clemente (2013, p.146) “Quotidianamente, a Polícia está em contacto com o pior e o melhor da sociedade, vivendo ao ritmo diário das ocorrências, bastante imprevisível”. Os polícias, no decorrer da sua missão, não podem decidir se querem ou não envolverem-se numa situação arriscada e perigosa, respondendo constantemente às solicitações que lhes são destinadas, não tendo a menor perceção com o que vão lidar (Ellrich, 2015).

Muitas vezes, como modo de escape e para dificultarem a ação policial, evitando serem identificados, autuados ou mesmo detidos, os cidadãos envolvem-se em confrontos com a polícia, culminando na agressão de elementos policiais. Segundo os dados recolhidos para realização deste estudo, no COMETLIS, no ano de 2016, ocorreram 417 casos de agressões contra polícias, número elevado tendo em conta que se refere a um único Comando de Polícia, afigurando-se necessário tomar especial atenção a este problema para que se possa preveni-lo.

Para o presente estudo, formularam-se as seguintes hipóteses.

Bierie, (2015), Carneiro (2012), Ellrich e Baier (2016), Engel (2003), IACP (2009), Pinizzotto, Davis e Miller (1997) e Rossler (2015) constataram nos seus estudos que a maioria dos agressores encontravam-se sob o efeito de álcool, drogas ou ambas.

H_{1a}: Os agressores encontravam-se maioritariamente sob aparente efeito do álcool.

H_{1b}: Os agressores encontravam-se maioritariamente sob aparente efeito de produto estupefaciente.

No entendimento de autores como Ellrich e Baier (2016), Pinizzotto, Davis e Miller (1997) as ocorrências de distúrbios e violência doméstica, são onde se registam mais agressões contra polícias.

H_{2a}: A ocorrência de distúrbios constitui-se como uma das ocorrências onde resultam mais agressões a polícias.

H_{2b}: A ocorrência de violência doméstica constitui-se como uma das ocorrências onde resultam mais agressões a polícias.

Carneiro (2012), Covington (2010), Ellrich e Baier (2016), Galego (2013), Pinizzotto, Davis e Miller (1997) e Rossler (2015) observaram mais agressões no período noturno.

H₃: O turno onde ocorrem mais agressões é o turno 00H00-08H00.

De acordo com autores como Crifasi, Pollack e Webster (2016), Pinizzotto, Davis e Miller (1997), Rossler (2015) e Swedler, Simmons, Dominici e Hemenway (2015), a forma mais comum de agressão é com recurso a armas de fogo.

H₄: A forma mais comum de agressão é com recurso a armas de fogo.

As variáveis sociodemográficas, entre as quais a idade e o género dos polícias poderão ser fator influenciador da vitimização, por ditarem a forma como estes encaram o agressor.

H_{5a} – As variáveis sociodemográficas (idade, género, posto e habilitações) dos polícias agredidos impactam no número de agressões de que foram alvo.

H_{5b} – A idade dos elementos policiais é influenciada positivamente pela dos agressores.

Divergindo o tipo de serviço, divergem os riscos a que o elemento poderá estar sujeito.

H₆ – O tipo de serviço é uma variável influenciadora do tipo de agressão sofrida.

Certas Divisões Policiais, devido à sua localização próxima com áreas sensíveis, poderão divergir no tipo de *modus operandi*.

H₇ – A Divisão Policial é uma variável influenciadora da variável *modus operandi*.

Em suma, pretende-se aferir da relação entre as variáveis e avaliar a existência de diferenças significativas entre os grupos.

CAPÍTULO IV – MÉTODO

De acordo com Coutinho (2014) os paradigmas de investigação são os pressupostos e valores que auxiliam o investigador a tomar o rumo da sua investigação, nomeadamente na formulação do problema/questão que se pretende investigar. Assim, conforme refere a mesma autora, “Metodologia”, “métodos” e “técnicas” são termos constantes da literatura que pretendem caracterizar as diversas formas que o investigador pode utilizar para o ajudarem e orientarem na procura do conhecimento.

Nesta fase definiu-se o tipo, a amostra, as variáveis, os instrumentos de medida, os procedimentos de recolha e análise de dados. A recolha de dados realizada tem em conta duas dimensões de atuação: 1. Recolha de dados oficiais das agressões contra polícias no COMETLIS e 2. aplicação de um inquérito por questionário, dirigido aos elementos policiais do mesmo Comando, que tenham sido vítimas de pelo menos uma agressão no ano de 2016.

Tendo por base o core epistemológico, nesta investigação optou-se por um estudo exploratório, de carácter descritivo e correlacional, onde se estuda as relações existentes entre as variáveis, tendo em conta os dados primários, obtidos da aplicação do questionário e de dados secundários, da base de dados com os elementos estatísticos da totalidade de agressões ocorridas. Para a consolidação dos resultados, a abordagem não é alheia à consolidação de proposições teóricas organizadas em hipóteses (Fortin, Côté, & Fillion, 2009).

4.1. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

O COMETLIS tem à sua responsabilidade uma área de aproximadamente 656,93km², cerca de 176.824.6 habitantes e conta com 125 Zonas Urbanas Sensíveis (ZUS).

Na sua organização, dispõe de cinco divisões integradas, da 1^a à 5^a Divisão Policial e de seis destacadas, a Divisão Policial da Amadora, Divisão Policial de Oeiras, Divisão

Policia de Cascais, Divisão Policial de Sintra, Divisão Policial de Loures e Divisão Policial de Vila Franca de Xira. Para além destas, possui ainda divisões específicas como a Divisão de Investigação Criminal, Divisão de Trânsito, Divisão de Segurança a Instalações, Divisão de Segurança Aeroportuária e Divisão de Segurança a Transportes Públicos. Em 2016 dispunha de um efetivo policial total de 7413 elementos. No Apêndice A, pode observar-se mais características do efetivo policial do COMETLIS.

Assente na diversidade e especificidades das diferentes Divisões e consequente intervenção e resposta policial, é evidente a necessidade de verificar as estatísticas alusivas à população residente no Distrito, para uma melhor caracterização e perceção da sua densidade populacional. De acordo com a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), relativa aos Censos de 2011, o distrito de Lisboa dispunha à data de 2.821.876 habitantes. Relativamente ao grupo etário dos habitantes, os valores encontram-se na tabela abaixo.

Tabela 1 Habitantes de Lisboa por habilitações e grupo etário. Fonte: INE (2012)

<15 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	50 a 54 anos	55 a 59 anos	60 a 64 anos	65 a 69 anos	70 a 74 anos	75 ou mais anos
4378 81	1433 46	1516 97	1822 28	2231 03	2349 61	2040 16	1929 53	1828 84	1783 52	1766 13	1517 63	1270 59	2350 20

No que diz respeito às habilitações literárias, segundo os dados, 1393182 habitantes possuíam em 2011 ensino básico completo, 459432 ensino secundário completo e 466273 ensino superior completo.

4.2. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO QUESTIONÁRIO

Para efeitos estatísticos, consideraram-se os elementos policiais que prestam ou prestaram serviço no COMETLIS no decorrer do ano 2016. Por questões de objeto de estudo, apenas foram tidas em conta as respostas dadas pelos elementos policiais que afirmativamente responderam à questão sobre a ocorrência de uma agressão à sua pessoa

no decorrer da sua atividade. Uma vez que, dentro das 417 agressões, existem polícias agredidos mais do que uma vez, eliminaram-se os dados repetidos, perfazendo um total de 339 elementos policiais agredidos pelo menos uma vez. A taxa de resposta foi de 19% e dos 65 questionários recebidos, apenas 60 foram considerados válidos, o que correspondem um a erro padrão de 11%, para um nível de significância de 95%.

A recolha de dados decorreu entre fevereiro e março de 2017. A amostra alusiva (Tabela 2) aos elementos policiais agredidos é composta por 56 elementos do género masculino (93,3%) e 4 do género feminino (6,7%). Quanto à média de idades dos inquiridos, a mesma é de 31,80 anos, com um desvio-padrão de 6,561, sendo a idade mínima 22 e a máxima 52.

Tabela 2 Caracterização dos participantes

		Frequências	%
Género	M	56	93,3
	F	4	6,7
Habilitações Literárias	Ensino Secundário	52	86,7
	Licenciatura	4	6,7
	Mestrado	4	6,7
Posto	Agente	47	78,3
	Agente Principal	6	10,0
	Chefe	5	8,3
	Subcomissário	2	3,3

Quanto às habilitações literárias dos participantes, 52 elementos têm o Ensino Secundário completo, correspondendo a 86,7% da amostra de participantes. A percentagem de inquiridos possuidores de Licenciatura e Mestrado são ambas 6,7%.

Relativamente ao posto profissional, a maioria dos participantes são Agentes (78,3%), enquanto que, o posto de Subcomissário é o que tem menos representatividade (3,3%).

4.3. PROCEDIMENTOS

As variáveis constituem a substância do problema, das hipóteses e da pergunta de partida, pelo que a escolha dos instrumentos de medida representa a finalização do processo de operacionalização (Fortin *et al.*, 2009), adequada aos objetivos de investigação (Sousa & Baptista, 2011). Esta adequação desenrola-se num contexto de estudo sistemático visando a desconstrução e, de acordo com Sarmiento (2013), descrição precisa do problema, para uma revisão crítica e permanente do conhecimento científico (Santo, 2010).

Como instrumento de pesquisa que permite a recolha de dados (Sarmiento, 2013), o questionário apresenta-se como a ferramenta-chave para obter dados junto dos elementos policiais, em contexto de análise quantitativa (Hill & Hill 2012).

Tendo em conta que a presente investigação tem duas vertentes de análise, a segunda forma de recolha de dados tem por base dados secundários que serão tratados por forma a compreender o panorama global, e não particular, das agressões ocorridas no COMETLIS.

Os procedimentos de recolha e preparação dos dados representam o meio de acesso ao conhecimento, sendo que os mesmos serão analisados e interpretados, através de técnicas de estatística descritiva, para caracterização da amostra e de resultados, e inferencial para análise das diferenças entre os grupos.

O método de recolha de dados escolhido, inquérito por questionário, foi resultante da facilidade e rapidez de recolha de informação num espaço temporal bastante curto, mas também por nos possibilitar a sistematização dos resultados fornecidos e subsequente análise.

Para a recolha de dados foram seguidos os trâmites legais e institucionais decorrentes da presente de investigação, a saber:

1. Foi enviado Ofício dirigido ao Exmo. Sr. Diretor de Estágio e Direção de Ensino do ISCP SI, a solicitar o acesso a dados referentes a polícias do COMETLIS que tenham sido agredidos em serviço. Inicialmente neste estudo iria ser analisado o ano de 2015, contudo, por nos ter sido dado acesso aos dados de 2016, optámos por realizar com uma amostra mais recente. O Ofício, remetido encontra-se no Apêndice B.
2. Após deferimento do solicitado, entrámos em contacto com o Núcleo de Operações do COMETLIS, que nos facultaram os dados pedidos.

3. Para a aplicação do questionário, foi igualmente redigido Ofício dirigido ao Exmo. Sr. Diretor de Estágio e Direção de Ensino do ISCPSI, a solicitar autorização para aplicação do referido questionário, em Apêndice B.
4. Após deferimento, o referido questionário foi enviado via email profissional policial, de modo a agilizar o processo de contacto com os agredidos.
5. Sedimentou-se a informação recolhida, apropriando-a a objeto em estudo.
6. Introduziram-se os dados obtidos no programa utilizado para o efeito, *Statistical Program for Social Sciences (SPSS) version 23*.
7. Numa última fase, realizou-se uma análise dos dados, com vista a identificar possíveis incorreções na sua introdução.

No que concerne ao questionário, em Apêndice C, é constituído por quatro partes. Na primeira parte, de carácter introdutório, descreveram-se os objetivos pretendidos e o esclarecimento da confidencialidade. A segunda parte é de caracterização sociodemográfica, por serem atributos pré-existentes dos participantes num estudo, integrando a idade, o género, a escolaridade, permitindo estabelecer o seu perfil (Fortin *et al.*, 2009). Além desses atributos, constaram também questões sobre o posto profissional, em formato de escolha múltipla de opções previamente definidas, e o número de agressões sofridas em 2016. Na terceira parte incluem-se questões como a idade e género do(s) agressor(es); tipo de serviço que estava a ser desempenhado na data da agressão e local da agressão, que se apresentam como escolha múltipla, com opções definidas previamente; quantos elementos policiais se encontravam no local; tipo de ocorrência que originou o episódio de violência e tipo de agressão sofrida (*modus operandi*), em tipo de resposta “Sim”, “Não”, “Não sabe/não responde” ou “Não se aplica” e, questões sobre as potenciais causas da agressão, consequências da agressão sofrida e apoios prestados pela instituição, que se configuram numa escala de Likert – “Discordo Totalmente”, “Discordo”, “Concordo”, “Concordo Totalmente”. Na quarta, e última parte, respeitante às medidas preventivas, são apresentadas afirmações para resposta “Sim”, “Não”, “Não sabe/não responde” ou “Não se aplica”, relativamente à formação, informação e medidas prestadas pela instituição, sendo que as restantes apresentam-se em escala de Likert, à semelhança da parte anterior, questionando os elementos policiais sobre quais as medidas implementadas na Divisão Policial onde prestam serviço, que medidas consideram que deverão ser tomadas pela instituição para

reduzir o risco de agressões nos elementos policiais e, que medidas deverão ser implementadas fora do âmbito institucional.

O questionário foi objeto de pré-teste, junto do pequeno número de indivíduos pertencentes ao universo estudado, com o intuito de proceder à sua validação. Para tal os procedimentos foram os seguintes:

- 1) Repetibilidade/reprodutibilidade: i) aplicação do questionário em dois momentos diferentes para ver a repetibilidade do mesmo; ii) aplicar ao mesmo conjunto de elementos policiais; iii) comparar os resultados, utilizando a correlação intra-classe (deu uma correlação de 0,789 ($p\text{-value} < 0,05$), o que demonstra uma boa correlação.
- 2) Consistência Interna: pela análise do alfa de Chronbach entre todas as questões no 1º (alfa de Chronbach = 0,801) e 2º momento (alfa de Chronbach = 0,778), verifica-se que os valores são bons.
- 3) Validade de conteúdos do questionário: as questões foram validadas por peritos na área policial.

Apresentado o método, local de amostra, feita a caracterização dos participantes e explanados todos os procedimentos adotados, passemos à apresentação dos resultados e respetiva discussão dos mesmos.

CAPÍTULO V – APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para determinar os resultados, aplicou-se um conjunto de técnicas que se enquadram no âmbito da estatística descritiva de dados, através das medidas de tendência central (média), de dispersão (desvio-padrão) e de associação (coeficiente de correlação de *Spearman*) e a análise inferencial dos mesmos, com técnicas estatísticas maioritariamente não paramétricas (Teste de Kruskal-Wallis, Mann-Whitney), que estão em sintonia com os diferentes tipos de variáveis em estudo. Estas técnicas permitir-nos-ão avaliar a existência de diferenças entre os diversos grupos, nomeadamente, o grupo de Divisão Policial, de hora da ocorrência, do *modus operandi*, entre outras.

5.1. PANORAMA DAS AGRESSÕES NO COMETLIS

As médias, modas e os desvios-padrão encontra-se na Tabela 9, Apêndice D, e os coeficientes de correlação se *Spearman* constam na Tabela 10, Apêndice D. Para melhor compreensão dos resultados que vão ser apresentados, importa esclarecer algumas variáveis. A variável turnos, foi dividida de acordo com os turnos operacionais 00H00-08H00, 08H00-16H00 e 16H00-00H00. No Local, o mesmo pode ser via pública, instalação ou viatura policial, transportes públicos, residência particular, recinto desportivo/espetáculo, edifício comercial/industrial e outros. O tipo de serviço está classificado como serviço operacional geral, serviço operacional remunerado, serviço administrativo e folga. A variável serviço operacional, está dividida em patrulhamento, trânsito, evento desportivo, evento diverso, violência doméstica e “outros”. Quanto ao *modus operandi*, traduz-se em recurso à força física, arma de fogo, arma branca, objetos, veículo e outro. Já no resultado da agressão, este poderá ser nenhum, danos patrimoniais, ferimentos ligeiros, ferimentos graves e “outros”.

Constata-se que, os elementos policiais aquando da ocorrência da agressão, encontravam-se a desempenhar o serviço operacional de patrulhamento e pertenciam, na

maior parte, à Divisão de Loures. Em termos de sazonalidade, a maior parte das agressões ocorreram no mês de agosto, às terças-feiras, pelas 00H30. Apesar deste facto, o turno onde parece ter ocorrido maior número de agressões foi o terceiro turno, 16H00-00H00. Quanto à localização geográfica, o concelho predominante foi o de Lisboa, e o local, a via pública. O *modus operandi* mais frequente foi o recurso à força física, que resultaram maioritariamente em ferimentos ligeiros. Nas 417 agressões analisadas, numa única ocorrência poderão ter estado mais do que um elemento envolvido, pelo que, a presente análise será feita contando cada elemento envolvido como sendo uma agressão, ainda que perpetrada pelo mesmo agressor e dirigida a mais do que um polícia, na mesma situação.

Na análise dos coeficientes de correlação de *Spearman* (ρ) (Tabela 10, Apêndice D), a Divisão Policial apresenta correlação positiva moderada com o concelho ($\rho = 0,637$, $\rho = 0,000$, $p\text{-value} < 0,01$), pois cada Divisão Policial segue a organização administrativa do país, correspondendo cada uma a um concelho, mas apresenta fraca e negativa com o Local ($\rho = -0,117$, $\rho = 0,021$, $p\text{-value} < 0,05$) e o tipo de serviço ($\rho = -0,124$, $\rho = 0,015$, $p\text{-value} < 0,05$). Os resultados sugerem que há fatores exógenos que explicam o fenómeno das agressões por Divisão Policial, que não o local e tipo de serviço desempenhado pelos elementos na data da agressão. Não se registam relações significativas com outras variáveis.

Existe relação linear positiva entre o serviço operacional e o local ($\rho = 0,242$, $\rho = 0,000$, $p\text{-value} < 0,01$), sendo que, ao analisarmos as frequências do serviço operacional em cada local, observamos que o serviço de patrulhamento é o que ocorre mais frequentemente em todos os tipos de locais, à exceção dos recintos desportivos, em que o serviço operacional prevalecente é, logicamente, o evento desportivo. Nas residências particulares, além do patrulhamento, verificam-se também o serviço de violência doméstica, o que pode indicar que, muitas vezes quando a patrulha policial se desloca à residência das vítimas e agressores, na tentativa de controlar a situação, correm o risco de serem agredidos pelo agressor e, algumas vezes até pelas vítimas.

A correlação é fraca negativa entre o mês e o dia de semana ($\rho = -0,108$, $\rho = 0,027$, $p\text{-value} < 0,05$), mas positiva, embora fraca entre o dia da semana e o local, e entre o mês e o local ($\rho = 0,165$, $\rho = 0,001$, $p\text{-value} < 0,01$). Como vimos inicialmente, o dia da semana em que ocorreram mais agressões foi às terças-feiras, mas analisando individualmente cada mês, observamos que o fim de semana é mais propenso à ocorrência de violência contra polícias. Existem ainda, dias da semana que se destacam em alguns

meses, como por exemplo, domingos e segundas-feiras no mês de maio, terças-feiras em julho e, domingos em agosto. Quanto aos locais, a tendência é ser na via pública, contudo, existem alguns locais em que a ocorrência de agressões aumenta em certas alturas do ano, como a residência particular nos meses de maio e agosto, transportes públicos em agosto e “outros” em novembro.

Da avaliação das diferenças entre os grupos constata-se que à exceção do resultado da agressão em que não existem diferenças estatisticamente significativas ($\chi^2 = 18,990$, sig =0,165, p-value > 0,05), as variáveis remanescentes, hora ($\chi^2 = 30,924$, sig =0,065, p-value \leq 0,05), tipo de serviço ($\chi^2 = 24,821$, sig =0,036, p-value \leq 0,05), serviço operacional ($\chi^2 = 33,427$, sig =0,002, p-value \leq 0,05), os apoios prestados ($\chi^2 = 23,212$, sig =0,057, p-value \leq 0,05) e o *modus operandi* ($\chi^2 = 25,085$, sig =0,034, p-value \leq 0,05) demonstram algumas diferenças (Tabela 11, Apêndice D).

Não existem diferenças significativas no que diz respeito à hora nas Divisões Policiais, conforme Tabela 12, Apêndice D. Observa-se que, em termos médios, as agressões ocorrem no período noturno, havendo apenas dois casos em que ocorrem antes das 08H00, como o caso da 1.^a Divisão Policial e da Divisão Policial de Vila Franca de Xira. No caso da Divisão de Segurança a Transportes Públicos ocorrem em média, após as 16H00.

Na Tabela 13, Apêndice D, visualiza-se o *modus operandi* mais frequente por Divisão Policial. Retirados todos os casos omissos não assinalados, constata-se que o mais utilizado é o recurso à força física. Na Divisão de Trânsito de Lisboa, observou-se um caso de recurso a veículo para agressão ao elemento policial, sendo que a maioria é recurso à força física, o que demonstra que, apesar de grande parte do serviço destes elementos ser feito através de operações stop e fiscalizações rodoviárias, os agressores não utilizam os veículos para tentativas de atropelamento. Apenas duas Divisões registam a utilização de armas, sendo que na Divisão Policial de Loures houve três recursos a arma de fogo e três recursos a arma branca e na Divisão Policial de Oeiras, dois recursos a arma branca. Analisando a localização geográfica onde as mesmas ocorreram, no que diz respeito ao recurso a arma branca, foram nas localidades de Odivelas, Moscavide e Paço de Arcos. Os recursos a arma de fogo ocorreram em Torres Vedras. A localização geográfica das agressões poderá observar-se no Apêndice F desta dissertação, o qual foi elaborado no decorrer do presente estudo.

Conforme a Tabela 14, Apêndice D, o serviço operacional geral é o mais verificado em todas as Divisões, pois é no serviço operacional geral, em especial no patrulhamento que os elementos andam mais expostos no terreno, tendo um contacto mais próximo com o público e onde acabam por ter uma resposta mais reativa às ocorrências, seja ao responderem logo de imediato a uma situação que acabara de ocorrer, ou tendo a proatividade policial de abordarem indivíduos. Por sua vez o serviço operacional remunerado constitui-se mais “estático”, estando por vezes os elementos a desempenharem um papel de vigilância, ainda que maioritariamente sozinhos. Verificaram-se algumas agressões enquanto os polícias estavam de folga, nomeadamente na Divisão Policial de Loures.

Na Tabela 15, Apêndice D, relativa ao serviço operacional, confirma-se que o patrulhamento é o serviço operacional que constitui mais risco de agressão para o efetivo. Na 3.^a Divisão Policial de Lisboa, apesar de ser a responsável pelo policiamento dos jogos desportivos dos dois clubes de Lisboa, das 46 agressões registadas, apenas 6 referem-se a eventos desportivos. É na Divisão Policial de Loures que se registam mais agressões decorrentes de situações de Violência Doméstica.

Avaliando a influência do dia da semana no número de agressões, na Tabela 16, Apêndice D, os dados sugerem mais diferenças ao nível do *modus operandi*, entre Divisões, nas segundas, quartas e quintas-feiras ($\chi^2 = 30,521$, sig =0,002, p-value $\leq 0,05$; $\chi^2 = 25,850$, sig =0,0011, p-value $\leq 0,05$; $\chi^2 = 22,148$, sig =0,036, p-value $\leq 0,05$, respetivamente). À medida que a semana avança, a quinta-feira revela-se como um dia com atividade distinta entre Divisões, em relação à hora ($\chi^2 = 25,680$, sig =0,012, p-value $\leq 0,05$) e ao tipo de serviço ($\chi^2 = 42,154$, sig =0,000, p-value $\leq 0,05$).

Para além do dia da semana, a hora apresenta-se como um elemento fundamental de avaliação entre Divisões, ao nível do resultado da agressão. No turno 00H00-08H00 os resultados apontam para diferenças estatisticamente significativas entre as Divisões ($\chi^2 = 24,132$, sig =0,020, p-value $\leq 0,05$). Por outro lado, no horário das 16H00-00H00, as diferenças estatisticamente significativas são decorrentes do tipo de serviço ($\chi^2 = 23,811$, sig =0,048, p-value $\leq 0,05$) e do serviço operacional ($\chi^2 = 29,974$, sig =0,008, p-value $\leq 0,05$) realizado pelos elementos policiais (Tabela 17, Apêndice D).

5.2. TESTES DE MEDIÇÃO PARA O MODELO CONCEPTUAL EM FUNÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

O modelo conceptual proposto na presente investigação (Figura 1, p. 37) pode ser testado empiricamente através de testes que corroborem ou neguem as hipóteses previamente estabelecidas.

5.2.1. ANÁLISE DESCRITIVA

Relativamente aos elementos policiais agredidos, verifica-se que estes têm entre 22 e 52 anos, com uma média de idades de $31,80 \pm 6,56$. Já no caso dos agressores, a média de idades situa-se nos $24,52 \pm 17,01$. Com a Tabela 18 (Apêndice E), observa-se que a idade dos agressores dos elementos do género feminino apresenta-se superior à dos agressores do género masculino, assim como o número de agressores ser mais reduzido. Destaca-se o facto de que um dos inquiridos não mencionou a idade dos agressores, razão pela qual o valor mínimo de idade dos agressores de género masculino apresenta zero, interferindo com a média.

Em termos médios, cada elemento sofreu 1,60 agressões (2 agressões), e o número de agressores está numa proporção de $3,8 \pm 12,47$, para cada elemento policial.

Em ambos os géneros o posto prevacente é o de Agente (Tabela 19, Apêndice E) e as habilitações literárias o ensino secundário (Tabela 20, Apêndice E).

No capítulo da análise das correlações, por intermédio do coeficiente de correlação de *Spearman* (Tabela 22, Apêndice E), constata-se que não existem diferenças estatisticamente significativas ($p\text{-value} > 0,05$). De um modo geral, depreende-se que à medida que a idade dos elementos policiais aumenta, o número de agressões sofridas diminui, acontecendo o mesmo com a idade dos agressores. Se avaliarmos por género essas diferenças deixam de ser visíveis, tornando-se não significativas estatisticamente ($p\text{-value} > 0,05$). (Tabela 23, Apêndice E). É curioso observar que dos resultados decorrem correlações lineares inversas muito fortes e decorrentes da primeira abordagem global, de que à medida que a idade dos agressores aumenta diminui o número de agressões no caso do posto de Agente Principal ($\rho = -0,898$, $\text{sig} = 0,015 \leq 0,05$). Para a categoria de Chefe a idade dos mesmos correlaciona-se de forma inversa com a idade dos agressores ($\rho =$

-0,900, sig = 0,037 ≤ 0,05). Em relação ao Subcomissário, o número reduzido de elementos agredidos constante da amostra, torna a análise assintomática (Tabela 24, Apêndice E).

5.2.2. ANÁLISE DO CONTEXTO DE AGRESSÃO EM FUNÇÃO DOS GRUPOS

Nesta análise pretende-se averiguar, no que diz respeito ao tipo de ocorrência, tipo de agressão sofrida, potenciais causas da agressão e consequências resultantes, por considerarmos as mais relevantes para o estudo, se existem diferenças significativas nas variáveis em análise, relativamente a algumas características dos elementos policiais agredidos, a saber, género e posto. Para o efeito recorrer-se-á a testes não paramétricos, dada a ausência de normalidade dos dados e da tipologia das variáveis em estudo, com o teste de Mann-Whitney- Prova U e teste de Kruskal-Wallis - KW.

5.2.2.1. Género

O valor da Prova U – Mann-Whitney, com valor p-value ≤ 0,05, aponta que podemos afirmar que existe evidência estatística de diferenças significativas entre os géneros, relativamente à média de agressões sofridas, em função do tipo de ocorrência, “ocorrência de agressões”. Todos os restantes elementos, não se identificam médias com significância estatística, como se observa na Tabela 25 (Apêndice E). Acrescenta-se que os tipos de ocorrência que mais resultaram em agressões foram, para os polícias do género masculino, detenção de indivíduos e identificação de suspeitos e, para os elementos policiais femininos, as duas anteriores juntamente com a ocorrência de agressões, conforme já verificado. À exceção das ocorrências de agressões, a identificação de indivíduos e detenção de suspeitos são ocorrências que envolvem proatividade policial, implicando uma abordagem aos suspeitos por iniciativa policial, o que poderá causar no suspeito maior frustração que poderá culminar em agressões para evitar a intervenção policial.

Analisando o tipo de agressões sofridas, na Tabela 26 (Apêndice E) de acordo com o género, o teste realizado apresenta todos os valores superiores a 0,05, o que significa que o género não apresenta diferenças significativas no tipo de agressão sofrida,

ou seja, no *modus operandi* utilizado pelo agressor. Em termos gerais, o *modus operandi* mais frequente foi o recurso à força física, provavelmente antecedido de injúrias (Tabela 27, Apêndice E)

Discorrendo sobre as potenciais causas da agressão, conforme Tabela 28 (Apêndice E), os valores sugerem a não relevância destas entre os géneros, sendo as causas mais enumeradas os comportamentos menos adequados dos agressores, o facto de estes terem agido em resposta à intervenção policial, terem tido anteriormente um mau comportamento perante as autoridades e agirem em retaliação e o sentimento de impunidade destes.

Nas consequências sofridas após a agressão, não se verifica a existência de diferenças estatisticamente significativas entre os géneros, conforme Tabela 29 (Apêndice E). As que mais se verificaram em ambos os géneros foram os ferimentos ligeiros. Em termos de baixas médicas, 25% dos elementos femininos (1 inquirida) teve necessidade de colocar baixa médica, enquanto que, no que diz respeito aos elementos masculinos, foram 16%.

Do decorrer da análise das diferenças entre géneros, nas restantes questões, apenas evidenciou-se que no que respeita à formação-ação, enquanto medida implementada pela divisão policial onde o elemento policial que sofreu a agressão presta serviço, constata-se que existem diferenças estatisticamente significativas ($U = 44$, $\text{sig} = 0.021$, $\text{p-value} \leq 0,05$) (Tabela 30, Apêndice E).

5.2.2.2. Posto

Neste subcapítulo apenas consideramos as questões onde se revelaram diferenças estatisticamente significativas.

A análise da Tabela 31 (Apêndice E) sugere que o fator diferenciador das respostas entre os diferentes postos surge no tipo de ocorrência na qual o elemento policial foi agredido, sendo que as diferenças entre os postos, estatisticamente significativas, se repercutem na ocorrência de furtos/roubos ($KW_{(2)} = 6.576$, $\text{sig} = 0.037$, $\text{p-value} \leq 0,05$) e na detenção de indivíduos ($KW_{(2)} = 11.810$, $\text{sig} = 0.003$, $\text{p-value} \leq 0,05$). A justificação encontra-se no facto de que, tal como afirmado anteriormente, a consideração das diferentes categorias potencia diferentes abordagens de intervenção, entre a operacional e a mais estratégica.

Por outro lado, o tipo de agressão também difere entre os postos, no que diz respeito à agressão com recurso a canídeo ($KW_{(2)} = 10.600$, sig = 0.005, p-value $\leq 0,05$) e a veículo ($KW_{(2)} = 6.306$, sig = 0.043, p-value $\leq 0,05$) (Tabela 11). Esta diferença resulta do facto de os inquiridos não terem verificado qualquer agressão a este nível, porquanto, um dos elementos respondeu “não se aplica” a esta variável, diferenciando-se dos restantes. As diferenças em relação ao recurso a veículo acabam por representar *outliers* na medida em que apenas dois elementos da amostra, 3%, foram objeto de agressão por este método.

Tendo em conta o historial dos elementos policiais, os mesmos apenas apresentam diferenças estatisticamente significativas para a definição das ações de formação que prepararem os elementos policiais para deteção de situações de stress pós-traumático como medida a implementar para reduzir o risco de agressões nos elementos policiais ($KW_{(2)} = 6.163$, sig = 0.046, p-value $\leq 0,05$), conforme Tabela 32 (Apêndice E), visualizando-se discordância com a afirmação em participantes do posto de Agente e Agente Principal.

Por último, na questão sobre as medidas que consideram que deveriam ser tomadas fora do âmbito da PSP, que inclui medidas como maior penalização para os agressores, aumento da gravidade das condenações, melhoria da informação prestada pelos media, indemnização aos elementos policiais agredidos, penalização ao incitamento à violência contra polícias e divulgação das sentenças, a divergência entre os grupos assenta em particular na melhoria da informação prestada pelos media ($KW_{(2)} = 7.051$, sig = 0.029, p-value $\leq 0,05$).

5.2.2.3. Tipo de serviço

No sentido de investigar a relação entre o tipo de serviço e o impacto que o mesmo tem no tipo de agressão, nas causas e nas suas consequências, aplicou-se o teste de Kruskal-Wallis para aferir se existem diferenças entre as variáveis. Tendo como variável moderadora, a variável tipo de serviço, a saber, Patrulhamento auto, Patrulhamento apeado, Serviço remunerado, Investigação Criminal, Intervenção rápida, Fiscalização, Graduado de serviço/sentinela, Encontrava-se fora de serviço e Policiamento de Proximidade, o valor do teste de Kruskal-Wallis, para cada uma das variáveis exógenas, tipo de agressão (Tabela 33, Apêndice E), causas da agressão (Tabela 34, Apêndice E) e

as suas consequências (Tabela 35, Apêndice E), com valor p-value $> 0,05$, aponta para que se possa afirmar que não existe evidência estatística de diferenças significativas entre os tipos de serviços, relativamente aos valores médios das diferentes variáveis.

5.2.2.4. Outras relações conexas

Neste subcapítulo apresentam-se outras questões pertinentes de análise, nomeadamente o estabelecimento de uma relação entre o número de agressores e a gravidade da agressão e respetivas consequências, bem como o género dos agressores face ao tipo de agressão.

Decorrente da análise do número de agressores face às consequências e gravidade da agressão, sendo os mesmos necessidade de colocar baixa médica ou psicológica, ferimentos ligeiros, ferimentos graves, receber tratamento hospitalar ou, sem consequências físicas e psicológicas, não apresenta em qualquer dos casos nenhuma relação estatisticamente significativa (p-value $> 0,05$), porquanto se pode afirmar, que a gravidade infligida aos elementos policiais não advém da quantidade de agressores, mas sim das técnicas utilizadas e da abordagem dos indivíduos perante a autoridade (Tabela 36, Apêndice E).

Relativamente ao género dos agressores e tipo de agressão infligida aos elementos policiais, observa-se que em todas as opções (masculino, feminino ou ambos em simultâneo), as formas de violência mais frequentes são as injúrias e o recurso à força física.

5.2.2.5. Análise geral

Analisaremos agora as respostas no geral dos inquiridos em termos dos apoios prestados, informações e formações disponibilizadas, medidas implementadas nas diversas Divisões Policiais, medidas a implementar na PSP e fora da PSP.

Na questão relativa aos apoios prestados na instituição, presente na Tabela 37 do Apêndice E, que contemplou as hipóteses de apoio jurídico, apoio financeiro, apoio psicológico, preocupação da hierarquia após a agressão e, se os mesmos foram informados dos apoios que a instituição dispõe, em ambos os géneros, para todas as

questões, a resposta mais frequente foi “Discordo Totalmente”, que qualquer apoio tenha sido prestado. Apenas se verificaram respostas positivas, do género feminino, à questão sobre a preocupação da hierarquia após a agressão. Na mesma questão, os elementos masculinos concordaram em 48,3%. Na informações e formações prestadas, no geral, os elementos responderam afirmativamente apenas à primeira opção respeitante ao facto de ser prestada, na formação inicial de Agente, técnicas que preparem os elementos policiais a reagirem numa situação de violência contra os mesmos. Nas restantes afirmações a predominância é a discordância.

Referente às medidas implementadas nas Divisões Policiais onde prestam serviço, observa-se que são a formação-ação e a determinação de utilização de equipamentos de proteção as que mais vigoram (Tabela 39, Apêndice E). Já as medidas que os inquiridos consideram que deveriam ser tomadas pela instituição (Tabela 40, Apêndice E), na generalidade os participantes concordaram positivamente com todas as opções, salientando-se a concordância total com medidas como formação contínua em técnicas de intervenção, formação aos elementos da central para uma melhor mobilização de meios, maior permissão na utilização de meios coercivos de baixa potencialidade letal, determinação da utilização de equipamentos de proteção, fiscalização no âmbito de armas ilegais e proibidas e formação na deteção de stress pós-traumático nos elementos. Na questão “outro” de resposta aberta, sugeriram também medidas como maior acompanhamento do elemento pós evento traumático e com maior periodicidade; disponibilização de apoios aos elementos; adequar mais e melhor a formação dos elementos, dando maior pertinência à matéria operacional; dois carros por ocorrência e utilização da *Taser* pelos elementos do carro patrulha. Fora da PSP, existe no geral, concordância total com todas as opções facultadas como maior penalização para os agressores, aumento da gravidade nas condenações, melhoria da informação prestada pelos media, indemnização aos elementos agredidos, criminalização do incitamento à violência contra polícias e divulgação das sentenças que resultam em condenação para os agressores (Tabela 41, Apêndice E). Acrescentaram ainda, à semelhança da resposta aberta anterior, medidas como, criação e legitimação de circuitos de videovigilância, penalização no IRS ou outro, de forma vitalícia a partir do trânsito em julgado onde se provou que agrediu um elemento policial, reforçar a divulgação do problema e o reforço da ideia de penas mais pesadas para os agressores como modo de demover o sentimento de impunidade.

5.3. DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Apresentados os resultados decorrentes da análise da base de dados da totalidade de agressões bem como dos questionários aplicados, passemos à discussão dos mesmos tendo em conta a análise da literatura e objetivos do presente estudo.

Conforme foi possível apurar, e na mesma esteira de Carneiro (2012), Covington (2010), Domingues (2010), Ellrich e Baier (2016), Galego (2013), Kaminski e Sorensen (1995) e Pinizzotto, Davis e Miller (1997) constatámos que, da amostra recolhida, o elemento policial agredido é predominantemente do género masculino.

No efetivo policial do COMETLIS, apenas 9% são do género feminino, no ano em estudo, traduzindo-se numa percentagem bastante inferior à de polícias do género masculino, e como tal, podendo apresentar valores bastante diferenciados no que diz respeito às agressões sofridas. Decorrente dos resultados obtidos, observamos que o agressor é maioritariamente masculino, facto que pode explicar a baixa incidência de agressões aos elementos policiais femininos. Também a própria agente de autoridade poderá resguardar-se mais nas ocorrências e zelar mais pela sua segurança face a potenciais agressores masculinos. Constatou-se igualmente que, as diferenças significativas entre géneros, no que concerne ao tipo de ocorrência da qual resultou em agressão, foi em ocorrências de agressões entre terceiros, que teve maior presença nos elementos femininos. Neste tipo de ocorrência a violência já está instalada, pelo que, um polícia ao ser agredido poderá ser como que o prolongar da ação, resultado da frustração do agressor, podendo ocorrer aquando da tentativa do elemento policial de cessar as agressões entre os intervenientes.

No que concerne ao perfil dos elementos agredidos, verificamos que a idade dos mesmos situa-se entre os 22 e os 52 anos, mais alargada do que referido na literatura analisada, em que a idade dos elementos policiais se situa entre os 21 e os 34 anos (Carneiro, 2012; Covington, 2010; Domingues, 2010; Ellrich e Baier, 2016; Galego, 2013; Kaminski & Sorensen, 1995; Monteiro, 2002; Pinizzotto, Davis & Miller, 1997). Acerca da idade do elemento policial, um facto curiosamente obtido foi que à medida que sua idade aumenta, o número de agressões sofridas é menor. A proatividade e disposição dos elementos mais novos perante as ocorrências, poderá ser um fator explicativo. Os elementos com maior idade poderão, eventualmente, face à experiência adquirida e *savoir-faire* policial, de zelar mais pela sua segurança e de conseguirem prever comportamentos do possível agressor comparativamente aos elementos mais novos. Estes últimos poderão transmitir, por um lado, maior inexperiência e quando percebido

pelo agressor ser considerado como um ponto fraco, ou por outro, um à vontade demasiado evidente ao ponto de descurar as regras de segurança como manter uma distância do agressor. Relacionado com este facto está o exposto por Ellrich e Baier (2016) acerca da influência da personalidade na vitimização, ao concluírem que elementos policiais com uma personalidade mais extrovertida são mais propensos a serem vítimas de violência e a tomarem menos precauções de segurança.

Os resultados concernentes à escolaridade dos policiais vitimizados, estão em sintonia com o proposto por Carneiro (2012) e Monteiro (2002). A interpretação do facto dos elementos policiais agredidos terem o ensino secundário poderá ser efetuado de diferentes perspetivas. Por um lado, poderá não ser fator determinante que uma maior escolaridade proporcione maior perspicácia, bem como uma melhor qualidade de atuação, em comparação com os polícias que detenham menos estudos académicos. Por outro, faz sentido afirmar que, quanto maior o nível de conhecimentos e formação pessoal, melhor será a compreensão dos fenómenos e circunstâncias envolventes. Contudo, o facto de possuir maior grau académico de estudos, não é *per se* condição *sine quanon*. Fatores inerentes à própria personalidade do elemento serão então preponderantes. Autores como Kaminski e Sorensen (1995) e Pinizzotto, Davis e Miller (1997), concluíram nos seus estudos que a grande maioria do efetivo agredido dispunha de ensino superior, razão pela qual essa característica sociodemográfica não poderá ser avaliada isoladamente.

A formação principal que deverá prevalecer, será sim, a prestada pela instituição, que deverá ser adequada ao serviço operacional e em consonância com os novos desafios a que os elementos poderão estar sujeitos. Depreende-se da análise dos questionários que, no ponto de vista dos inquiridos, existem lacunas na formação prestada relativamente à formação contínua em técnicas de intervenção policial, vulgo TIP, a todos os elementos que desempenham serviço operacional, assim como formação em gestão de conflitos e formação para preparação dos polícias para detetarem e agirem em situações de stress pós-traumático entre os seus pares.

O posto de Agente foi a categoria que mais agressões registou, facto constatado também por Domingues (2010). Este registo pode estar relacionado com a maioria dos participantes ser dessa categoria profissional e ser o posto que mais desenvolve o serviço operacional e como tal, têm maior contacto com o público e estão sujeitos a maiores riscos que cargos de chefia. Além do exposto, é esta categoria profissional onde se verifica maior número de efetivo no COMETLIS, prefazendo um total de 6445 elementos em 2016.

Quanto ao número de agressões sofridas, em média, cada elemento sofreu 1,60 agressões, ou seja, aproximadamente de 2 agressões, o que corresponde ao verificado por Monteiro (2002), o que evidencia a necessidade de uma melhor preparação do efetivo operacional.

A maioria das ocorrências foram perpetradas por agressores do género masculino, em concordância com o verificado na literatura (Carneiro, 2012; Covington, 2010; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Galego, 2013; Kaminski & Sorensen, 1995; Monteiro, 2002; e Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997), com uma média de 25 anos, sendo que o valor mais alto da idade verificado foi de 59 anos. Esta média de idades está em conformidade com os intervalos etários observados por uma panóplia de autores (Bierie, 2015; Carneiro, 2012; Covington, 2010; Domingues, 2010; Ellrich & Baier, 2016; Galego, 2013; Kaminski & Sorensen, 1995; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997; Rodrigues, 2006; e, Vieira, 2000). Contudo, e devido ao já mencionado facto de que um dos inquiridos não assinalou a idade do agressor, e desta forma, ter sido assumido o valor 0, influencia a média da idade dos agressores analisada.

Quanto ao *modus operandi* utilizado pelo agressor, o mais verificado foi o recurso à força física, à semelhança do apurado por Carneiro (2012), Domingues (2010), Galego (2013), Ellrich e Baier (2016), FBI (2016), Kaminski e Sorensen (1995), Monteiro (2002), Rodrigues (2006) e Vieira (2000). Apesar da concordância com os autores mencionados, os resultados divergem no que concerne a outra corrente literária que fundamenta as agressões com o recurso à arma de fogo (Crifasi, Pollack, & Webster, 2016; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997; Rossler, 2015; Swedler, Simmons, Dominici, & Hemenway, 2015). Neste caso, apenas foram verificadas três ocorrências de recurso à arma de fogo, que constituiu uma das hipóteses delineadoras do presente estudo, a qual não se confirmou. Os autores enumerados são sobretudo americanos, debruçando-se sobre esta problemática tendo em conta o panorama norte americano. O regime da utilização de armas de fogo pelos cidadãos dos EUA é diferente de Portugal, pelo que, poderá ser uma das razões para que não se verifique no nosso país maior número de agressões a polícias com armas de fogo. Contudo, como medida preventiva enumerada no questionário, as autoridades policiais deverão incidir na fiscalização no sentido de prevenir a circulação ilegal de armas de fogo.

No que concerne ao facto do agressor aparentar estar sob efeito do álcool ou produto estupefaciente, que constituem as H_{1a} e H_{1b} da presente investigação, a literatura analisada demonstrou que a maioria dos agressores se encontravam sob o efeito de uma

destas substâncias ou ambas (Carneiro, 2012; Bierie, 2015; Ellrich & Baier, 2016; Engel, 2003; IACP, 2009; Pinizzotto, Davis, & Miller, 1997; Rodrigues, 2006; Rossler, 2015). Observámos que apenas uma percentagem dos inquiridos, 21,7% no caso do álcool e 31,7% sobre o produto estupefaciente, concordou com essas afirmações. Por não terem sido testados e as afirmações apenas dizerem respeito a percepções, não poderemos afirmar se eventualmente estavam ou não sob o efeito de alguma das referidas substâncias. Contudo, e atendendo à teoria de Graham (1980) o álcool influencia o comportamento agressivo ao ser um fator desinibidor.

O tipo de ocorrência que mais resultou em agressões aos elementos policiais foram as ocorrências de agressões, identificação de indivíduos e detenção de suspeitos em conformidade com Bierie (2015), FBI (2016), Kaminski e Sorensen (1995) e Pinizzotto, Davis e Miller (1997), o que não vem confirmar a hipótese de que as ocorrências de distúrbios e de violência doméstica são as que constituem mais riscos de agressão. Tal como já explanado anteriormente, na ocorrência de agressões entre terceiros a violência já foi despoletada por outro fator, podendo o elemento ser agredido ao tentar repor a normalidade da situação. Na abordagem de indivíduos, os elementos por sua iniciativa forçam a interação com o cidadão na intenção de procurar algo suspeito na sua posse ou verificar a sua identificação, razão pela qual poderá causar constrangimento e consequente agressividade no cidadão. Já a detenção de suspeitos, para além de privação da liberdade, muitas vezes para levar a cabo esta ação é necessário utilizar a força - no quadro dos princípios consignados na lei, nomeadamente da Proporcionalidade - para manietar o indivíduo, resultando numa maior proximidade entre os polícias e os indivíduos, podendo culminar em comportamentos mais agressivos por parte do detido com vista a cessar a ação policial.

Os elementos policiais do serviço de patrulhamento são os que verificaram mais agressões, o que consolida o afirmado por Carneiro (2012), Domingues (2010), Galego (2013) e Vieira (2000). É este tipo de serviço que tem maior visibilidade no terreno e que oferece maior resposta reativa às solicitações dos cidadãos, sendo compreensível que seja o serviço mais exposto à violência em geral e a confrontos com terceiros.

Alguns autores analisados, nomeadamente Covington (2010), Ellrich e Baier (2016), FBI (2016), Pinizzotto, Davis e Miller (1997) e Rossler (2015), apontam o horário noturno como o mais propenso a agressões, facto esse que apresentamos como hipótese. No entanto, a hora onde se registou maior incidência foi às 00H30, enquanto que o turno foi o das 16H00-00H00. Carneiro (2012), Domingues (2010) e Galego (2013), também

referem ocorrerem mais agressões durante o período da tarde até à meia-noite, embora Galego (2013) estenda o horário até às 6H00.

Ressalva-se que os autores que se debruçam sobre a violência contra polícias em contexto nacional apresentam consenso com o verificado no presente estudo, sendo que, os restantes são autores maioritariamente norte americanos revelando uma realidade distinta da portuguesa. Deste modo, a hipótese não foi confirmada. Existe a tendência de associar o período noturno a maior insegurança, e talvez seja por esse motivo que não se constituiu como turno onde ocorrem mais agressões, por haver menor fluxo de pessoas a circularem na via pública durante esse horário.

No que diz respeito à sazonalidade com que ocorreram as agressões, verificámos que foi maioritariamente às terças-feiras e no mês de agosto, porém, na análise individual dos meses, o fim de semana é o mais ativo em agressões, coincidindo com o afirmado por Rodrigues (2006) relativamente à predominância dos meses de verão e com Carneiro (2012), Covington (2010) e Domingues (2010) quando afirmam a incidência do fim de semana, alturas em que grande parte das pessoas não trabalha e poderá permanecer mais tempo fora das residências.

Quanto ao tipo de local mais frequente, a via pública é o tipo de local mais frequente tal como concluiu Domingues (2010).

A Divisão Policial de Loures foi onde se observaram mais agressões. Uma possível explicação para este facto é que esta Divisão Policial é a que têm maior número de efetivo (720 em 2016), o que, aliado ao facto de ser uma Divisão Integrada, onde os elementos exercem serviço operacional no terreno, estes estão expostos em maior proporção. Observamos por exemplo, que a Divisão de Segurança a Instalações dispõe também de um número elevado de efetivo (601 em 2016), contudo, o serviço que os mesmos exercem é o de vigilância, não envolvendo tanto contacto com o público, diminuindo o risco da ocorrência de conflitos com cidadãos.

Acerca das consequências sofridas pelos elementos policiais, damos conta de que a maioria das agressões ocorridas resultaram em ferimentos ligeiros para os polícias, facto também verificado por Galego (2013) e Monteiro (2002). No que diz respeito aos apoios prestados pela instituição, observa-se que na maior parte nenhum apoio foi requerido pelas vítimas nem foi disponibilizado pela PSP. Já nas respostas obtidas nos questionários, sem que tenha existido diferenças estatisticamente significativas, no que concerne às respostas em função do posto e do género do inquirido, a maior parte dos participantes responderam negativamente à questão se foram disponibilizados apoios,

bem como na questão que permitia saber se lhes foram explicados os apoios que a instituição dispõe nestes casos, à semelhança do constatado por Domingues (2010), evidenciando que é necessária uma maior intervenção da instituição nos casos pós-agressão, fomentando o sentimento de apoio e coesão, que se demonstra crucial para manter o compromisso organizacional (Ellrich, 2015) e evitar situações de SSPT em polícias vítimas de agressões (Skogstad *et al.*, 2013).

Relativamente às causas percecionadas que levaram à agressão, as mais enumeradas foram: i) os comportamentos menos adequados dos agressores; ii) reatividade em resposta à intervenção policial; iii) retaliação por anteriores situações com as autoridades; e iv) sentimento de impunidade destes. As causas não revelaram diferenças estatísticas nas respostas em função do género nem do posto. Carneiro (2012) evidenciou a inexperiência do elemento policial como uma possível causa. Questionados sobre esse facto, os inquiridos discordam da afirmação, não havendo diferenças significativas entre géneros e postos na discordância. Poderá concluir-se que a agressão poderá resultar efetivamente de outro fator que não a inexperiência, contudo, por esta questão ser de carácter subjetivo e pessoal do inquirido, é compreensível que os elementos não queiram demonstrar assumir a sua inexperiência, ainda que esse fator possa ser causa influenciadora da agressão, nomeadamente na dificuldade que o polícia possa sentir na deteção e predição de comportamentos violentos e manutenção de uma distância de segurança.

CAPÍTULO VI – CONCLUSÕES

Chegado ao final do presente estudo, importa verificar se foram cumpridos todos os pressupostos delineadores da investigação, confirmar ou não as hipóteses construídas com base na literatura existente e apresentar as limitações sentidas no decorrer deste trabalho, importantes para auxiliar futuros investigadores nesta área na escolha da metodologia adequada, bem como fazer recomendações em áreas de interesse para o tema estudado.

6.1. OBJETIVOS E HIPÓTESES

Relativamente aos objetivos delineadores deste trabalho, conseguimos cumprir na generalidade aquilo que nos propusemos estudar. Quanto às hipóteses, foram devidamente revistas na discussão de resultados, na qual se pôde apurar:

1. O efeito do álcool e/ou de produto estupefaciente é uma das características sob a qual aparenta estar o agressor e que por isso, pode levar à agressão.

Os elementos policiais inquiridos apesar de confirmarem que alguns dos agressores aparentariam estar sob o efeito do álcool ou algum tipo de estupefaciente, não constituem as razões mais apontadas como as causadoras da agressão, não existindo fundamentação estatística que permita confirmar a **hipótese 1a** ou **1b**.

2. As agressões aos elementos policiais decorrem mais frequentemente de fenómenos de violência doméstica ou pela ocorrência de distúrbios.

De acordo com os elementos policiais as situações de serviço respeitantes a ocorrências de violência doméstica e de distúrbios são verificadas, contudo, não se revelaram como as mais recorrentes e reportadas pelos elementos policiais como resultantes em maior número de agressões. Por outro lado, as abordagens a indivíduos e detenção de suspeitos, são as que derivam em maior número de

agressões policiais, porquanto as **hipóteses 2a e 2b** não se confirmam, respetivamente.

3. As agressões tendem a ser perpetradas no turno das 00 às 8h.

Em função da análise, a hora na qual ocorreram maior número de agressões é às 00h30m, ainda que o turno de maior ocorrência compreenda o horário das 16h-00h. Deste modo, a **hipótese 3** não é confirmada.

4. O recurso a armas de fogo representa a forma de atuação privilegiada dos agressores.

A nossa **hipótese 4** não é confirmada pelos dados, o que ao contrário da literatura, poderá resultar das diferenças culturais e societárias dos estudos e da realidade portuguesa, sendo que no caso português o recurso predominante é a agressão física. Contudo e dado que o paradigma está em constante evolução, como medida preventiva enumerada no questionário, as autoridades policiais deverão incidir na fiscalização no sentido de prevenir a circulação de armas de fogo.

5. As variáveis sociodemográficas (idade, género dos polícias) poderão ser fator influenciador da vitimização, por ditarem a forma como estes encaram o agressor. Apesar do género não impactar nas agressões sofridas, já a idade tem um efeito modelador, porque à medida que a idade dos elementos policiais aumenta, diminui o número de agressões sofridas, pelo que a **hipótese 5a** é, parcialmente, confirmada.

A idade de agressor e agredido não são mutuamente exclusivas.

Esta correlação só é possível deduzir no contexto feminino, uma vez que a idade dos elementos policiais femininos varia na razão inversa da dos agressores. Esta causa-efeito não é possível de estabelecer entre os elementos masculinos, pelo que não foi possível estabelecer uma confirmação da **hipótese 5b**.

6. Os riscos a que os elementos policiais estão sujeitos são diferenciados em função do perfil de serviço prestado.

De facto, o senso comum apontaria para a verificação desta hipótese, no entanto, as estatísticas encontradas para a avaliação das ocorrências que poderão influenciar o comportamento do agressor e os meios que o mesmo utiliza para perpetrar a agressão contra o elemento policial, não são significativas, pelo que a **hipótese 6** não é confirmada.

7. O *modus operandi* poderá ser específico nas diferentes áreas sensíveis, e Divisões Policiais

A potencial correlação entre a Divisão Policial onde ocorreu a agressão e o *modus operandi* dos elementos agressores não foram confirmados pela análise, do que decorre a não confirmação da **hipótese 7**.

Este estudo não se cingiu apenas à análise de bases de dados, permitiu também compreender a perceção do elemento agredido as causas consideradas como responsáveis pela agressão, que se deverão maioritariamente ao sentimento de impunidade do agressor e atitude negativa face ao agente de autoridade e consequente ação policial. Para além das causas foi permitido conhecer a perspetiva dos mesmos relativamente às medidas e apoios prestados pela instituição nestes casos, que revelaram ser, através das respostas, insuficientes.

Devido à pertinência que o tema suscita, ao nível operacional e organizacional, esperamos que este trabalho possa servir de ponto de partida para futuras investigações analisando mais pormenorizadamente o fenómeno que tanto carece de medidas preventivas urgentes. Toda e qualquer organização deverá salvaguardar o bem-estar e segurança dos seus recursos humanos, sobretudo uma instituição policial, nas quais os seus elementos estão sujeitos permanentemente a situações de violência e riscos que podem perigar a sua integridade física e psíquica.

A Polícia é efetivamente uma profissão que acarta riscos para o seu efetivo, pelo que não só medidas mais rígidas deverão ser implementadas para fazer face à atitude violenta e de desrespeito dos cidadãos para com as autoridades, mas também serem prestados apoios considerados proporcionais à gravidade do problema em questão, de modo a mitigarem as nefastas consequências inerentes a toda e qualquer agressão.

6.2. LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

A par de todas motivações e ambições do investigador, existem sempre algumas limitações no decorrer das investigações, onde a presente não foi exceção.

A primeira limitação prende-se com razões do ponto de vista legal, que não permitiu o acesso ao expediente através do Sistema Estratégico de Informação (SEI), para dele retirar elementos de análise mais aprofundados, relativamente ao perfil do agressor, do elemento policial vítima de agressão, bem como da circunstância em que a mesma

ocorreu, o que levou à necessidade de serem incluídas questões através de aplicação do método de inquéritos por questionário.

Uma outra dificuldade sentida no decorrer da investigação foi o facto de os dados facultados apresentarem-se incompletos em alguns campos, o que não permitiu uma análise plena do fenómeno.

A terceira limitação decorreu da aplicação dos inquéritos por questionário, que foram enviados para um total de 339 elementos policiais, que contou apenas com uma taxa de resposta de 19%. Problemas sentidos na manutenção do servidor que gere toda a rede de email policial, que por vezes impedia o acesso ao mesmo, e a tecnologia existente nas Divisões/Esquadras, levou a que muitos elementos não conseguissem ter acesso ao questionário a tempo útil ou a visualizar apropriadamente o mesmo, o que condicionou a obtenção de um maior número de respostas e, acessoriamente a generalização dos resultados para o corpo policial sujeito a agressão.

6.3. INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Como sugestões para investigações futuras, recomendamos a continuação do estudo para analisar as tendências do fenómeno de agressão contra elementos policiais, de modo a fazer-se uma constante atualização e avaliação, bem como uma revisão dos resultados das medidas preventivas aplicadas pela instituição.

Seria pertinente, que num estudo futuro, fosse elaborada uma tabela de ocorrências de risco para os elementos da central, das ocorrências que revelam maior perigo de agressão para os elementos policiais, de modo a que estejam protocolados todos os critérios de informação que deverão ser recolhidos para auxiliar a tomada de decisão de envio de meios adequados para o local e de forma mais célere.

Uma vez que não se consegue prevenir totalmente a ocorrência de um fenómeno, é de elevado valor para a instituição conhecer as consequências que episódios de vitimização trazem para os seus elementos, pelo que mais estudos poderão ser realizados para avaliar o estado pós-agressão dos elementos policiais, e perceber se os apoios existentes são adequados e eficazes. Decorrente de outra abordagem metodológica e científica e em complemento para a avaliação do fenómeno poderão ser incluídas entrevistas a elementos do Gabinete de Psicologia da PSP.

Embora mais condicionado, não deixa de ser interessante a realização de entrevistas ou inquéritos por questionário dirigida/os a agressores de agentes de autoridade, para compreender as motivações da agressão contra elementos policiais.

BIBLIOGRAFIA

- Anderson, C. A., & Bushman, B. J. (2002). Human aggression. *Annual Review of Psychology*, 53(1), 27-51.
- Anderson, C. A., Deuser, W. E., & DeNeve, K. M. (1995). Hot temperatures, hostile affect, hostile cognition, and arousal: Tests of a general model of affective aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 21(5), 434-448.
- Ashcroft, J., Daniels, D. J., & Hart, S. V. (2001). *Selection and Application Guide to Personal Body Armor*. The National Institute of Justice's National Law Enforcement and Corrections Technology Center.
- Atkin, C. (1983). Effects of realistic TV violence vs. fictional violence on aggression. *Journalism Quarterly*, 60(4), 615-621.
- Bandura, A. (1963). The role of imitation in personality development. *Dimensions of Psychology*, 16, 121-153.
- Beck, A., & Heinz, A. (2013). Alcohol-related aggression-social and neurobiological factors. *Deutsches Ärzteblatt International*, 110(42), 711-5.
- Bell, J. (1997). *Como realizar um projecto de investigação*. Lisboa: Gradiva.
- Berkowitz, L. (1989). Frustration-aggression hypothesis: examination and reformulation. *Psychological bulletin*, 106(1), 59.
- Bierie, D. M. (2015). Assault of police. *Crime & Delinquency*, 0011128715574977.
- Blackburn, R. (1993). *The psychology of criminal conduct: Theory, research and practice*. Oxford: John Wiley & Sons.
- Bordin, I. A., & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento antissocial. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22, 12-15.
- Bushman, B. J., & Cooper, H. M. (1990). Effects of alcohol on human aggression: An integrative research review. *Psychological bulletin*, 107(3), 341-354.
- Buss, A. H. (1962). The psychology of aggression. *Journal of Nervous & Mental Disease*, 135(2), 180-181.
- Buttle, J. W. (2006). Unravelling the 'Velcro Effect': Is deterring assaults against the police indicative of a more aggressive style of policing?. *International Journal of Police Science & Management*, 8(2), 133-142.
- Caçador, S. (2010). *A Mortalidade na Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da Investigação—Guia para Auto-aprendizagem* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Aberta.

- Carneiro, M. (2012). Os elementos ignívoros das agressões contra militares da Guarda Nacional Republicana no Comando Territorial de Faro. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Academia Militar.
- Clemente, P. (2013). Polícia e segurança: Breves notas. *Lusíada-Política Internacional e Segurança*, (4), 141-171.
- Constituição da República Portuguesa de 10 de março (1976). *Diário da República*, Série I, n.º 86.
- Coutinho, C. P. (2014). *Metodologia de investigação em ciências sociais e humanas*. Lisboa: Leya.
- Covington, M. W. (2010). *Correlates and causes of violence against police officers: A criminal events analysis*. Doctoral dissertation. Orlando: University of Central Florida Orlando.
- CPPP (2016). *Código Penal e de Processo Penal*. Lisboa: Quid Juris.
- Crifasi, C. K., Pollack, K. M., & Webster, D. W. (2016). Assaults against US law enforcement officers in the line-of-duty: situational context and predictors of lethality. *Injury epidemiology*, 3(29), 1-6.
- Cunha, R. S., & dos Santos, M. A. M. (2014, November). Violência simbólica nas redes sociais: incitação à violência coletiva (linchamento). In *Anais do VII Congresso Brasileiro de Direito da Sociedade da Informação* (Vol. 7, pp. 10-22).
- D. G. P. J. (2014, 7 março). Estatísticas da Justiça. Retirado de: www.siej.dgpj.mj.pt/.
- Dollard, J., Miller, N. E., Doob, L. W., Mowrer, O. H., & Sears, R. R. (1939). Frustration and aggression. *Journal of Applied Psychology*, 85(3), 349-360.
- Domingues, R. (2010). *Violência contra polícias na divisão policial de loures - prevalência, factores individuais, situacionais, organizacionais e sociais e estratégias de prevenção*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Ellis, T., Jenkins, C., & Smith, P. (2015). Evaluation of the introduction of personal issue body worn video cameras (Operation Hyperion) on the Isle of Wight: Final report to Hampshire Constabulary.
- Ellrich, K. (2016). The Influence of Violent Victimization on Police Officers' Organisational Commitment. *Journal of Police and Criminal Psychology*, 31(2), 96-107.
- Ellrich, K., & Baier, D. (2016). Police officers as victims of violence: Findings of a Germany-wide survey conducted in 2010. In D. Baier & C. & Pfeiffer (Eds.), *Representative studies on victimization: Research findings from Germany*. Broschert: Nomos.
- Engel, R. S. (2003). Explaining suspects' resistance and disrespect toward police. *Journal of Criminal Justice*, 31(5), 475-492.
- Eron, L. D. (1987). The development of aggressive behavior from the perspective of a developing behaviorism. *American psychologist*, 42(5), 435-442.
- Eurocop. (2016, 28 março). Violence against police officers. Retirado de: www.vmhq.nl/fileadmin/user_upload/eurocop_committee_persverklaring_geweld_tegen_politie_27_oktober_2016.pdf

- European Confederation of Police. (2014, 2 abril). *EURO COP*. Retirado de: www.eurocop.org/fileadmin/user_upload/Health_and_safety_position_paper.pdf
- Federal Bureau of Investigation. (1984). *Law Enforcement Officers Killed and Assaulted*. Houston: US Dept of Justice, & United States of America.
- Fernández-Montalvo, J., López-Goñi, J. J., & Arteaga, A. (2012). Violent behaviors in drug addiction: Differential profiles of drug-addicted patients with and without violence problems. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(1), 142-157.
- Fishbein, D. H. (1992). The psychobiology of female aggression. *Criminal Justice and Behavior*, 19(2), 99-126.
- Fortin, M. F., Côte, J., & Filion, F. (2009). *Fundamentos e etapas do processo de investigação*. Loures: Lusodidacta.
- Freud, S. (2010). *O mal estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos*. Vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras.
- Fry, D. P. (1998). Anthropological perspectives on aggression: Sex differences and cultural variation. *Aggressive Behavior*, 24(2), 81-95.
- Galego, H. (2013). *Agressões a agentes da autoridade. Destacamento territorial de Sintra: Estudo de Caso*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Academia Militar.
- Gamer, J. H. (2002). *Understanding the use of force by and against the police in six jurisdictions*. Rockville: NCJRS.
- Geen, R. G. (1990). *Human aggression* (2nd ed.). In E. D. Donnerstein (Ed.). Philadelphia: Open University Press.
- Ghaffarzadegan, N., Ebrahimvandi, A., & Jalali, M. S. (2016). A Dynamic Model of Post-Traumatic Stress Disorder for Military Personnel and Veterans. *PloS one*, 11(10), e0161405.
- Goldstein, P. J. (1985). The drugs/violence nexus: A tripartite conceptual framework. *Journal of drug issues*, 15(4), 493-506.
- Gonçalo, H., Gomes, A. R., Barbosa, F., & Afonso, J. (2010). Stresse ocupacional em forças de segurança: Um estudo comparativo. *Análise Psicológica*, 28(1), 165-178.
- Grant, H., Kubu, B., Taylor, B., Roberts, J., Collins, M., Woods, D. J., ... & United States of America. (2012, November). Body Armor Use, Care, and Performance in Real World Conditions: Findings from a National Survey. Police Executive Research Forum.
- Guerra, L. F. J. D. A. (2007). *Criminalidade e adaptação: percepções e estratégias dos comerciantes da cidade de Elvas*. Dissertação de Mestrado. Évora: Universidade de Évora.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2002). *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Huesmann, L. R. (1988). An information processing model for the development of aggression. *Aggressive Behavior*, 14, 13-24.

- Huesmann, L. R. (2007). The impact of electronic media violence: Scientific theory and research. *Journal of Adolescent Health, 41*(6), S6-S13.
- Huesmann, L. R., Moise-Titus, J., Podolski, C. L., & Eron, L. D. (2003). Longitudinal relations between children's exposure to TV violence and their aggressive and violent behavior in young adulthood: 1977-1992. *Developmental Psychology, 39*(2), 201.
- International Association of Chiefs of Police, & United States of America. (2013). Reducing Officer Injuries Final Report: A Summary of Data Findings and Recommendations from a Multi-Agency Injury Tracking Study.
- Jacobs, D., & Carmichael, J. T. (2002). Subordination and violence against state control agents: Testing political explanations for lethal assaults against the police. *Social Forces, 80*(4), 1223-1251.
- JN. (8 de julho de 2016). *Sete polícias mortos em Portugal desde 2000*. Consultado 4 de abril de 2017. Retirado de: www.jn.pt/justica/interior/sete-policias-mortos-em-portugal-desde-2000-5273841.html
- K. Ellrich and D. Baier, 'The Influence of Personality on Violent Victimization—A Study on Police Officers', (2016). *Psychology, Crime & Law*.
- Kaminski, R. J., & Sorensen, D. W. (1995). A multivariate analysis of individual, situational and environmental factors associated with police assault injuries. *American Journal of Police, 14*(3/4), 3-48.
- Konvalina-Simas, T. (2012). *[Introdução à biopsicossociologia de comportamento desviante]*. Porto: Letras e Conceitos, Lda.
- Kristensen, C. H., Lima, J. S., Ferlin, M., Flores, R. Z., & Hackmann, P. H. (2003). Fatores etiológicos da agressão física: uma revisão teórica. *Estudos de Psicologia, 8*(1), 175-184.
- Lee, J. H., Kim, I., Won, J. U., & Roh, J. (2016). Post-traumatic stress disorder and occupational characteristics of police officers in Republic of Korea: a cross-sectional study. *BMJ open, 6*(3), e009937.
- Lee, J. K., Choi, H. G., Kim, J. Y., Nam, J., Kang, H. T., Koh, S. B., & Oh, S. S. (2016). Self-resilience as a protective factor against development of post-traumatic stress disorder symptoms in police officers. *Annals of Occupational and Environmental Medicine, 28*(1), 58.
- Lei nº 49/2008 de 27 de Agosto (2008). Organização e Investigação Criminal. *Diário da República, Série I, n.º 165*.
- Lei nº 53/2007 de 31 de Agosto (2007). Orgânica da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República, Série I, n.º 168*.
- Lennings, C. J. (1997). Police and occupationally related violence: A review. *Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, 20*(3), 555-566.
- Lorenz, K. (2002). *On aggression*. London: Psychology Press.

- Maxfield, M. G., & Widom, C. S. (2001). An update on the cycle of violence. *Research in Brief*. Washington, DC: US Department of Justice, National Institute of Justice.
- Mendes, D. D., Mari, J. J., Singer, M., Barros, G. M., Mello, A. F. (2009). Estudo de revisão dos fatores biológicos, sociais e ambientais associados com o comportamento agressivo." *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 31, S77-S85.
- Minayo, M. C. D. S., Assis, S. G. D., & Oliveira, R. V. C. D. (2011). Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro (RJ, Brasil). *Ciências Saúde Coletiva*, 2199-2209.
- Minayo, M. C. S., de Souza, E. R., & Constantino, P. (2007). Riscos percebidos e vitimização de policiais civis e militares na (in) segurança pública Perceived risks and victimization of military and civil police in the public (in) security domain. *Cadernos de Saúde Pública*, 23(11), 2767-2779.
- Monteiro, P. I. (2002). *Quando o polícia é a vítima - consequências das agressões aos agentes da PSP*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Mueller, C. W., & Donnerstein, E. (1983). Film-induced arousal and aggressive behavior. *The Journal of Social Psychology*, 119(1), 61-67.
- Mustard, D. B. (2001). The impact of gun laws on police deaths. *The Journal of Law and Economics*, 44(S2), 635-657.
- Office of Community Oriented Policing Services (COPS), US Dept of Justice, & United States of America. (2016). Officer Safety and Wellness (OSW) Group Meeting Summary: Officer Safety and Wellness Forum, March 14, 2016.
- Pacheco, J. R. F. (2016). *Representações sociais do suicídio em futuros Comandantes de Polícia*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências policiais e Segurança Interna.
- Pinizzotto, A. J., Davis, E. F., & Miller III, C. E. (2002). Escape from the killing zone. *FBI Law Enforcement Bulletin*, 71, 1.
- Pinizzotto, A. J., Davis, M. E. F., & Miller, C. E. (1997). *In the Line of Fire, Violence Against Law Enforcement*. United States Department of Justice, Federal Bureau of Investigation.
- Polícia de Segurança Pública. (2017, 26 março). *Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP)*. Retirado de: <http://www.psp.pt/Pages/programasespeciais/pipp.aspx?menu=1>
- Quivy, R., & Van Campenhoudt, L. (1998). Manual de investigação em ciências sociais. Lisboa: Gradiva
- Raposo, J. (2003). *Lições de Direito Policial*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Robalo, M. (2016). *Dicionário - Crime, Justiça e Sociedade*. Lisboa: Sílabo.
- Rodrigues, A. C. (2006). Agressões à GNR. *Pela Lei e pela Grei - Revista da Guarda Nacional Republicana*, 20-22.

- Rodrigues, E. A. (2001). *Formação para o Desempenho da Actividade Policial: A Defesa Pessoal na Polícia de Segurança Pública*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Rossler, M. T. (2015). *Environment and citizen resistance of police coercive authority: Application of defiance and social disorganization theories*. Doctoral dissertation. Michigan: Michigan State University.
- Santo, P. E. (2010). *Introdução à metodologia das ciências sociais: Génese, fundamentos e problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Sarmiento, M. (2008). *Guia prático sobre a metodologia científica para a elaboração, escrita e apresentação de teses de doutoramento, dissertações de mestrado e trabalhos de investigação aplicada*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Simons, R. L., Lei, M. K., Beach, S. R., Brody, G. H., Philibert, R. A., & Gibbons, F. X. (2011). Social environment, genes, and aggression evidence supporting the differential susceptibility perspective. *American Sociological Review*, 76(6), 883-912.
- Skogstad, M., Skorstad, M., Lie, A., Conradi, H. S., Heir, T., & Weisæth, L. (2013). Work-related post-traumatic stress disorder. *Occupational medicine*, 63(3), 175-182.
- Sousa, A. (2016). *Manual de Direito Policial, Direito da ordem e segurança públicas*. Porto: Vida Económica.
- Stock, M. J., & Baptista, S. (2012). *Como fazer investigação, dissertações, teses e relatórios: Segundo Bolonha*. Lisboa: Pactor.
- Swedler, D. I., Simmons, M. M., Dominici, F., & Hemenway, D. (2015). Firearm prevalence and homicides of law enforcement officers in the United States. *American Journal of Public Health*, 105(10), 2042-2048.
- Tedeschi, J. T., & Felson, R. B. (1994). *Violence, aggression, and coercive actions*. Washington, DC: American Psychological Association.
- Vieira, J. M. (2000). *Agressões aos agentes policiais - causas, consequências e caminho a percorrer*. Dissertação de Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Violanti, J. M. (2004). Predictors of police suicide ideation. *Suicide and Life-Threatening Behavior*, 34(3), 277-283.
- Willits, D. W. (2014). The organisational structure of police departments and assaults on police officers. *International Journal of Police Science & Management*, 16(2), 140-154.
- Wilson, E. O. (2012). *On human nature*. Harvard: Harvard University Press.
- Xiong, H. (2014). *Police Officers: Surviving a real life-threatening incident while wearing body armor*. Doctoral dissertation. Stanislaus: California State University.

APÊNDICE A – COMANDO METROPOLITANO DE LISBOA

Tabela 3 Efetivo Policial por Carreira e Género

Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

	2015		2016	
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Agentes	5777	477	5928	517
Chefes	712	73	706	73
Oficiais	172	20	167	22

Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Tabela 4 Efetivo policial por carreira e faixa etária.

	Agente		Chefe		Oficial	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
<20						
20-24	92	294			10	9
24-29	1236	1218			39	39
30-34	1339	1356	44	31	21	21
35-39	872	863	118	114	25	26
40-44	903	909	197	212	20	19
45-49	832	835	152	147	21	21
50-54	551	548	168	166	35	33
55-59	425	419	106	109	21	21

Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Tabela 5 Efetivo Policial por Carreira e Antiguidade.

	Agente		Chefe		Oficial	
	2015	2016	2015	2016	2015	2016
Até 5 anos	377	998	83	73	73	72
5-9 anos	1845	1793	51	46	30	29
10-14 anos	985	914	248	245	11	11
15-19 anos	1128	1030	101	98	12	12
20-24 anos	634	479	156	170	35	35
25-29 anos	701	672	99	96	25	24
30-34 anos	430	371	47	51	6	6
35-39 anos	154	188				

. Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Tabela 6 Efetivo por Divisão Policial. Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Divisões	Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS	
	2015	2016
1. ^a Divisão	386	416
2. ^a Divisão	298	329
3. ^a Divisao	495	511
4. ^a Divisão	328	349
5. ^a Divisão	243	259
Div. Amadora	499	508
Div. Oeiras	399	433
Div. Cascais	457	468
Div. Sintra	581	601
Div. Loures	685	720
Div. V.F.X.	325	329
Div. Inv. Criminal	363	364
Div. Trânsito	500	428
Div. Seg. Instalações	591	610
Div. Seg. Aeroportuária	262	257
Div. Transp. Públicos	272	282
COMETLIS	547	549

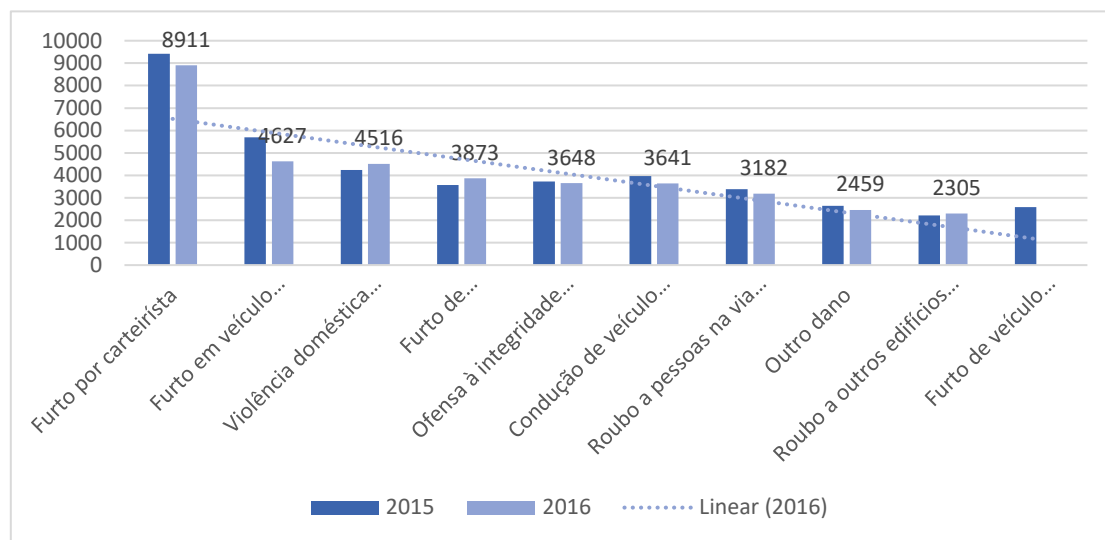
Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Tabela 7 Distribuição da Criminalidade Geral por grupos de crimes. Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

	Período A : 1/1/2015 e 31/12/2015	Período B : 1/1/2016 e 31/12/2016	Varição
Crimes contra as pessoas	13267	13601	3%
Crimes contra o património	46441	43920	-5%
Crimes contra a paz, identidade	9	21	133%
Crimes contra a vida em sociedade	6998	6246	-11%
Crimes contra o estado	1341	1278	-5%
Crimes previstos em legislação avulsa	5006	5340	7%
Crimes contra animais de companhia	284	357	26%
TOTAL	73346	70763	-4%

Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

Gráfico 4 Crimes mais frequentes no COMETLIS.



Fonte: Núcleo de Operações do COMETLIS

APÊNDICE B – OFÍCIOS E AUTORIZAÇÕES

Pedido de acesso a dados para elaboração da Dissertação de Mestrado

Exmo. Sr. Diretor, de Estágio,

Eu, Aspirante a Oficial de Polícia, Carolina Fernandes Freitas de Brito, nº 2914/155725, no âmbito da elaboração da Dissertação de Mestrado cujo o tema é “Violência contra Polícias: análise das agressões a elementos policiais no Comando Metropolitano de Lisboa”, orientada pelo Prof. Doutor José Antunes Fernandes, solicito a V. Ex.ª, acesso aos dados respeitantes ao número de agressões físicas e com armas, contra polícias, e respetivos números de processos, referentes ao ano de 2015, por divisão, no Comando Metropolitano de Lisboa, comprometendo-me a garantir a confidencialidade e anonimato dos dados que me forem fornecidos.

Atenciosamente,

Carolina Fernandes Freitas de Brito

Carolina Fernandes Freitas de Brito

Aspirante a Oficial de Polícia

2914/155725

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA
DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:
Sua Comunicação:
Nossa Referência: 427/SECDE/2016
Classificador: 080.01.10
Processo: SECDE201600001AVA
Data: 2016-11-10

Antunes
21/11/2016
O Diretor Nacional Adjunto UORH

José Ferreira de Oliveira
Orientador

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO INTEGRADO EM CIÊNCIAS POLICIAIS

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano - Estágio - compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Carolina Fernandes Freitas de Brito irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Violência contra Polícias: análise das agressões a elementos policiais no Comando Metropolitano de Lisboa", do qual é Orientador o Prof. Doutor José Antunes Fernandes.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para o acesso, por parte da aluna, a dados respeitantes ao número de agressões físicas e com armas, contra polícias, e respetivos números de processos, referentes ao ano de 2015, por divisão, no Comando Metropolitano de Lisboa.

4. A necessidade da obtenção destes dados, prende-se com o facto de vir a constituir um capítulo essencial à elaboração da dissertação, sustentando todo o trabalho de investigação realizado.

5. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Carolina Brito se compromete ao dever de confidencialidade e anonimato, relativamente aos dados, fora do âmbito do seu trabalho académico.

DIREÇÃO NACIONAL PSP/DAG	Entrada Nº 34362
SEÇÃO CORRESPONDÊNCIA	Data 17 NOV. 2016 PJ 4 A O Z

17/11/2016

O Diretor
Pedro José Lopes Clemente
Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe



R. 1ª de Maio, nº3 - 1349-040 Lisboa - Tel.: 213613900 - Fax: 213610535 - www.icpsi.pt |
icpsi@psp.pt

147458
Página 1/1

EXMO SENHOR DIRECTOR DE ESTÁGIO,

Eu, **Carolina Fernandes Freitas de Brito**, Aspirante a Oficial de Polícia n.º 2914/155725, do 29.º Curso de Formação de Oficiais de Polícia, do Mestrado Integrado em Ciências Policiais, no âmbito do trabalho de dissertação de mestrado subordinada ao tema “Violência contra elementos policiais – estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa”, orientada pelo Prof. Doutor José Joaquim Antunes Fernandes, venho solicitar autorização para aplicação de um questionário *online* a elementos policiais do Comando Metropolitano de Lisboa.

Pede deferimento,

Lisboa, 02 de março de 2017

Carolina Fernandes Freitas de Brito

Carolina Fernandes Freitas de Brito

Aspirante a Oficial de Polícia

2914/155725

POLÍCIA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA

DIRECÇÃO DE ENSINO
SECRETARIA ESCOLAR



Exmo. Senhor
Diretor Nacional Adjunto/Unidade Orgânica de Recursos
Humanos
(Departamento de Formação)
DN/PSP Largo da Penha de França, N.1
1199-010 LISBOA

Sua Referência:

Sua Comunicação:

Nossa Referência: 67/SECDE/2017

Classificador: 080.01.10

Processo: SECDE201600002ASP

Data: 2017-03-06

Assunto: PEDIDO DE COLABORAÇÃO EM TRABALHO DE DISSERTAÇÃO DE Mestrado Integrado em Ciências Policiais

Adoptado
14/3/2017
O Director
João
Sei
Chefe

1. O Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais (CMICP), no 5.º ano, compreende a elaboração de uma dissertação/trabalho de projeto que deverá, obrigatoriamente, incidir sobre um tema das áreas científicas de Ciências Policiais, Ciências Jurídicas, Ciências Sociais e Humanas e/ou Ciências de Desenvolvimento e Adaptação Motora.

2. Neste sentido, a Aspirante a Oficial de Polícia Carolina Fernandes Freitas de Brito irá realizar o seu estudo numa daquelas áreas científicas, subordinado ao tema "Violência contra elementos policiais – estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa", do qual são Orientador o Senhor Professor Doutor José Joaquim Antunes Fernandes e Coorientadora Senhora Professora Doutora Sónia Morgado.

3. Deste modo, solicita-se a V.ª Ex.ª autorização para a aplicação de um questionário online a elementos da Polícia de Segurança Pública, do Comando Metropolitano de Lisboa.

4. Atendendo à natureza do estudo, a realização do referido inquérito constitui uma mais-valia ao nível da credibilidade e da fundamentação nas respostas ao problema de estudo e nas conclusões respetivas.

5. Junto se anexa o questionário em questão, que será aplicado via internet, a partir da aplicação do Google – Google.forms.

6. Mais se informa V.ª Ex.ª de que a Aspirante a Oficial de Polícia Carolina Brito se compromete a respeitar a confidencialidade e o anonimato da informação obtida, bem como a não utilizar os dados recolhidos fora do âmbito do seu trabalho académico.

O Director
Pedro José Lopes Clemente
Pedro José Lopes Clemente
Superintendente-Chefe



R. 1.ª de Maio, nº3 1349-040 Lisboa Tel.: 213613900 Fax: 213610535 www.icpsil.pt |

icpsil@pisp.pt

DIRECÇÃO NACIONAL
DA P. S. P.
Entrada Nº 7679

147458
Página 1/1

APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO

Questionário no âmbito da Dissertação de Mestrado "Violência contra elementos policiais - Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa"

O presente questionário integra-se no desenvolvimento da dissertação de Mestrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, sob orientação do Intendente, Prof. Doutor José Joaquim Antunes Fernandes e da Prof. Doutora Sónia Maria Aniceto Morgado. Tem como objetivo estudar as agressões cometidas contra os elementos policiais do Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS) durante o ano de 2016.

Neste sentido, solicita-se a sua colaboração no preenchimento do questionário, que demorará cerca de quinze minutos.
Todos os dados recolhidos são anónimos e serão apenas utilizados em estudos de âmbito académico, assegurando-se a sua confidencialidade.

NOTA: Se tiver iniciado o preenchimento do seu questionário sem o completar, poderá retomá-lo (usando o mesmo computador) a partir do ponto em que o deixou inicialmente.

Se tiver alguma dúvida sobre o preenchimento do questionário, poderá contactar a autora através do seguinte email: cbrito@insp.pt

Obrigada pela sua colaboração!

A Aspirante a Oficial de Polícia
Carolina Brito

***Obrigatório**

Uma nota sobre privacidade

Este inquérito é anónimo.

O registo das respostas ao inquérito não contém qualquer informação sobre a sua identidade, exceto se alguma pergunta do inquérito solicitar alguma identificação e a fornecer. Se usou um código para aceder a este inquérito este código não será guardado junto com as suas respostas. O código é gerido numa base de dados separada e apenas é utilizado pelo programa para registar que concluiu o inquérito. Não há forma de relacionar os códigos dos convidados a participar no inquérito com as respostas dadas.

Consentimento informado

Agradecemos que leia a seguinte declaração e seleccione «Concordo», se desejar participar no presente estudo.
Caso contrário, seleccione «Não concordo».

1.

***«Li e compreendi a informação fornecida sobre o questionário que integra a presente investigação sobre Violência contra elementos policiais: Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa» ***

Marcar apenas uma oval.

Concordo

Não Concordo *Pare de preencher este formulário.*

Parte I - Identificação do elemento

Caso tenha sofrido mais do que uma agressão em 2016, reporte-se apenas a um dos episódios

2.

1 - Idade *

3.

2 - Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

4.

3 - Posto *

Marcar apenas uma oval.

Agente

Agente Principal

Chefe

Chefe Principal

Subcomissário

Outra: _____

5.

4 - Habilitações Literárias completas *

Marcar apenas uma oval.

Ensino Obrigatório

Ensino Secundário

Licenciatura

Mestrado

Doutoramento

6.

5 - Esquadra

7.

6 - Número de agressões sofridas em 2016 *

Parte II - A Agressão

Caso tenha sido vítima de mais do que uma agressão no ano de 2016, reporte-se apenas a um dos episódios.

8.
1 - Número de agressores *
- _____
9.
2 - Género dos agressores *
Marcar apenas uma oval.
- Masculino
- Feminino
- Masculinos e femininos em simultâneo
10.
3 - Idade dos agressores *
- _____
11.
4 - Selecione o tipo de serviço que estava a desempenhar na data da agressão *
Marcar apenas uma oval.
- Patrulhamento auto
- Patrulhamento apeado
- Serviço remunerado
- Notificações
- Investigação criminal
- Intervenção rápida
- Fiscalização
- Trânsito
- Graduado de serviço/sentinela
- Encontrava-se fora de serviço
- Policiamento de Proximidade
- Outra: _____
12.
5 - Caso tenha assinalado "Outro" na resposta anterior, indique o tipo de serviço que estava a desempenhar na data da agressão.
- _____
13.
6 - Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local? *
- _____

Responda aos seguintes tópicos e questões:

14. **1 - Qual o tipo de ocorrência que levou à agressão? ***
Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Não sabe/ não responde	Não se aplica
Ocorrência de Distúrbios/ desordem?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ocorrência de agressões?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ocorrência de Violência Doméstica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ocorrência de Furtos/ Roubos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fiscalização Rodoviária?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Abordagem/ identificação de suspeitos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Detenção de indivíduos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

15. **2 - Caso tenha assinalado "Outro" na resposta anterior, indique o tipo de ocorrência que levou à agressão.**

16. **3 - Qual o tipo de agressão sofrida? ***
Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Não sabe/não responde	Não se aplica
A agressão contemplou injúrias/ ameaças?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso à força física?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso a arma de fogo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso a arma branca?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso a outros objetos?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso a canídeo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão ocorrida foi com recurso a veículo?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

17.

4 - Caso tenha assinalado "Outro" na resposta anterior, indique o meio de agressão utilizado.

Indique o seu nível de concordância ou discordância com os tópicos e respetivas afirmações:

18.

1 - Potenciais causas da agressão infligida: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
A agressão resultou da in experiência do elemento policial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de álcool	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de estupefacientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do número de agressores ser superior ao número de elementos policiais presentes no local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter sido alvo de uma emboscada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter desrespeitado as regras de segurança	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do número de horas de trabalho limitar a sua capacidade de vigilância	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou de comportamentos menos adequados dos agressores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou como resposta à intervenção do elemento policial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou pelo facto do agressor já ter tido um mau relacionamento com as autoridades e ter agido em retaliação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os fatores ambientais não favoreceram a intervenção do elemento policial	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
A agressão resultou devido ao sentimento e sensação de impunidade manifestada pelo agressor	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
A agressão resultou da insuficiente formação prestada ao elemento policial				

19.

2 - Consequências da agressão sofrida: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Teve necessidade de colocar baixa psicológica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teve necessidade de colocar baixa médica	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teve ferimentos ligeiros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Teve ferimentos graves	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Recebeu tratamento hospitalar	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Da agressão não resultaram consequências físicas ou psicológicas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

20.

Apoios da instituição *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Após a agressão foi disponibilizado apoio jurídico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Após a agressão foi disponibilizado apoio financeiro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Após a agressão foi disponibilizado apoio psicológico	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os seus superiores hierárquicos diretos procuraram saber se teria necessidade de algum tipo de apoio.	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Foram-lhe informados os meios que a Instituição tem ao seu dispor para situações de violência contra elementos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

21.

1 - Relativamente ao local onde ocorreu a agressão, assinale a resposta que mais se adequa ao seu caso. Assinale no máximo duas. *

Marcar tudo o que for aplicável.

- Residência do agressor
- Instalações policiais
- Zonas de diversão noturna
- Zonas urbanas sensíveis
- Edifício comercial
- Recinto desportivo
- Outra: _____

Parte III - Medidas preventivas

22.

1 - Responda às seguintes afirmações relativamente à formação, informação e medidas prestadas pela instituição: *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Sim	Não	Não sabe/ Não responde	Não se aplica
Na formação inicial são ministradas técnicas de resposta a situações de violência física dirigidas contra elementos policiais?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São ministradas, de forma contínua, técnicas de intervenção policial a todos os elementos que desempenham serviço operacional?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São ministradas ações de formação que preparem os elementos policiais para detetarem situações de stress pós-traumático entre os seus colegas?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São produzidos relatórios periódicos sobre vitimação policial de modo a fazer-se um acompanhamento permanente da situação, com vista à adoção de medidas urgentes e eficazes contra este problema?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
São disponibilizados ao efetivo, de forma compilada, todos os procedimentos operacionais em vigor, pelos quais os elementos policiais deverão reger a sua atuação perante as diversas ocorrências?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Os equipamentos de proteção disponibilizados são suficientes e adequados à exigência do serviço operacional?	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

Indique o seu nível de concordância ou discordância com os seguintes tópicos e afirmações:

23.

1 - Medidas implementadas na Divisão Policial onde presta serviço com vista ao reforço da segurança dos seus elementos, nomeadamente após uma ocorrência de violência contra elementos policiais *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Reuniões com os elementos para averiguar e propor soluções que possam evitar este tipo de ocorrências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação-ação	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Determinação de uso de equipamentos de proteção	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

24.

2 - Caso tenha assinalado "Outro" na resposta anterior, indique uma medida implementada na Divisão Policial onde presta serviço.

25.

3 - Medidas que considera que deverão ser tomadas por parte da instituição para reduzir o risco de agressões nos elementos policiais *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Maior número de elementos policiais na deslocação às ocorrências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação continua em intervenção policial/defesa policial a todos os elementos com funções operacionais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Formação aos elementos da Central para uma melhor mobilização de meios para o local	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Maior permissão na utilização de meios coercivos de baixa potencialidade letal	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Uso de equipamentos de proteção adequados e suficientes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Utilização de câmaras de porte individual	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Fiscalizações no âmbito de armas ilegais e proibidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produção de relatórios que analisem frequentemente o fenómeno com vista à adoção de medidas urgentes	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Disponibilização ao efetivo dos procedimentos operacionais em vigor para a atuação em ocorrências	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Produção de relatórios sobre vitimação policial para acompanhamento permanente e adoção de medidas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Ações de formação para preparação dos elementos policiais para deteção de situações de stress pós-traumático	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

26. 4 - Caso tenha selecionado "Outro" na resposta anterior, indique uma medida que considere relevante aplicação por parte da PSP.

27. 5 - Medidas que deverão ser tomadas, fora do âmbito da PSP, para reduzir o risco de agressões nos elementos policiais *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Discordo Totalmente	Discordo	Concordo	Concordo Totalmente
Maior penalização para os agressores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Atuação judicial assertiva (Aumento da gravidade nas condenações)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Melhoria da informação prestada pelos média	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Indemnização aos elementos policiais agredidos em serviço	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Penalização do incitamento à violência contra elementos policiais	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Divulgação das sentenças que resultam em condenação de agressores	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outro	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

28. 6 - Caso tenha selecionado "Outro" na resposta anterior, indique uma medida que considere de relevante aplicação, fora do âmbito da PSP.

APÊNDICE D – PANORAMA GERAL DAS AGRESSÕES

Tabela 8 Estatísticas descritivas das agressões de 2016

	Mês	Dia da	Divisão			Tipo de			Serviço	Modus		Resultado da	
		semana	Policial	Concelho	Localidade	Hora	Hora	Local	operacional	Apoios	Operandi	agressão	
N Válido	417	417	414	417	334	389	389	389	389	388	389	389	
Omisso	0	0	3	0	83	28	28	28	28	29	28	28	
Média	JUN	TUE	9,13	3,81	21,03	2,13	12:43	2,15	1,21	2,14	2,19	1,48	2,30
Moda	AUG	TUE	12	3	23	3	0:30	1	1	1	2	1	3
Desvio Padrão	00:00:03,327	00:00:02,040	3,862	2,016	11,703	,881	7:47	1,899	,629	1,929	,668	1,241	,999
Mínimo	JAN	SUN	1	1	1	1	0:05	1	1	1	1	1	1
Máximo	DEC	SAT	15	9	45	3	23:50	7	4	6	4	6	5

Tabela 9 Correlações de Spearman - agressões 2016

		Mês	Dia da semana	Divisão Policial	Concelho	Localidade	Turno	Hora	Local	Tipo serviço	Serviço Operacional	Apoios	Modus Operandi	Resultado Agressão
Mês	rho	1												
	sig													
Dia da semana	rho	-,108*	1											
	sig	,027												
Divisão Policial	rho	-,045	,039	1										
	sig	,358	,434											
Concelho	rho	-,102*	-,017	,637**	1									
	sig	,037	,722	,000										
Localidade	rho	-,089	,028	-,012	,275**	1								
	sig	,103	,609	,823	,000									
Turno	rho	,022	,001	,055	-,038	,040	1							
	sig	,661	,990	,280	,450	,483								
Hora	rho	,001	-,006	,051	-,006	,047	,927**	1						
	sig	,986	,902	,317	,905	,405	,000							
Local	rho	,165**	-,123*	-,117*	-,031	,101	,023	,023	1					
	sig	,001	,015	,021	,536	,075	,657	,651						
Tipo de serviço	rho	-,033	,045	-,124*	-,033	,033	,074	,079	,200**	1				
	sig	,510	,373	,015	,519	,560	,152	,125	,000					
Serviço Operacional	rho	-,010	,062	-,090	-,083	,044	-,052	-,242**	,499**	1				
	sig	,851	,219	,076	,104	,441	,311	,317	,000					
Apoios	rho	,004	,023	,066	-,031	-,071	,043	,038	-,032	-,072	,031	1		
	sig	,931	,657	,198	,541	,211	,410	,468	,534	,159	,540			
Modus Operandi	rho	-,028	,040	,027	,026	,046	-,089	-,075	-,122*	,043	,021	,049	1	
	sig	,587	,426	,600	,615	,413	,087	,147	,016	,400	,677	,335		
Resultado da agressão	rho	,071	-,026	,016	-,044	-,158**	,086	,059	,020	,028	-,009	,090	-,028	1
	sig	,163	,603	,749	,391	,005	,096	,257	,693	,586	,855	,077	,585	

Tabela 10 Teste de Krustall-Wallis - agressões 2016

	Hora	Tipo de serviço	Serviço operacional	Apoios	Modus Operandi	Resultado da agressão
χ^2	30,924	24,821	33,427	23,212	25,085	18,990
gl	14	14	14	14	14	14
Sig.	,006	,036	,002	,057	,034	,165

Notas: a) Teste de Kruskall-Wallis

Tabela 11 Estatísticas descritivas – Divisão e hora

Divisão Policial	N	Mínimo	Máximo	Média	DP
CM LSB DIC-Divisão de Investigação Criminal de Lisboa	Hora 8	3:00	21:40	13:33	7:00
CM LSB DSA-Divisão Segurança Aeroportuária de Lisboa	Hora 3	14:10	18:00	15:55	1:56
CM LSB-1ª Divisão Policial de Lisboa	Hora 16	0:30	19:10	6:47	6:41
CM LSB-2ª Divisão Policial de Lisboa	Hora 34	0:05	23:20	12:35	7:55
CM LSB-3ª Divisão Policial de Lisboa	Hora 39	0:25	23:30	13:45	8:09
CM LSB-4ª Divisão Policial de Lisboa	Hora 25	1:00	23:15	11:58	7:21
CM LSB-5ª Divisão Policial de Lisboa	Hora 13	0:15	22:00	10:00	9:19
CM LSB-Div Segurança Transportes Públicos LSB	Hora 14	9:00	22:40	16:40	4:46
CM LSB-Divisão de Trânsito de Lisboa	Hora 7	1:20	19:00	8:13	7:56
CM LSB-Divisão Policial da Amadora	Hora 57	0:20	23:45	13:10	6:28
CM LSB-Divisão Policial de Cascais	Hora 13	0:45	22:30	15:32	5:47
CM LSB-Divisão Policial de Loures	Hora 80	0:15	23:50	12:18	8:34
CM LSB-Divisão Policial de Oeiras	Hora 27	0:15	23:00	13:26	8:17
CM LSB-Divisão Policial de Sintra	Hora 40	1:00	23:20	14:37	7:25
CM LSB-Divisão Policial de V. Franca de Xira	Hora 10	0:05	20:00	7:24	7:08
não assinalado	Hora 3	0:05	21:58	14:01	12:06

Tabela 12 Estatísticas descritivas - Divisão e modus operandi

Divisão Policial			Frequência	%
CM LSB DIC-Divisão de Investigação Criminal de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	7	87,5
		Com recurso a veículo	1	12,5
CM LSB DSA-Divisão Segurança Aeroportuária de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	3	100,0
CM LSB-1ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	15	93,8
		Com recurso a objetos	1	6,3
CM LSB-2ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	30	85,7
		Outro	5	14,3
CM LSB-3ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	36	85,7
		Com recurso a objetos	4	9,5
		Com recurso a veículo	2	4,8
CM LSB-4ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	21	95,5
		Com recurso a objetos	1	4,5
		Total	27	
CM LSB-5ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	9	81,8
		Com recurso a objetos	2	18,2
CM LSB-Div Segurança Transportes Públicos LSB	Válido	Com recurso à força física	15	100,0
CM LSB-Divisão de Trânsito de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	5	71,4
		Com recurso a objetos	1	14,3
		Com recurso a veículo	1	14,3
CM LSB-Divisão Policial da Amadora	Válido	Com recurso à força física	50	89,3
		Com recurso a objetos	3	5,4
		Com recurso a veículo	3	5,4
CM LSB-Divisão Policial de Cascais	Válido	Com recurso à força física	9	75,0
		Outro	3	25,0
CM LSB-Divisão Policial de Loures	Válido	Com recurso à força física	56	70,9
		Com recurso a arma de fogo	3	3,8
		Com recurso a arma branca	3	3,8
		Com recurso a objetos	14	17,7
		Com recurso a veículo	1	1,3
		Outro	2	2,5
CM LSB-Divisão Policial de Oeiras	Válido	Com recurso à força física	27	93,1
		Com recurso a arma branca	2	6,9
CM LSB-Divisão Policial de Sintra	Válido	Com recurso à força física	38	90,5
		Com recurso a objetos	3	7,1
		Outro	1	2,4
CM LSB-Divisão Policial de V. Franca de Xira	Válido	Com recurso à força física	10	100,0
não assinalado	Válido	Com recurso à força física	2	100,0

Tabela 13 Estatísticas descritivas - Divisão e tipo de serviço

	Divisão Policial		Frequência	Porcentagem válida
CM LSB DIC-Divisão de Investigação Criminal de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	7	87,5
		Serviço operacional remunerado	1	12,5
CM LSB DSA-Divisão Segurança Aeroportuária de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	2	66,7
		Serviço operacional remunerado	1	33,3
CM LSB-1ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	11	68,8
		Serviço operacional remunerado	3	18,8
		Total	17	
CM LSB-2ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	31	88,6
		Serviço operacional remunerado	4	11,4
CM LSB-3ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	34	81,0
		Serviço operacional remunerado	7	16,7
		Folga	1	2,4
CM LSB-4ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	21	95,5
		Serviço operacional remunerado	1	4,5
CM LSB-5ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	8	72,7
		Serviço operacional remunerado	2	18,2
		Folga	1	9,1
		Total	14	
CM LSB-Div' Segurança Transportes Públicos LSB	Válido	Serviço operacional geral	11	73,3
		Serviço operacional remunerado	3	20,0
		Folga	1	6,7
CM LSB-Divisão de Trânsito de Lisboa	Válido	Serviço operacional geral	4	57,1
		Serviço operacional remunerado	2	28,6
		Folga	1	14,3
CM LSB-Divisão Policial da Amadora	Válido	Serviço operacional geral	51	91,1
		Serviço operacional remunerado	3	5,4
		Folga	2	3,6
CM LSB-Divisão Policial de Cascais	Válido	Serviço operacional geral	12	100,0
CM LSB-Divisão Policial de Loures	Válido	Omiso não assinalado	1	
		Serviço operacional geral	71	89,9
		Serviço operacional remunerado	3	3,8
		Folga	5	6,3
CM LSB-Divisão Policial de Oeiras	Válido	Serviço operacional geral	27	93,1
		Serviço operacional remunerado	1	3,4
		Folga	1	3,4
CM LSB-Divisão Policial de Sintra	Válido	Serviço operacional geral	38	90,5
		Serviço operacional remunerado	3	7,1
		Folga	1	2,4
CM LSB-Divisão Policial de V. Franca de Xira não assinalado	Válido	Serviço operacional geral	10	100,0
	Válido	Serviço operacional geral	1	50,0
		Serviço operacional remunerado	1	50,0

Tabela 14 Estatísticas descritivas - Divisão e serviço operacional

Divisão Policial			Frequência	%
CM LSB DIC-Divisão de Investigação Criminal de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	7	87,5
		Com recurso a veículo	1	12,5
CM LSB DSA-Divisão Segurança Aeroportuária de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	3	100,0
CM LSB-1ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	15	93,8
		Com recurso a objetos	1	6,3
CM LSB-2ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	30	85,7
		Outro	5	14,3
CM LSB-3ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	36	85,7
		Com recurso a objetos	4	9,5
		Com recurso a veículo	2	4,8
CM LSB-4ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	21	95,5
		Com recurso a objetos	1	4,5
		Total	27	
CM LSB-5ª Divisão Policial de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	9	81,8
		Com recurso a objetos	2	18,2
CM LSB-Div Segurança Transportes Públicos LSB	Válido	Com recurso à força física	15	100,0
CM LSB-Divisão de Trânsito de Lisboa	Válido	Com recurso à força física	5	71,4
		Com recurso a objetos	1	14,3
		Com recurso a veículo	1	14,3
CM LSB-Divisão Policial da Amadora	Válido	Com recurso à força física	50	89,3
		Com recurso a objetos	3	5,4
		Com recurso a veículo	3	5,4
CM LSB-Divisão Policial de Cascais	Válido	Com recurso à força física	9	75,0
		Outro	3	25,0
CM LSB-Divisão Policial de Loures	Válido	Com recurso à força física	56	70,9
		Com recurso a arma de fogo	3	3,8
		Com recurso a arma branca	3	3,8
		Com recurso a objetos	14	17,7
		Com recurso a veículo	1	1,3
		Outro	2	2,5
CM LSB-Divisão Policial de Oeiras	Válido	Com recurso à força física	27	93,1
		Com recurso a arma branca	2	6,9
CM LSB-Divisão Policial de Sintra	Válido	Com recurso à força física	38	90,5
		Com recurso a objetos	3	7,1
		Outro	1	2,4
CM LSB-Divisão Policial de V. Franca de Xira	Válido	Com recurso à força física	10	100,0
não assinalado	Válido	Com recurso à força física	2	100,0

Tabela 15 Estatísticas de teste Kruskal Wallis – Dias da semana

Dia da semana	Hora	Tipo de serviço	Serviço operacional	Apoios	Modus Operandi	Resultado da agressão	
SUN	χ^2	13,653	20,320	11,054	6,742	16,439	12,675
	Sig.	,323	,061	,524	,874	,172	,393
MON	χ^2	20,277	19,929	18,343	12,322	30,521	15,344
	Sig.	,089	,068	,106	,420	,002	,223
TUE	χ^2	13,540	20,380	14,087	20,942	18,815	15,014
	Sig.	,331	,060	,295	,051	,093	,241
WED	χ^2	10,293	13,815	20,396	16,679	25,850	20,506
	Sig.	,590	,313	,060	,162	,011	,058
THU	χ^2	25,680	42,154	14,384	17,682	22,148	12,506
	Sig.	,012	,000	,277	,126	,036	,406
FRI	χ^2	14,788	13,722	10,765	14,904	8,749	10,133
	Sig.	,253	,249	,463	,187	,645	,518
SAT	χ^2	13,789	7,816	19,332	14,918	20,854	12,555
	Sig.	,314	,799	,081	,246	,053	,402

Nota: a. Teste Kruskal Wallis b. Variável de Agrupamento: Divisão Policial

Tabela 16 Estatísticas de teste Krustal Wallis – Hora

Hora		Tipo de serviço	Serviço operacional	Apoios	Modus Operandi	Resultado da agressão
00H00-08H00	χ^2	12,268	16,931	20,323	14,014	24,132
	Sig	,424	,152	,061	,300	,020
08H00-16H00	χ^2	17,374	14,014	19,118	15,452	17,928
	Sig	,237	,449	,160	,348	,210
16H00-00H00	χ^2	23,811	29,974	16,680	20,051	18,977
	Sig	,048	,008	,274	,129	,166

Notas: a. Teste Kruskal Wallis b. Variável de Agrupamento: Divisão Policial

APÊNDICE E – TESTES DE MEDIÇÃO PARA O MODELO CONCEPTUAL EM FUNÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

Tabela 17 Caracterização geral

		N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Idade	M	56	22	52	32,00	6,710
	F	4	26	33	29,00	3,162
	T	60	22	52	31,80	6,561
Idade dos agressores	M	56	0	59	23,23	16,627
	F	4	25	55	42,50	12,583
	T	60	0	59	24,52	17,008
Nº agressões sofridas em 2016	M	56	1	5	1,63	1,088
	F	4	1	2	1,25	,500
	T	60	1	5	1,60	1,061
Nº agressores	M	56	1	90	3,98	12,830
	F	4	1	2	1,25	,500
	T	60	1	90	3,80	12,407

Tabela 18 Estatísticas descritivas - Posto por Género

		Frequência	%
Masculino	Agente	43	76,8
	Agente Principal	6	10,7
	Chefe	5	8,9
	Subcomissário	2	3,6
	Total	56	100,0
Feminino	Agente	4	100,0
	Total	4	100,0

Tabela 19 Estatísticas descritivas - Habilitações Literárias por Género

		Frequência	%
Masculino	Ensino Secundário	49	87,5
	Licenciatura	3	5,4
	Mestrado	4	7,1
	Total	56	100,0
Feminino	Ensino Secundário	3	75,0
	Licenciatura	1	25,0
	Total	4	100,0

Tabela 20 Teste de Kolmogorov-Smirnov – caracterização geral

		Idade	Número de agressões sofridas em 2016	Número de agressores	Idade dos agressores	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?
N		60	60	60	60	60
Parâmetros normais ^{a,b}	Média	31,80	1,60	3,80	24,52	2,63
	Desvio Padrão	6,561	1,061	12,407	17,008	3,053
Diferenças Mais	Absoluto	,211	,381	,474	,175	,299
Extremas	Positivo	,211	,381	,474	,175	,299
	Negativo	-,138	-,286	-,411	-,101	-,194
Estatística do teste		,211	,381	,474	,175	,299
Significância Assint. (Bilateral)		,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c	,000 ^c

Notas: a. A distribuição do teste é Normal. b. Calculado dos dados. c. Correção de Significância de Lilliefors.

Tabela 21 Correlações de Spearman – Caracterização geral

		Idade	Número de agressões sofridas em 2016	Idade dos agressores	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?
Idade	rho	1,000			
	Sig	.			
	N	60			
Número de agressões sofridas em 2016	rho	-,198	1,000		
	Sig	,129	.		
	N	60	60		
Idade dos agressores	rho	,130	-,210	1,000	
	Sig	,321	,107	.	
	N	60	60	60	
Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	,114	-,006	-,164	1,000
	Sig	,385	,961	,209	.
	N	60	60	60	60

Tabela 22 Correlações de Spearman – Caracterização geral por Género

Género			Idade	Número de agressões sofridas em 2016	Idade dos agressores	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?
Masculino	Idade	rho	1	-,194	,173	,122
		Sig		,151	,203	,369
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	-,194	1	-,249	-,069
		Sig	,151		,064	,613
	Idade dos agressores	rho	,173	-,249	1	-,150
		Sig	,203	,064		,270
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	,122	-,069	-,150	1
		Sig	,369	,613	,270	
Feminino	Idade	rho	1	-,422	-,419	,913
		Sig		,578	,581	,087
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	-,422	1	,132	-,577
		Sig	,578		,868	,423
	Idade dos agressores	rho	-,419	,132	1	-,688
		Sig	,581	,868		,312
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	,913	-,577	-,688	1
		Sig	,087	,423	,312	

Tabela 23 Correlações de Spearman – Caracterização geral por Posto

			Idade	Número de agressões sofridas em 2016	Idade dos agressores	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?
Agente	Idade	rho	1,000	-,145	,030	,164
		Sig	.	,330	,844	,271
		N	47	47	47	47
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	-,145	1,000	-,158	-,036
		Sig	,330	.	,290	,811
		N	47	47	47	47
	Idade dos agressores	rho	,030	-,158	1,000	-,163
		Sig	,844	,290	.	,273
		N	47	47	47	47
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	,164	-,036	-,163	1,000
		Sig	,271	,811	,273	.
		N	47	47	47	47
Agente Principal	Idade	rho	1,000	-,439	,516	-,147
		Sig	.	,383	,295	,781
		N	6	6	6	6
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	-,439	1,000	-,898 [*]	-,418
		Sig	,383	.	,015	,410
		N	6	6	6	6
	Idade dos agressores	rho	,516	-,898 [*]	1,000	,625
		Sig	,295	,015	.	,184
		N	6	6	6	6
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	-,147	-,418	,625	1,000
		Sig	,781	,410	,184	.
		N	6	6	6	6
Chefe	Idade	rho	1,000	,707	-,900 [*]	,051
		Sig	.	,182	,037	,935
		N	5	5	5	5
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	,707	1,000	-,707	,000
		Sig	,182	.	,182	1,000
		N	5	5	5	5
	Idade dos agressores	rho	-,900 [*]	-,707	1,000	-,410
		Sig	,037	,182	.	,493
		N	5	5	5	5
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	,051	,000	-,410	1,000
		Sig	,935	1,000	,493	.
		N	5	5	5	5
Subcomissário	Idade	rho	1,000	1,000	-1,000	-1,000
		Sig
		N	2	2	2	2
	Número de agressões sofridas em 2016	rho	1,000 ^{**}	1,000	-1,000	-1,000
		Sig
		N	2	2	2	2
	Idade dos agressores	rho	-1,000 ^{**}	-1,000 ^{**}	1,000	1,000
		Sig
		N	2	2	2	2
	Para além de si, quantos elementos policiais se encontravam no local?	rho	-1,000 ^{**}	-1,000 ^{**}	1,000 ^{**}	1,000
		Sig
		N	2	2	2	2

Tabela 24 Teste de Mann-Whitney - U - Tipo de ocorrência que levou à agressão, por Género

	Género	n	M	DP	Posto Médio	Mann-Whitney	
						U	Sig
Ocorrência de distúrbios/desordem	M	56	1,75	,858	30,85	99.500	0.679
	F	4	1,75	,500	33,63		
Ocorrência de agressões	M	56	1,96	830	31,55	53.000	.042
	F	4	1,25	,500	15,75		
Ocorrência de Violência Doméstica	M	56	2,16	,733	30,56	108.500	.891
	F	4	2,25	1,258	29,63		
Ocorrência de Furtos/Roubos	M	56	2,09	,793	30,03	85.500	.331
	F	4	2,50	1,000	37,13		
Fiscalização Rodoviária	M	56	2,05	,862	29,96	81.500	.285
	F	4	2,50	1,000	38,13		
Abordagem/ identificação de suspeitos	M	56	1,61	824	30,96	86.000	.382
	F	4	1,25		24,00		
Detenção de indivíduos	M	56	1,61	867	30,46	110.000	.947
	F	4	1,50	,577	31,00		
Outro	M	56	1,75	1,066	30,16	93.000	.542
	F	4	3,00	1,155	35,25		

Tabela 25 Teste de Mann-Whitney - U - Tipo de agressão sofrida, por Género

	Género	n	M	DP	Posto Médio	Mann-Whitney	
						U	Sig
Injúrias e ameaças	M	56	1,13	,334	30,19	94.500	.379
	F	4	1,75	1,50	34,88		
Recurso à força física	M	56	1,11	,312	30,71	100.000	.494
	F	4	1,00	,000	27,50		
Recurso a arma de fogo	M	56	2,02	,301	30,50	112.000	1.000
	F	4	2,00	,000	30,50		
Recurso a arma branca	M	56	1,96	,380	30,39	106.000	.711
	F	4	2,00	,000	32,00		
Recurso a outros objetos	M	56	1,93	,420	30,81	94.500	.379
	F	4	1,75	,500	26,13		
Recurso a canídeo	M	56	2,04	,267	30,54	110.000	.789
	F	4	2,00	,000	30,00		
Recurso a veículo	M	56	2,00	,330	30,46	110.000	.875
	F	4	2,00	,000	31,00		
Outros	M	56	2,00	,330	29,58	60.500	.078
	F	4	2,00	,000	43,38		

Tabela 26 Estatísticas descritivas - Tipo de agressão

	A agressão contemplou injúrias/ ameaças?	A agressão ocorrida foi com recurso à força física?	A agressão ocorrida foi com recurso a arma de fogo?	A agressão ocorrida foi com recurso a arma branca?	A agressão ocorrida foi com recurso a outros objetos?	A agressão ocorrida foi com recurso a canídeo?	A agressão ocorrida foi com recurso a veículo?	Outro
Média	1,17	1,10	2,02	1,97	1,92	2,03	2,00	2,65
Moda	1	1	2	2	2	2	2	2
Desvio Padrão	,493	,303	,291	,367	,424	,258	,319	,971

Nota: 1- Discordo Totalmente; 2- Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo Totalmente

Tabela 27 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U das potenciais causas da agressão, por Género

	Género	M	DP	Posto Médio	Mann-Whitney	
					U	Sig
A agressão resultou da inexperiência do elemento policial	M	1,21	,414	30,43	108,000	,868
	F	1,25	,500	31,50		
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de álcool	M	1,66	,793	30,16	93,000	,535
	F	2,00	1,155	35,25		
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de estupefacientes	M	2,05	,942	30,51	111,500	,988
	F	2,00	,816	30,38		
A agressão resultou pelo facto do número de agressores ser superior ao número de elementos policiais presentes no local	M	2,00	1,095	30,13	91,500	,521
	F	2,25	,957	35,63		
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter sido alvo de uma emboscada	M	1,64	,819	30,36	104,000	,793
	F	1,75	,957	32,50		
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter desrespeitado as regras de segurança	M	1,29	,530	29,43	52,000	,024
	F	2,00	,816	45,50		
A agressão resultou pelo facto do número de horas de trabalho limitar a sua capacidade de vigilância	M	1,77	,786	30,82	94,000	,565
	F	1,50	,577	26,00		
A agressão resultou de comportamentos menos adequados dos agressores	M	3,55	,630	31,14	76,000	,217
	F	3,25	,500	21,50		
A agressão resultou como resposta à intervenção do elemento policial	M	2,66	1,225	30,47	110,500	,963
	F	2,75	1,258	30,88		
A agressão resultou pelo facto do agressor já ter tido um mau relacionamento com as autoridades e ter agido em retaliação	M	2,68	,974	30,16	93,000	,555
	F	3,00	,816	35,25		
Os fatores ambientais não favoreceram a intervenção do elemento policial	M	2,09	1,066	29,88	77,000	,276
	F	2,50	,577	39,25		
A agressão resultou devido ao sentimento e sensação de impunidade manifestada pelo agressor	M	3,64	,616	31,32	66,000	,095
	F	3,25	,500	19,00		
A agressão resultou da insuficiente formação prestada ao elemento policial	M	1,75	,837	30,30	101,000	,718
	F	1,75	,500	33,25		

Tabela 28 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U - Consequências da agressão sofrida, por Género

	Género	n	M	DP	Posto Médio	Mann-Whitney	
						U	Sig
Teve necessidade de colocar baixa psicológica	M	56	1,36	,483	30,21	96,000	,570
	F	4	1,50	,577	34,50		
Teve necessidade de colocar baixa médica	M	56	1,66	,959	29,82	74,000	,207
	F	4	2,25	1,258	40,00		
Teve ferimentos ligeiros	M	56	2,71	1,232	30,54	110,000	,950
	F	4	2,75	1,258	30,00		
Teve ferimentos graves	M	56	1,38	,489	20,75	70,000	,142
	F	4	1,75	,500	41,00		
Recebeu tratamento hospitalar	M	56	2,34	1,269	30,78	96,500	,629
	F	4	2,00	1,414	26,63		
Da agressão não resultaram consequências físicas ou psicológicas	M	56	2,32	1,146	30,29	100,000	,712
	F	4	2,50	,577	33,50		

Tabela 29 Estatísticas descritivas e Teste Mann-Whitney – U das potenciais causas da agressão, por Género

	Género	n	M	DP	Posto Médio	Mann Whitney	
						U	Sig
Reuniões com os elementos para averiguar e propor soluções que possam evitar este tipo de ocorrências	M	56	1,71	,825	29,45	53,000	,058
	F	4	2,50	,577	45,25		
Formação-ação	M	56	3,43	,828	31,71	44,000	,021
	F	4	2,50	,577	13,50		
Determinação de uso de equipamentos de proteção	M	56	2,48	1,160	30,03	85,500	,414
	F	4	3,00	,816	37,13		
Outro	M	56	1,77	1,009	30,63	105,000	,819
	F	4	1,50	,577	28,75		

Tabela 30 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW para o tipo de agressão sofrida, por Posto

	Posto	M	MO	DP	Posto Médio	Mann-Whitney	
						U	Sig
Injúrias e ameaças	Agente	1,17		,524	29,22	,210	,900
	Agente Principal	1,17		,408	30,25		
	Chefe	1,20		,447	31,20		
Recurso à força física	Subcomissário	1,00		,000		5,507	,064
	Agente	1,09		,282	28,97		
	Agente Principal	1,00		,000	26,50		
Recurso a arma de fogo	Chefe	1,40		,548	38,10	10,600	,005
	Subcomissário	1,00		,000			
	Agente	2,00		,000	29,00		
Recurso a arma branca	Agente Principal	2,00		,000	29,00	4,523	,104
	Chefe	2,40		,894	34,80		
	Subcomissário	1,50		,707			
Recurso a outros objetos	Agente	1,94		,247	28,68	4,339	,114
	Agente Principal	2,00		,000	30,50		
	Chefe	2,40		,894	36,00		
Recurso a canídeo	Subcomissário	1,50		,707		10,600	,005
	Agente	2,00		,000	29,00		
	Agente Principal	2,00		,000	29,00		
Recurso a veículo	Chefe	2,40		,894	34,80	6,306	,043
	Subcomissário	2,00		,000			
	Agente	1,98		,146	28,89		
Outros	Agente Principal	2,00		,000	29,50	1,778	,411
	Chefe	2,40		,894	35,20		
	Subcomissário	1,50		,707			
	Agente	2,64		,942	30,13		
	Agente Principal	2,17		,983	22,25		
	Chefe	2,80		1,095	32,30		
	Subcomissário	4,00		,000			

	Posto	n	M	DP	Posto Médio	χ^2	Sig
Maior número de elementos policiais na deslocação às ocorrências	Agente	47	3,32	,663	30,11	,449	,799
	Agente Principal	6	3,00	1,265	27,83		
	Chefe	5	3,20	,447	25,80		
	Subcomissário	2	3,50	,707			
Formação contínua em intervenção policial/defesa policial a todos os elementos com funções operacionais	Agente	47	3,66	,600	28,98	2,933	,231
	Agente Principal	6	4,00	,000	37,50		
	Chefe	5	3,40	,894	24,80		
	Subcomissário	2	4,00	,000			
Formação aos elementos da Central para uma melhor mobilização de meios para o local	Agente	47	3,23	,729	29,61	,455	,797
	Agente Principal	6	3,33	,816	31,92		
	Chefe	5	3,00	1,000	25,60		
	Subcomissário	2	4,00	,000			
Maior permissão na utilização de meios coercivos de baixa potencialidade letal	Agente	47	3,51	,688	29,15	1,982	,371
	Agente Principal	6	3,83	,408	36,42		
	Chefe	5	3,40	,548	24,50		
	Subcomissário	2	3,50	,707			
Uso de equipamentos de proteção adequados e suficientes	Agente	47	3,55	,653	28,83	1,132	,568
	Agente Principal	6	3,83	,408	35,33		
	Chefe	5	3,60	,548	28,80		
	Subcomissário	2	4,00	,000			
Utilização de câmaras de porte individual	Agente	47	3,06	,942	30,02	,281	,869
	Agente Principal	6	3,00	,894	27,67		
	Chefe	5	3,00	,707	26,80		
	Subcomissário	2	4,00	,000			
Fiscalizações no âmbito de armas ilegais e proibidas	Agente	47	3,51	,621	30,65	2,883	,237
	Agente Principal	6	3,50	,548	29,50		
	Chefe	5	3,00	,707	18,70		
	Subcomissário	2	3,00	1,414			
Disponibilização ao efetivo dos procedimentos operacionais em vigor para a atuação em ocorrências	Agente	47	3,26	,736	29,88	,174	,917
	Agente Principal	6	3,17	,753	27,33		
	Chefe	5	3,20	,837	28,50		
	Subcomissário	2	3,50	,707			
Produção de relatórios sobre vitimação policial para acompanhamento permanente e adoção de medidas	Agente	47	3,00	,752	28,88	1,093	,579
	Agente Principal	6	3,33	,516	35,50		
	Chefe	5	3,00	,707	28,10		
	Subcomissário	2	4,00	,000			
Ações de formação que prepararem os elementos policiais para deteção de situações de stress pós-traumático	Agente	47	3,17	,868	27,32	6,163	,046
	Agente Principal	6	3,50	,837	34,08		
	Chefe	5	4,00	,000	44,50		
	Subcomissário	2	3,50	,707			
Outro	Agente	46	1,98	1,105	28,91	1,271	,530
	Agente Principal	5	1,60	1,342	21,60		
	Chefe	5	2,20	1,304	31,60		
	Subcomissário	2	2,50	2,121			

Tabela 31 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW para as medidas a implementar, por Posto

Tabela 32 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW para o tipo de agressão, por tipo de serviço

	Posto	n	M	DP	Posto Médio	χ^2	Sig
Injúrias e ameaças	Patrulhamento auto	31	1,19	,601	29,79	3,334	,912
	Patrulhamento apeado	6	1,17	,408	30,75		
	Serviço remunerado	5	1,20	,447	31,70		
	Investigação Criminal	1	1,00	-	26,00		
	Intervenção rápida	7	1,00	,000	26,00		
	Fiscalização	2	1,00	,000	26,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,33	,577	35,50		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,00	,000	26,00		
	Policiamento de Proximidade	1	1,00	-	26,00		
	Recurso à força física	Patrulhamento auto	31	1,06	,250		
Patrulhamento apeado		6	1,17	,408	31,83		
Serviço remunerado		5	1,20	,447	32,80		
Investigação Criminal		1	1,00	-	27,00		
Intervenção rápida		7	1,00	,000	27,00		
Fiscalização		2	1,00	,000	27,00		
Graduado de Serviço/sentinela		3	1,33	,577	36,67		
Encontrava-se fora de serviço		2	1,00	,000	27,00		
Policiamento de Proximidade		1	1,00	-	27,00		
Recurso a arma de fogo		Patrulhamento auto	31	1,97	,180	28,58	4,991
	Patrulhamento apeado	6	2,00	,000	29,50		
	Serviço remunerado	5	2,00	,000	29,50		
	Investigação Criminal	1	2,00	-	29,50		
	Intervenção rápida	7	2,29	,756	33,57		
	Fiscalização	2	2,00	,000	29,50		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	,000	29,50		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,50	,707	29,50		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00	-	29,50		
	Recurso a arma branca	Patrulhamento auto	31	1,94	,250	29,16	
Patrulhamento apeado		6	2,00	,000	31,00		
Serviço remunerado		5	1,80	,447	25,30		
Investigação Criminal		1	2,00	-	31,00		

	Intervenção rápida	7	2,29	,756	34,86		
	Fiscalização	2	2,00	,000	31,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	,000	31,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,50	,707	16,75		
	Policciamento de Proximidade	1	2,00	-	31,00		
Recurso a outros objetos	Patrulhamento auto	31	1,87	,341	28,32	7,933	,440
	Patrulhamento apeado	6	2,00	,000	32,00		
	Serviço remunerado	5	1,80	,447	26,30		
	Investigação Criminal	1	2,00	-	32,00		
	Intervenção rápida	7	2,29	,756	35,71		
	Fiscalização	2	2,00	,000	32,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	,000	32,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,50	,707	17,75		
	Policciamento de Proximidade	1	2,00	-	32,00		
Recurso a canídeo	Patrulhamento auto	31	2,00	,000	29,00	7,286	,506
	Patrulhamento apeado	6	2,00	,000	29,00		
	Serviço remunerado	5	2,00	,000	29,00		
	Investigação Criminal	1	2,00	-	29,00		
	Intervenção rápida	7	2,29	,756	33,14		
	Fiscalização	2	2,00	,000	29,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	,000	29,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	2,00	,000	29,00		
	Policciamento de Proximidade	1	2,00	-	29,00		
Recurso a veículo	Patrulhamento auto	31	1,94	,250	28,16	4,817	,777
	Patrulhamento apeado	6	2,00	,000	30,00		
	Serviço remunerado	5	2,00	,000	30,00		
	Investigação Criminal	1	2,00	-	30,00		
	Intervenção rápida	7	2,29	,756	34,00		
	Fiscalização	2	2,00	,000	30,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	,000	30,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	2,00	,000	30,00		
	Policciamento de Proximidade	1	2,00	2,0.	30,00		
Outros	Patrulhamento auto	31	2,71	,938	31,08	6,773	,561
	Patrulhamento apeado	6	2,17	,983	22,17		
	Serviço remunerado	5	2,00	,000	20,50		

Investigação Criminal	1	4,00	-	49,50
Intervenção rápida	7	2,71	1,254	30,21
Fiscalização	2	3,00	1,414	35,00
Graduado de Serviço/sentinela	3	2,67	1,155	30,17
Encontrava-se fora de serviço	2	3,00	1,414	35,00
Policimento de Proximidade	1	2,00	-	20,50

Tabela 33 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Causas da agressão por tipo de serviço

	Tipo de serviço	n	M	DP	Posto Médio	χ^2	Sig
A agressão resultou da inexperiência do elemento policial	Patrulhamento auto	31	1,19	,402	28,61	8,665	,371
	Patrulhamento apeado	6	1,17	,408	27,83		
	Serviço remunerado	5	1,00	,000	23,00		
	Investigação Criminal	1	1,00	.	23,00		
	Intervenção rápida	7	1,43	,535	35,43		
	Fiscalização	2	1,00	,000	23,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,33	,577	32,67		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,50	,707	37,50		
	Policimento de Proximidade	1	2,00		52,00		
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de álcool	Patrulhamento auto	31	1,19	,402	28,26	7,613	,472
	Patrulhamento apeado	6	1,67	,816	29,75		
	Serviço remunerado	5	1,20	,447	20,60		
	Investigação Criminal	1	1,00	.	16,00		
	Intervenção rápida	7	2,29	,756	41,50		
	Fiscalização	2	2,00	1,414	34,25		

	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	28,17		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,50	,707	27,50		
	Policiamento de Proximidade	1			39,00		
A agressão resultou pelo facto do agressor aparentar estar sob o efeito de estupefacientes	Patrulhamento auto	31	2,13	,885	31,06	8,761	,363
	Patrulhamento apeado	6	1,67	,816	22,92		
	Serviço remunerado	5	1,40	,894	17,50		
	Investigação Criminal	1	4,00		56,50		
	Intervenção rápida	7	2,43	,787	36,29		
	Fiscalização	2	2,00	1,414	28,75		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	22,50		
	Encontrava-se fora de serviço	2	2,00	1,414	28,75		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		30,00		
A agressão resultou pelo facto do número de agressores ser superior ao número de elementos policiais presentes no local	Patrulhamento auto	31	1,94	,998	28,82	8,684	,370
	Patrulhamento apeado	6	2,17	,753	34,33		
	Serviço remunerado	5	1,60	1,342	20,90		
	Investigação Criminal	1	1,00		12,50		
	Intervenção rápida	7	2,00	1,000	30,50		
	Fiscalização	2	2,50	2,121	33,50		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	23,83		
	Encontrava-se fora de serviço	2	4,00	,000	54,50		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		33,50		
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter sido alvo de uma emboscada	Patrulhamento auto	31	1,55	,723	28,10	12,708	,122
	Patrulhamento apeado	6	1,67	,516	32,67		

	Serviço remunerado	5	1,00	,000	16,00		
	Investigação Criminal	1	1,00		16,00		
	Intervenção rápida	7	1,71	,488	33,86		
	Fiscalização	2	2,50	2,121	36,75		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	28,50		
	Encontrava-se fora de serviço	2	3,50	,707	55,50		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		41,00		
A agressão resultou pelo facto do elemento policial ter desrespeitado as regras de segurança	Patrulhamento auto	31	1,35	,608	29,53	8,243	,410
	Patrulhamento apeado	6	1,17	,408	25,58		
	Serviço remunerado	5	1,00	,000	21,00		
	Investigação Criminal	1	1,00		21,00		
	Intervenção rápida	7	1,57	,535	36,71		
	Fiscalização	2	1,50	,707	34,75		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	33,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,00	,000	21,00		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		48,50		
A agressão resultou pelo facto do número de horas de trabalho limitar a sua capacidade de vigilância	Patrulhamento auto	31	1,77	,717	29,76	8,875	,353
	Patrulhamento apeado	6	1,67	,816	27,25		
	Serviço remunerado	5	1,20	,447	17,60		
	Investigação Criminal	1	1,00		13,00		
	Intervenção rápida	7	1,57	,535	38,86		
	Fiscalização	2	1,50	,707	24,50		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,67	1,155	26,17		

	Encontrava-se fora de serviço	2	2,50	,707	44,25		
	Policimento de Proximidade	1	2,00		36,00		
A agressão resultou de comportamentos menos adequados dos agressores	Patrulhamento auto	31	3,52	,626	28,94	7,162	,519
	Patrulhamento apeado	6	3,83	,408	36,50		
	Serviço remunerado	5	3,60	,548	30,20		
	Investigação Criminal	1	4,00		41,00		
	Intervenção rápida	7	2,29	,951	26,14		
	Fiscalização	2	4,00	,000	41,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	3,67	,577	32,00		
	Encontrava-se fora de serviço	2	3,00	,000	14,00		
	Policimento de Proximidade	1	3,00		14,00		
A agressão resultou como resposta à intervenção do elemento policial	Patrulhamento auto	31	2,55	1,261	28,15	7,862	,447
	Patrulhamento apeado	6	3,17	1,169	36,17		
	Serviço remunerado	5	2,00	1,414	21,10		
	Investigação Criminal	1	1,00		8,50		
	Intervenção rápida	7	3,29	,951	30,07		
	Fiscalização	2	4,00	,000	48,50		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,67	1,528	29,50		
	Encontrava-se fora de serviço	2	3,50	,707	40,00		
	Policimento de Proximidade	1	3,00		31,50		
A agressão resultou pelo facto do agressor já ter tido um mau relacionamento com as autoridades e ter agido em retaliação	Patrulhamento auto	31	2,58	,923	27,74	12,991	,112
	Patrulhamento apeado	6	2,17	,983	20,08		
	Serviço remunerado	5	3,00	1,225	35,50		

	Investigação Criminal	1	1,00		4,50		
	Intervenção rápida	7	3,29	,951	31,57		
	Fiscalização	2	3,33	,577	52,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	3,50	,707	40,33		
	Encontrava-se fora de serviço	2	3,50	,707	43,25		
	Policimento de Proximidade	1	2,00		16,00		
Os fatores ambientais não favoreceram a intervenção do elemento policial	Patrulhamento auto	31	2,16	1,036	30,63	9,477	,304
	Patrulhamento apeado	6	2,17	,983	23,17		
	Serviço remunerado	5	1,40	,894	17,50		
	Investigação Criminal	1	1,00		10,50		
	Intervenção rápida	7	2,71	,951	40,00		
	Fiscalização	2	1,00	,000	20,75		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,67	1,528	36,67		
	Encontrava-se fora de serviço	2	2,00	,000	31,00		
	Policimento de Proximidade	1	2,00		31,00		
	A agressão resultou devido ao sentimento e sensação de impunidade manifestada pelo agressor	Patrulhamento auto	31	3,55	,675	27,87	8,196
Patrulhamento apeado		6	4,00	,000	38,50		
Serviço remunerado		5	3,80	,447	33,00		
Investigação Criminal		1	4,00		38,50		
Intervenção rápida		7	2,86	,900	30,64		
Fiscalização		2	2,00	1,414	24,75		
Graduado de Serviço/sentinela		3	3,33	,577	20,17		
Encontrava-se fora de serviço		2	4,00	,000	38,50		

	Policiamento de Proximidade	1	3,00		11,00		
A agressão resultou da insuficiente formação prestada ao elemento policial	Patrulhamento auto	31	1,68	,541	29,76	2,541	,960
	Patrulhamento apeado	6	1,83	1,169	28,50		
	Serviço remunerado	5	1,80	1,304	26,50		
	Investigação Criminal	1	1,000		12,50		
	Intervenção rápida	7	2,86	1,215	29,93		
	Fiscalização	2	2,00	1,414	25,50		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	2,00	1,000	34,83		
	Encontrava-se fora de serviço	2	2,50	2,121	34,50		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		38,50		

Tabela 34 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Consequências da agressão, por tipo de serviço

	Tipo de serviço	n	M	DP	Posto Médio	χ^2	Sig
Teve necessidade de colocar baixa psicológica	Patrulhamento auto	31	1,42	,502	30,66	4,978	,760
	Patrulhamento apeado	6	1,17	,408	23,33		
	Serviço remunerado	5	1,40	,548	30,10		
	Investigação Criminal	1	1,00		18,50		
	Intervenção rápida	7	1,43	,535	30,93		
	Fiscalização	2	1,50	,707	33,00		
	Graduado de Serviço/sentinela	3	1,33	,577	28,17		
	Encontrava-se fora de serviço	2	1,00	,000	18,50		
	Policiamento de Proximidade	1	2,00		47,50		
Teve necessidade de colocar baixa médica	Patrulhamento auto	31	1,77	1,023	30,37	1,757	,988
	Patrulhamento apeado	6	1,66	1,211	27,00		
	Serviço remunerado	5	1,80	1,304	29,10		
	Investigação Criminal	1	1,00		16,50		
	Intervenção rápida	7	1,57	,787	28,21		

	Fiscalização	2	1,50	,707	28,50		
	Graduado de	3	1,67	1,155	27,83		
	Serviço/sentinela						
	Encontrava-se	2	2,00	1,414	33,50		
	fora de serviço						
	Policimento de	1	2,00		40,50		
	Proximidade						
Teve ferimentos	Patrulhamento	31	2,74	1,210	29,76	5,294	,726
ligeiros	auto						
	Patrulhamento	6	2,50	1,225	25,67		
	apeado						
	Serviço	5	2,40	1,342	24,90		
	remunerado						
	Investigação	1	4,00		48,50		
	Criminal						
	Intervenção rápida	7	3,14	1,215	35,79		
	Fiscalização	2	2,00	1,414	19,00		
	Graduado de	3	3,00	1,732	35,17		
	Serviço/sentinela						
	Encontrava-se	2	2,00	1,414	19,00		
	fora de serviço						
	Policimento de	1	3,00		29,50		
	Proximidade						
Teve ferimentos	Patrulhamento	31	1,45	,506	30,60	5,580	,694
graves	auto						
	Patrulhamento	6	1,17	,408	22,33		
	apeado						
	Serviço	5	1,20	,447	23,30		
	remunerado						
	Investigação	1	1,00		17,50		
	Criminal						
	Intervenção rápida	7	1,57	,535	34,07		
	Fiscalização	2	1,50	,707	32,00		
	Graduado de	3	1,33	,577	27,17		
	Serviço/sentinela						
	Encontrava-se	2	1,50	,707	32,00		
	fora de serviço						
	Policimento de	1	2,00		46,50		
	Proximidade						
Recebeu tratamento	Patrulhamento	31	2,35	1,305	30,13	6,655	,574
hospitalar	auto						
	Patrulhamento	6	2,00	1,265	25,50		
	apeado						
	Serviço	5	2,20	1,304	28,20		
	remunerado						
	Investigação	1	1,00		12,00		
	Criminal						
	Intervenção rápida	7	3,14	1,215	40,07		
	Fiscalização	2	1,50	,707	20,25		
	Graduado de	3	1,67	1,155	20,67		
	Serviço/sentinela						
	Encontrava-se	2	2,00	1,414	25,00		
	fora de serviço						
	Policimento de	1	3,00		38,00		
	Proximidade						
Da agressão não	Patrulhamento	31	2,29	1,101	29,48	9,789	,280
resultaram	auto						
consequências físicas	Patrulhamento	6	1,50	,837	17,75		
ou psicológicas	apeado						

Serviço remunerado	5	2,00	1,414	24,80
Investigação Criminal	1	1,00		10,00
Intervenção rápida	7	2,57	,976	33,86
Fiscalização	2	3,00	1,414	39,75
Graduado de Serviço/sentinela	3	3,33	,577	44,83
Encontrava-se fora de serviço	2	3,00	1,414	39,75
Policimento de Proximidade	1			26,00

Tabela 35 Estatísticas descritivas e Teste Kruskal-Wallis – KW - Tipo de agressão por género do agressor

	Género agressor	n	M	DP	Posto Médio	χ^2	Sig
Injúrias e ameaças	M	45	1,09	,288	29.12	4,200	,122
	F	9	1,56	1,014	36.78		
	M e F	6	1,17	,408	31.42		
Recurso à força física	M	45	1,07	,252	29.50	2,307	,316
	F	9	1,22	,441	34.17		
	M e F	6	1,17	,408	32.50		
Recurso a arma de fogo	M	45	2,00	,000	30.50	,000	1,000
	F	9	2,00	,000	30.50		
	M e F	6	2,17	,983	30.50		
Recurso a arma branca	M	45	1,96	,208	30.69	,563	,755
	F	9	1,89	,333	28.72		
	M e F	6	2,17	,983	31.75		
Recurso a outros objetos	M	45	1,93	,252	31.53	3,504	,173
	F	9	1,89	,333	30.22		
	M e F	6	1,83	1,169	23.17		
Recurso a canídeo	M	45	2,00	,000	30.00	9,000	,011
	F	9	2,00	,000	30.00		
	M e F	6	2,33	,816	35.00		
Recurso a veículo	M	45	2,00	,000	31.00	1,879	,391
	F	9	1,89	,333	27.72		
	M e F	6	2,17	,983	30.92		
Outros	M	45	2,69	,973	31.11	4,947	,084
	F	9	2,11	,782	21.78		
	M e F	6	3,17	,983	39.00		

Tabela 36 Estatísticas descritivas - Apoios da Instituição

	Após a agressão foi disponibilizado apoio jurídico	Após a agressão foi disponibilizado apoio financeiro	Após a agressão foi disponibilizado apoio psicológico	Os seus superiores hierárquicos diretos procuraram saber se teria necessidade de algum tipo de apoio.	Foram-lhe informados os meios que a Instituição tem ao seu dispor para situações de violência contra elementos policiais
Válido	60	60	60	60	60
Omisso	0	0	0	0	0
Média	1,28	1,28	1,30	2,22	1,48
Moda	1	1	1	1	1
Desvio Padrão	,640	,715	,720	1,180	,651

Nota: 1- Discordo Totalmente; 2- Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo Totalmente

Tabela 37 Estatísticas descritivas - formações e informações prestadas pela instituição

	Na formação inicial são ministradas técnicas de resposta a situações de violência física dirigidas contra elementos policiais?	São ministradas, de forma contínua, técnicas de intervenção policial a todos os elementos que desempenham serviço operacional?	São ministradas ações de formação que prepararem os elementos policiais para detetarem situações de stress pós-traumático entre os seus colegas?	São produzidos relatórios periódicos sobre vitimação policial de modo a fazer-se um acompanhamento permanente da situação, com vista à adoção de medidas urgentes e eficazes contra este problema?	São disponibilizados ao efetivo, de forma compilada, todos os procedimentos operacionais em vigor, pelos quais os elementos policiais deverão reger a sua atuação perante as diversas ocorrências?	Os equipamentos de proteção disponibilizados são suficientes e adequados à exigência do serviço operacional?
N	60	60	60	60	60	60
Válido	60	60	60	60	60	60
Omisso	0	0	0	0	0	0
Média	1,38	1,93	1,97	2,18	1,92	1,97
Moda	1	2	2	2	2	2
Desvio Padrão	,640	,362	,317	,624	,561	,258

Nota: 1- Discordo Totalmente; 2- Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo Totalmente

Tabela 38 Medidas implementadas na Divisão Policial

		[Reuniões com os elementos para averiguar e propor soluções que possam evitar este tipo de ocorrências]	[Formação-ação]	[Determinação de uso de equipamentos de proteção]	[Outro]
N	Válido	60	60	60	60
	Omisso	0	0	0	0
	Média	1,77	3,37	2,52	1,75
	Moda	1	4	3	1
	Desvio Padrão	,831	,843	1,142	,985
	Mínimo	1	2	1	1
	Máximo	3	4	4	4

Nota: 1- Discordo Totalmente; 2- Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo Totalmente

Violência contra elementos policiais: Estudo das agressões no Comando Metropolitano de Lisboa

Tabela 39 Medidas que considera que deveriam ser tomadas pela Instituição

		[Maior número de elementos policiais na deslocação às ocorrências]	[Formação contínua em intervenção policial/defesa dos elementos com funções operacionais]	[Formação aos elementos da Central para uma melhor mobilização de meios para o local]	[Maior permissão na utilização de meios coercivos de baixa potencialidade letal]	[Uso de equipamentos de proteção adequados e suficientes]	[Utilização de câmaras de porte individual]	[Fiscalizações no âmbito de armas ilegais e proibidas]	[Disponibilização ao efetivo dos procedimentos operacionais em vigor para a atuação em ocorrências]	[Produção de relatórios sobre vitimação policial para acompanhamento permanente e adoção de medidas]	[Ações de formação que prepararem os elementos policiais para deteção de situações de stress pós-traumático]	[Outro]
N	Válido	60	60	60	60	60	60	60	60	60	60	58
	Omisso	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Média	3,28	3,68	3,25	3,53	3,60	3,08	3,45	3,25	3,07	3,28	1,98
	Moda	3	4	4	4	4	3	4	3	3	4	1
	Desvio Padrão	,715	,596	,751	,650	,616	,907	,649	,728	,733	,846	1,147
	Mínimo	1	1	2	1	1	1	2	1	1	1	1
	Máximo	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4	4


Nota: 1- Discordo Totalmente; 2- Discordo; 3- Concordo; 4- Concordo Totalmente

Tabela 40 Medidas que deveriam ser tomadas fora da Instituição

		[Maior penalização para os agressores]	[Atuação judicial assertiva (Aumento da gravidade nas condenações)]	[Melhoria da informação prestada pelos media]	[Indemnização aos elementos policiais agredidos em serviço]	[Penalização do incitamento à violência contra elementos policiais]	[Divulgação das sentenças que resultam em condenação de agressores]	[Outro]
N	Válido	60	60	60	60	60	60	60
	Omisso	0	0	0	0	0	0	0
	Média	3,90	3,85	3,45	3,63	3,88	3,55	1,90
	Moda	4	4	4	4	4	4	1
	Desvio Padrão	,303	,360	,699	,688	,324	,723	1,130
	Mínimo	3	3	1	1	3	1	1
	Máximo	4	4	4	4	4	4	4

APÊNDICE F – MAPEAMENTO DAS AGRESSÕES

Legenda:


 Uma ocorrência – 1 elemento policial agredido

 Uma ocorrência – 2 elementos policiais agredidos

 Uma ocorrência – 3 elementos policiais agredidos

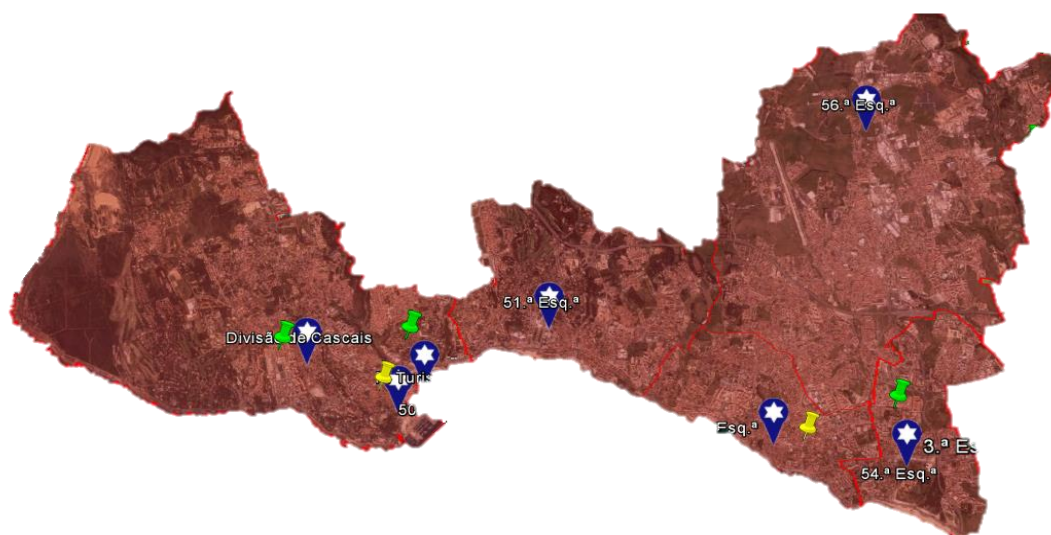
 Uma ocorrência – 4 elementos policiais agredidos

 Uma ocorrência – 5 elementos policiais agredidos

 Várias ocorrências no mesmo local

Divisão de Cascais

Figura 2 Divisão de Cascais



Locais:

Rua Dourada (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Tenente Coronel José Pessoa (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

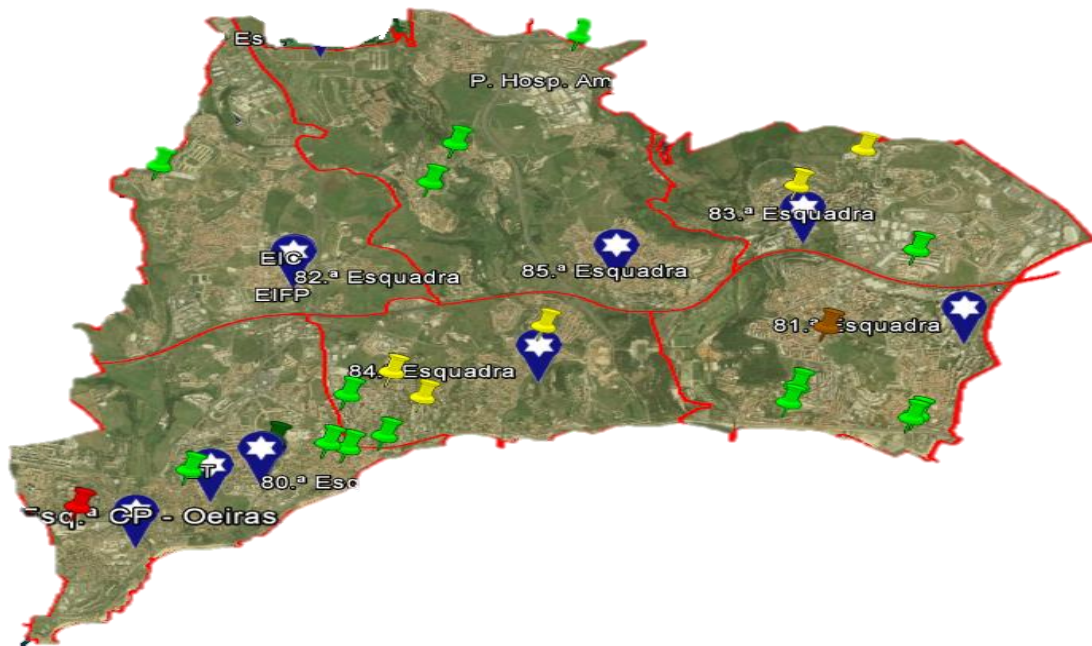
Estrada da Alagoa (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Maestro Taborda (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua José Relvas (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Divisão de Oeiras

Figura 3 Divisão de Oeiras



Locais:

Rua Diogo Cão (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua António Cremer (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua José da Silva Afonso (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Antão Gonçalves (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Inácio Duarte (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Cândido dos Reis (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Recife (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praceta Dionísio Matias (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Lino de Assunção (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Leonor Faria Gomes (1 ocorrência - 1 elemento agredido)

Rua José Pedro da Silva (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo 7 de Dezembro (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos – **com recurso a arma branca**)

Rua Comandante Luís Filipe de Araújo (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida João de Freitas Branco (1 ocorrência - 2 elementos policiais foram agredidos)

Praceta Soeiro Pereira Gomes (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Tomás Vieira da Cruz (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua de Goa (1 ocorrência - 5 elementos policiais agredidos)

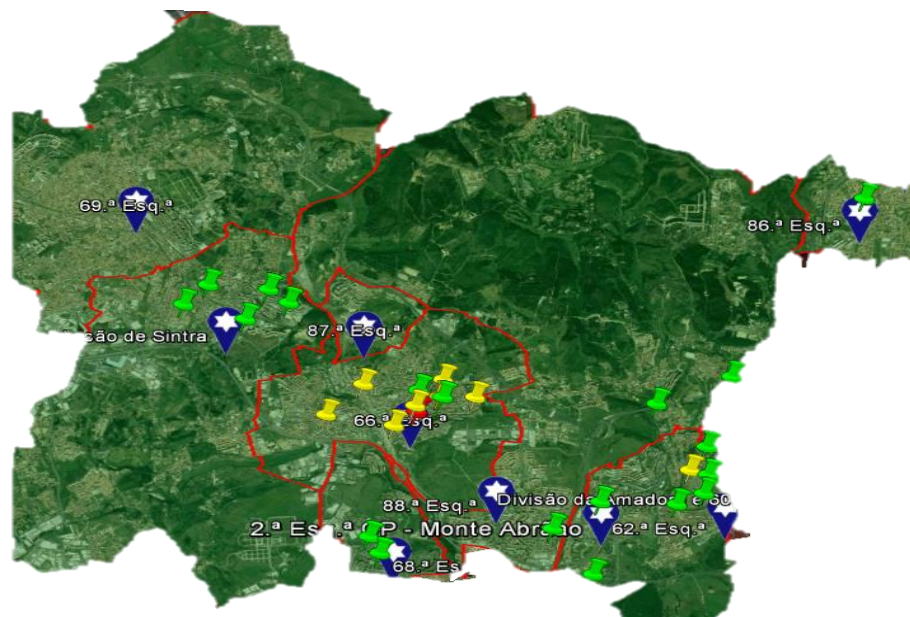
Rua Santo António (2 ocorrências):

1ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Divisão de Sintra

Figura 4 Divisão de Sintra



Locais:

Avenida Moçambique (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Marte (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Infante Dom Henrique (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Descobertas (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada Marquês de Pombal (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Giestas (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Alexandre Herculano (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Nossa Senhora Carmo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Professor Egas Moniz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Dom Dinis (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Missionários (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Largo Estação (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Bons Amigos (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Adriano dos Santos Gil (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Tenente Coronel Salgueiro Maia (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Dom Nuno Álvares Pereira (3 ocorrências distintas):

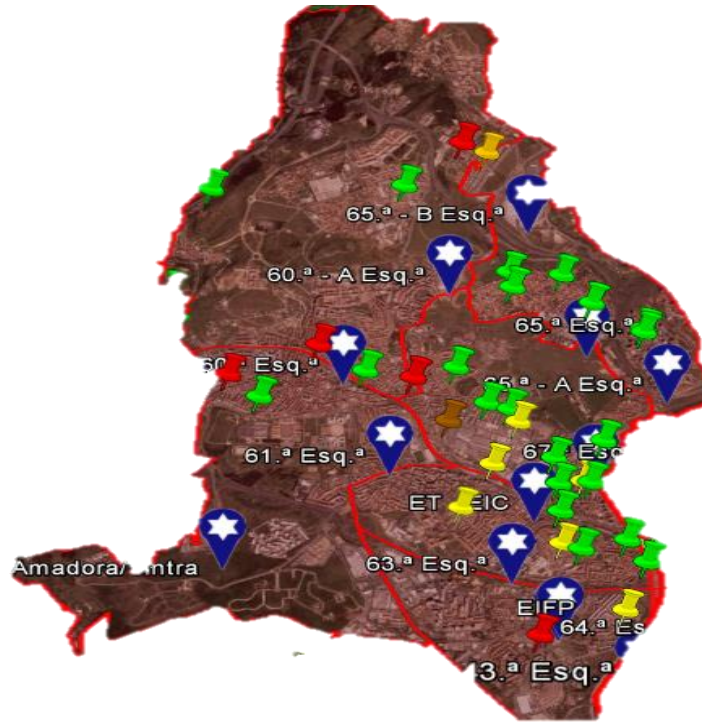
1ª Ocorrência - 3 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

3ª Ocorrência - 1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Divisão da Amadora

Figura 5 Divisão da Amadora



Locais:

Casal Vicente (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Dr. João de Freitas Branco (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Jaime Cortesão (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Vitorino Nemésio (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Bento de Jesus Caraça (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo 1º de Maio (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo João das Regras (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Ruy Luís Gomes (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada Velha de Queluz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Professor Doutor Egas Moniz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Pedro Franco (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Vice Almirante Azevedo Coutinho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua António José de Almeida (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praceta Teresa Gomes (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Francisco Simões Carneiro (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Cristóvão da Gama (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Fontes Pereira de Melo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Ladeira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida República (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Padre Cruz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Orlando Gonçalves (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Restolho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Travessa Moinho (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Carvalho Araújo (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Dom Carlos I (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Bairro 6 de Maio (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Henrique Paiva Couceiro (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Marechal Costa Gomes (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos)

Rua Indústrias (1 ocorrência - 5 elementos policiais agredidos)

Estrada do Zambujal (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Rua Elias Garcia (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Praça Dom João I (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Avenida Gago Coutinho (3 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

3ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Rua Principal 1 (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 5 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Divisão de Segurança Aeroportuária

Figura 6 Divisão de Segurança Aeroportuária



Locais:

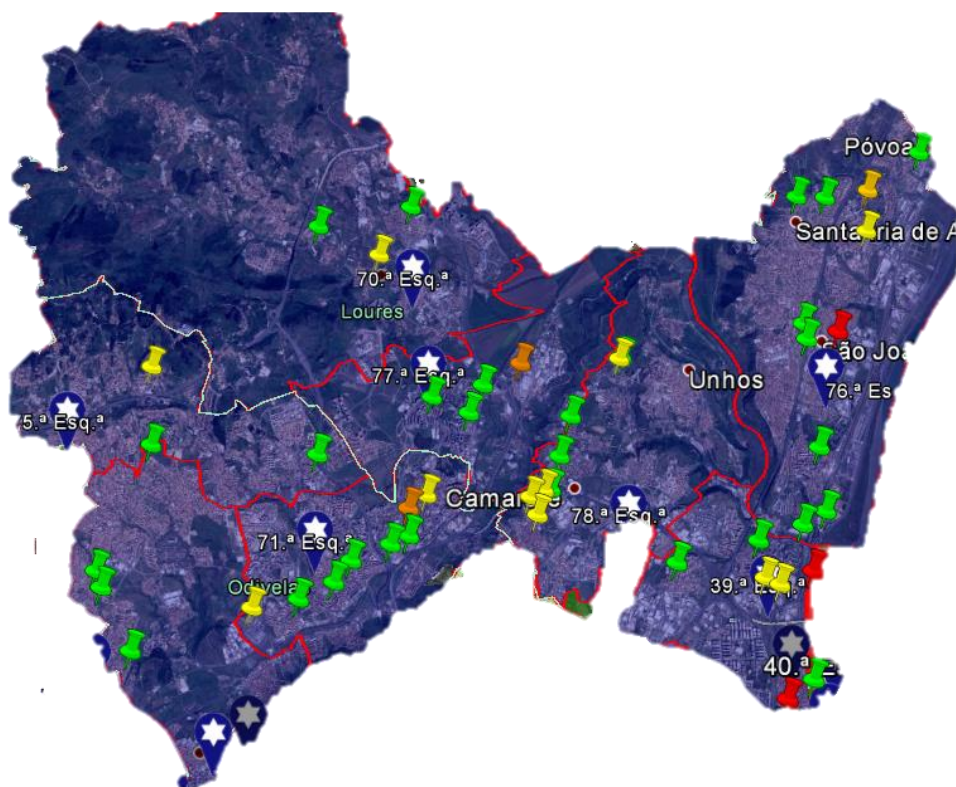
Aeroporto de Lisboa (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Divisão de Loures

Figura 7 Divisão de Loures



Locais:

Rua Mata (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Anselmo Braamcamp Freire (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Bernardo Santareno (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Rafael Bordalo Pinheiro (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Dom Sebastião (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praceta Manuel dos Santos (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Santo António (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada Municipal (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua 25 de Abril (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Gago Coutinho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua António Feleciano Castilho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Doutor Manuel Simões Gomes Coelho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praceta 1º de Dezembro (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Almeida Garrett (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua General Alves Roçadas (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Vasco da Gama (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua do Comércio (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Bela Vista (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Dio (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Júlio Dinis (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Domingos José de Morais (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada Nacional 10 (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Jorge Alexandre Batalha Ferreira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Eco Parque de São João da Talha (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Dom Nunes Alvares Pereira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua 3 (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Fernando Tomaz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Dom Afonso de Albuquerque (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Guiné (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Doutor Augusto Pais Martins (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos - **com recurso a arma branca**)

Rua dos Operários (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Norte (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua da Beira (1 ocorrência - 2 elementos policiais foram agredidos)

Rua Arpalas (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua de Loriga (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos) - Agressões em instalação policial)

Rua Cooperativa A Sacavenense (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Padre António Vieira (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Andrade Corvo (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Dom Pedro V (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Zeca Afonso (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos)

Rua das Giestas (1 ocorrência - 4 elementos policiais agredidos)

Estrada Nacional 250 (1 ocorrência - 4 elementos policiais agredidos)

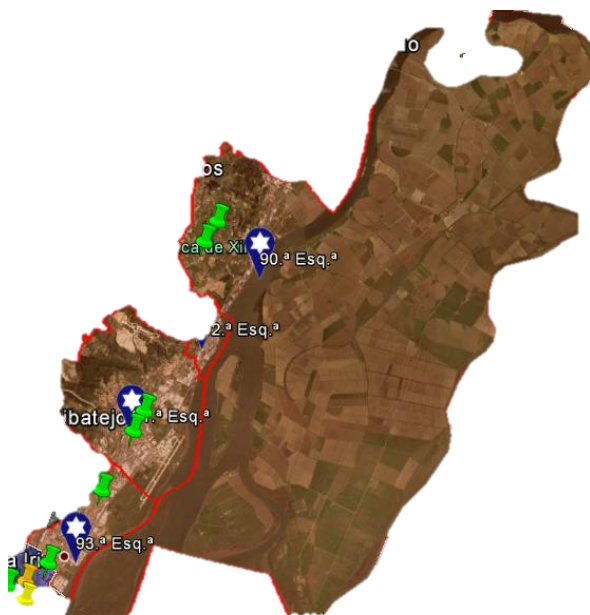
Rua Deputado Pedro Botelho Neves (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Divisão de Vila Franca de Xira

Figura 8 Divisão de Vila Franca de Xira



Locais:

Rua 25 de Abril (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua José António Veríssimo Silva (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua José António do Carmo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Adriano Correia de Oliveira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada do Vidasco (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Divisão de Torres Vedras

Figura 9 Divisão de Torres Vedras



Locais:

Rua Capitão Luís Bôto Pimentel (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

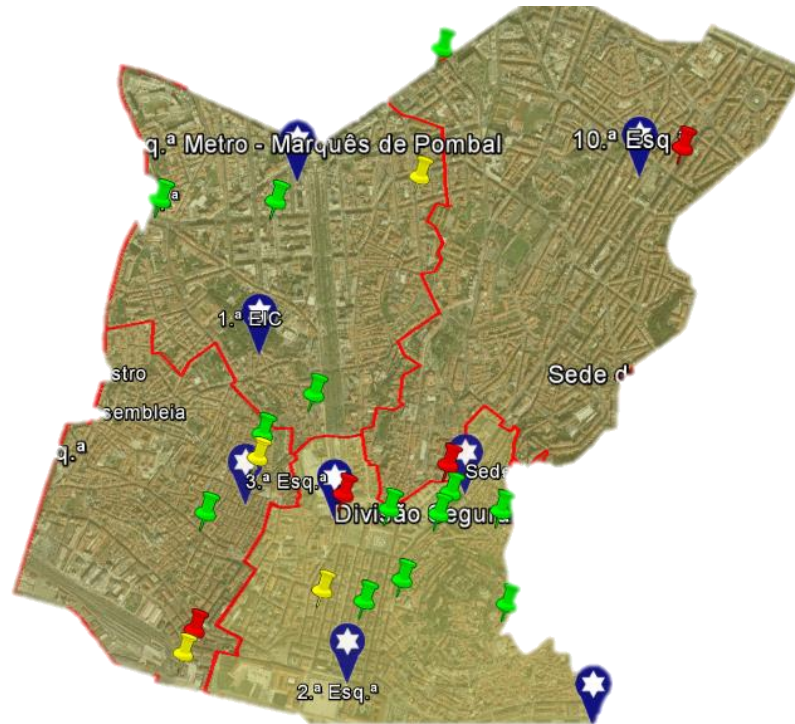
Rua Conde Tarouca (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Amadeu Rodrigues Ferreira Matias (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praceta Moura Guedes (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos – **com recurso a arma de fogo**)

1ª Divisão

Figura 10 1.ª Divisão Policial



Locais:

Avenida Fontes Pereira de Melo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Alexandre Herculano (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Rato (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Glória (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua dos Mouros (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Calhariz (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Prata (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Regedor (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Travessa Nova de São Domingos (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Beco Cascalho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Senhora Saúde (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Terreirinho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Cegos (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Crucifixo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Cais do Sodré (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Travessa Água da Flor (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Luciano Cordeiro (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida Almirante Reis (2 ocorrências):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Praça Duque Terceira (3 ocorrências):

1ª - Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

2ª - Ocorrência - 1 elemento policial agredido

3ª - Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Rua 1º de Dezembro (2 ocorrências):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

Rua José António Serrano (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

- Avenida Doutor Augusto de Castro (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Tomás Alcaide (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Norte Júnior (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Cidade de Bolama (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Avenida Cidade de Lourenço Marques (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Avenida Berlim (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Cândido de Oliveira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Avenida Infante Dom Henrique (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rossio Olivais (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Bojador (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)
- Rua Comandante Sacadura Cabral (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido – **com recurso a arma branca**)
- Rua Afonso Lopes Vieira (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)
- Rua José Lins do Rego (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)
- Avenida João Paulo II (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)
- Rua Almada Negreiros (1 ocorrência - 2 elementos policiais foram agredidos)
- Rua Ilha dos Amores (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos)
- Avenida Professor Egas Moniz (4 ocorrências distintas):
- 1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido
 - 2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido
 - 3ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido
 - 4ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos
- Avenida Dom João II (4 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

3ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

4ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

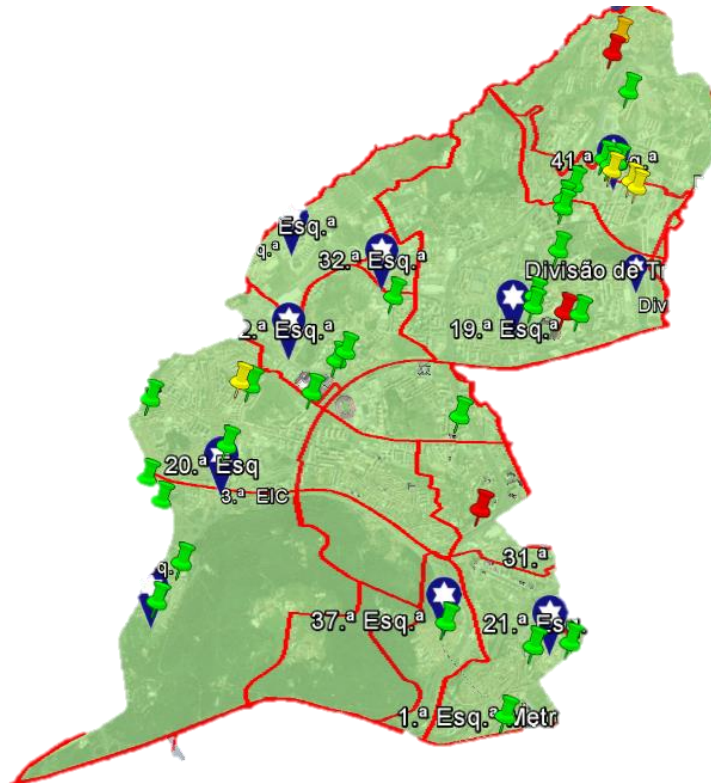
Largo Maria Judite de Carvalho (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 3 elementos policiais agredidos

3ª Divisão

Figura 12 3.ª Divisão Policial



Locais:

Avenida Engenheiro Duarte Pacheco (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Marquês Fronteira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Miguel Torga (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Arcos (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Acácias (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua António Pinho (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua André Resende (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada A-da-Maia (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida do Uruguai (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Abranches Ferrão (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Largo Revista Militar (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Praça Cosme Damião (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Colégio Militar (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Padre Américo (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Cipriano Dourado (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Professor Fernando da Fonseca (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Alfredo Trindade (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Avenida Rainha Dona Leonor (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Leopoldo de Almeida (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Cordeiro Ferreira (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Estrada Torre (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Maria Margarida (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Maria Carlota (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Maria José da Guia (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua João Amaral (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua República da Bolívia (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua José Cardoso Pires (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Tomás Del Negro (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua Maria Alice (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Rua António Vilar (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos)

Praça Marechal Humberto Delgado (2 ocorrências distintas):

1ª ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª ocorrência - 1 elemento policial agredido

Rua Professor Armando Santos Ferreira (2 ocorrências distintas):

1ª ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª ocorrência - 1 elemento policial agredido

Avenida Glicínia Quartin (2 ocorrências distintas):

1ª ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª ocorrência - 4 elementos policiais agredidos

Rua Francisco Metras (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Largo Santos (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Docas de Santo Amaro (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 2 elementos

Rua da Cintura do Porto de Lisboa (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Avenida 24 de Julho (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 2 elementos policiais agredidos

Rua Quinta do Loureiro (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

5.ª Divisão

Figura 14 5.ª Divisão Policial



Locais:

Avenida De Berna (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Nascimento Costa (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Calçada Carrascal (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua da Manutenção (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Joseph Piel (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Castelo Branco Saraiva (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Henrique Barrilaro Ruas (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Graça (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Paraíso (1 ocorrência - 1 elemento policial agredido)

Rua Natália Correia (1 ocorrência - 2 elementos policiais agredidos)

Avenida António José de Almeida (1 ocorrência - 3 elementos policiais agredidos)

Avenida António Augusto de Aguiar (2 ocorrências distintas):

1ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido

2ª Ocorrência - 1 elemento policial agredido